FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

INÊS249

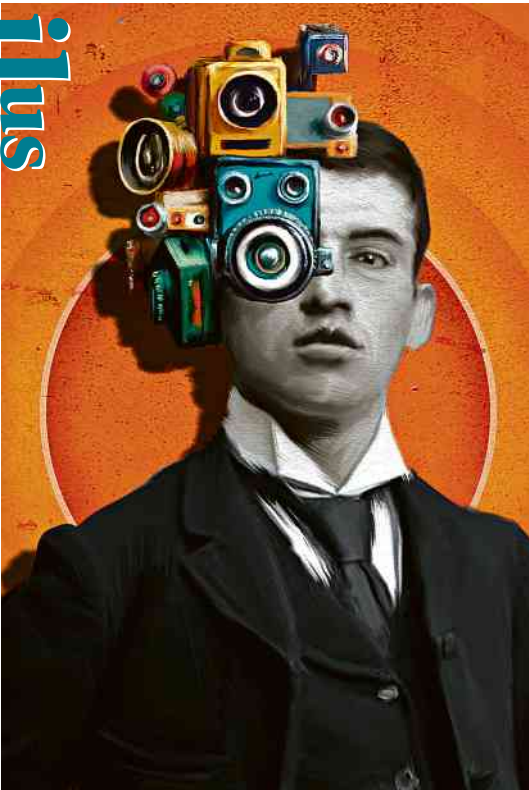
ANO 103 ★ Nº 34.346 DOMINGO, 16 DE ABRIL DE 2023 R$ 9,00

ilus trada ilus trí ssi ma

Jornalismo e objetividade

Ex-Washington Post, Martin Baron defende ideia contestada que define a profissão C4

Max Fischer conta como big techs foram de boa descoberta a grande problema C7

Glenn Greenwald
É mais fácil acusar redes sociais do que prevenir ataques C3

Adams Carvalho

Pacote de Lula contra golpe está parado há mais de dois meses

Desde a proposta, apenas projeto de lei contra fake news avançou; governo prioriza pauta econômica e teme rebote

Em quase três meses desde sua apresentação à Presidência, apenas um item do pacote de medidas em resposta ao 8 de janeiro avançou: o projeto de lei das fake news. Outras propostas, como uma guarda nacional para a Esplanada e praça dos Três Poderes e o endurecimento da punição a quem atenta contra o Estado Democrático de Direito, seguem sob análise da Casa Civil.

Os ministérios, procurados pela **Folha**, negam abandono das sugestões e dizem que os textos precisam de análises minuciosas. A regulação de redes sociais foi considerada prioritária entre os projetos, e o fato de estar sob relatoria de deputado aliado (Orlando Silva, do PC do B) facilitou seu avanço. A premência de casos de violência em escolas também deu impulso à medida.

As atenções do governo, porém, se voltam para a pauta econômica —como o arcabouço fiscal e a reforma tributária— e medidas provisórias prestes a caducar.

Há receio de que os temas relacionados ao pacote antigolpismo, que reforçam a polarização política, podem resultar na perda de votos importantes para a aprovação de medidas consideradas urgentes. **Política A4**

Karime Xavier/Folhapress

CASAIS DIVERGEM SOBRE CONSUMO DE 'NUDES' DE ESTRANHOS SER CONSIDERADO TRAIÇÃO

Marina Gomes, 21, diz que não aceitaria se o parceiro Lucas Silva, 22, acessasse palataformas como Onlyfans; outros relevam, e especialista vê desejo no corpo alheio como normal **Cotidiano B3**

MÔNICA BERGAMO
Grace Gianoukas, que interpreta Dercy, revela conselho que escutou da atriz C2

mercado A20
Presidente começou como office boy e assume filial ibérica de multinacional

esporte B7
Brasileirão completa 20 anos no formato de pontos corridos, que elitizou torneio

Paramilitares do Sudão tomam sede do governo
Grupo envolvido em golpe de Estado em 2021 reivindica controle do palácio presidencial. Ao menos 27 morreram. **Mundo A15**

ATMOSFERA
São Paulo hoje

A atriz Grace Gianoukas no Teatro Opus Bruno Santos/Folhapress

Presidente recebe chanceler de Putin após visita a Pequim

O chanceler russo, Serguei Lavrov, chega ao Brasil nesta segunda (17) e deve se encontrar com Lula. Na pauta presumida, a defesa brasileira de negociação de paz na Ucrânia, negócios e o nebuloso caso dos supostos espiões de Moscou no Brasil.

A viagem ocorre após a visita de Lula à China, maior aliada da Rússia, o que reforça a impressão nos EUA de que o brasileiro está tomando lado na confrontação global em curso, embora a posição do governo seja de neutralidade. **Mundo A14**

Americanos veem Brasil mais próximo da China e da Rússia

Visita de Lula a Pequim, na qual o petista fez críticas aos Estados Unidos inclusive acerca da Guerra da Ucrânia, repercutiu mal entre membros do governo dos EUA. **A15**

Assembleias estudam até 'big brother' em escolas

Os recentes ataques a escolas com mortes em SP e SC provocaram uma enxurrada de propostas sobre o tema nas Assembleias Legislativas em todo o país. Foram propostas ao menos 102 iniciativas sobre segurança escolar e em creches. Elas vão de portas giratórias com detectores de metais a um "big brother" com reconhecimento facial nos estabelecimentos. **Cotidiano B1**

Desonerações e subsídios devem chegar a R$ 486 bi

A Receita Federal calcula para 2024 avanço nominal de 6,5% em subsídios e desonerações de impostos em comparação com o ano anterior. O valor deve dificultar a tarefa do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de zerar o déficit fiscal. **Mercado A17**

Reinaldo José Lopes
Seita da IA abraça milenarismo ateu
Bilionários e futurólogos querem confiar à IA (inteligência artificial) a tarefa de criar Deus e abrir as portas da imortalidade. São devotos de um milenarismo não religioso, que divide com a crença no Apocalipse o sectarismo de seus discípulos. **Ciência B5**

EDITORIAIS A2

Receita temerária
Sobre aposta de Lula em alta da carga tributária.

Sé sitiada
Acerca de aumento da violência no centro de SP.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Receita temerária

Concentrar ajuste em alta de uma carga tributária já exagerada é aposta arriscada para Lula

O envio ao Congresso do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 confirma que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende contar com expressiva alta da arrecadação para restaurar o equilíbrio fiscal a médio prazo.

O projeto de LDO estima R$ 172 bilhões em gastos no próximo ano acima do que seria viável na vigência do atual teto inscrito na Constituição, o que dependerá da aprovação da nova regra para a contenção da dívida pública.

De meritório, foi explicitada a meta de zerar o déficit primário (receitas menos despesas, excluídos juros) em 2024 e obter um saldo positivo equivalente a 1% do Produto Interno Bruto em 2026. Tais projeções só se sustentam, contudo, se houver aumento próximo a 1,5% do PIB na coleta de impostos. Trata-se de alta excessiva.

Não deixa de ser um alívio que Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheçam a necessidade de restaurar um superávit que viabilize a estabilização da dívida mais adiante.

Eles se arriscam a fracassar, contudo, ao concentrarem quase todo o plano de ajuste na receita, sem preocupação remotamente comparável em conter despesas.

O Congresso deu repetidas mostras nos últimos anos —sem esquecer da derrota de Lula na tentativa de manter a CPMF no longínquo 2007— de que não está muito disposto a elevar a carga tributária.

Decerto é meritória a tentativa de fechar brechas legais que permitem evasão fiscal e distorcem a concorrência. Podem-se mirar empresas que faturam no exterior os serviços que prestam no país, entre outros exemplos.

Mesmo isso não é simples, porém, como fica evidente pela confusão em torno da proposta de acabar com a isenção de importações de pequeno valor entre pessoas físicas —de ganho um tanto duvidoso para a arrecadação, diga-se.

Haddad também promete reduzir incentivos fiscais, que cresceram de 2% para cerca de 4,5% do PIB entre 2003 e 2015, ou seja, durante os governos petistas. Nesse universo estão iniciativas como o Simples, voltado para empresas de menor porte, e a Zona Franca de Manaus, intocáveis no Congresso.

Há pela frente ainda as reformas dos tributos sobre o consumo, de difícil aprovação e lenta maturação, e do Imposto de Renda, de teor e resultados incertos, além de politicamente difícil.

Espera-se que o sistema tributário brasileiro se torne mais simples e justo, com maior peso sobre as rendas mais elevadas. Mas a margem para o aumento de uma carga já exagerada, na casa dos 33% do PIB, é estreita. Erros de dosagem podem comprometer a eficiência da economia e reduzir ainda mais o já parco ritmo de atividade.

Sé sitiada

Violência no centro de São Paulo resulta da falta contínua de políticas integradas de longo prazo

Uma praça envolta por grades, em contradição com a ideia de espaço aberto ao convívio e descanso dos cidadãos, torna-se um símbolo do fracasso do poder público. Ainda mais se localizada no coração da metrópole paulistana, com o entorno da igreja da Sé transformado em território da violência.

A insegurança em volta do marco zero de São Paulo tem longa história. Não faltam estatísticas recentes: nos dois primeiros meses deste ano, a região da Sé apresentou a maior quantidade de roubos notificados no bimestre desde 2002.

Foram 956 ocorrências. A cada dia, registram-se 16 casos em média. Contudo é lícito supor muitos mais, que as vítimas não denunciam à polícia, na certeza de que a providência resultará em nada.

O fiasco é obra de várias administrações de diferentes matizes ideológicos. A perda progressiva de controle pela prefeitura, responsável por zeladoria e fiscalização de ambulantes, e pelo governo estadual, ao qual compete garantir a segurança pública, fica patente no funcionamento de uma "feira do rolo" nas imediações.

Os ladrões não só têm liberdade para agir como ainda contam com receptadores na mesma área. A instalação de grades móveis, iniciativa da subprefeitura da Sé, facilita a manutenção dos canteiros, mas não importunará os gatunos.

A praça é o epicentro da anomia que se propaga pela região. Na rua Glicério, meliantes arrebentam vidros de carros e arrancam telefones das mãos de motoristas e passageiros. A via tem cerca de mil metros de comprimento, não seria tão custoso policiá-la melhor.

Um pouco mais distante, nos Campos Elíseos, o comércio voltado a motociclistas viu o movimento cair 70% quando uma "minicracolândia" se instalou na vizinhança.

Não há soluções fáceis, já se comprovou, para o complexo fenômeno criminal e de saúde pública que tomou conta do centro paulistano.

Governos se sucedem, no Estado e no município, sem que moradores, turistas, visitantes e trabalhadores da região tenham paz para ir e vir. Passou da hora de abandonar convicções ideológicas que opõem ação social a repressão policial.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o prefeito Ricardo Nunes (MDB) precisam formatar um plano integrado —com horizontes mais amplos que os de seus mandatos— que mobilize zeladoria, polícias, assistência social e saúde pública para retomar o centro e devolvê-lo à população.

Com fins lucrativos

Hélio Schwartsman

Podemos confiar em corporações? Não faltam exemplos a sugerir que não. Basta lembrar a crise econômica de 2008, que teve como ingrediente a ação desregulada de empresas do setor financeiro em busca de lucros exorbitantes. E a lista de "crimes" cometidos por corporações pode ser ampliada significativamente. Epidemia de opioides? Há farmacêuticas envolvidas. Mudança climática? As big oil têm algo a ver com isso. Misérias do colonialismo? Ponha a culpa na Companhia das Índias Orientais. Há até quem atribua às primeiras corporações a responsabilidade pela queda da República romana.

Obviamente, há também um outro lado da história. O mundo dificilmente teria alcançado os níveis de riqueza material que alcançou só com estatais e pequenas empresas. Também entram na lista de realizações positivas de corporações a Renascença (financiada pelo banco dos Medici) e a integração dos EUA (cortesia da ferrovia transcontinental), entre outros itens.

William Magnuson, em "For Profit" (com fins lucrativos), traça uma fascinante história das corporações, mostrando sua força, sem esconder suas maldades. Originalmente, essas empresas recebiam um mandato do Estado para desenvolver atividades de interesse público. As primeiras surgiram na Roma antiga. Elas tinham "ações" negociadas no Fórum e cuidavam de toda a logística da República.

Gostei particularmente do capítulo sobre os Medici. O fundador da casa bancária, Giovanni Medici, era especializado em direito canônico, o que lhe permitiu criar esquemas de empréstimo que contornavam as leis da igreja contra a usura. Os juros vinham disfarçados sob a roupagem de operações de câmbio. O sujeito fazia o empréstimo em florins, mas pagava numa outra moeda.

Corporações são basicamente pessoas se juntando num tipo de associação que, equilibrando-se precariamente entre o lucro e o interesse público, acabam criando soluções inovadoras para problemas.

helio@uol.com.br

A esquerda latina no divã

Bruno Boghossian

A segunda onda rosa na América Latina levou a esquerda da região para o divã. Alguns líderes defendem ajustes para evitar o que consideram erros do ciclo anterior. Outras alas dizem que atualizar a agenda pode levar esse campo à destruição.

A justiça social é a ponte que une as duas ondas. Contrastes agudos, no entanto, são exibidos nas avaliações sobre a amplitude da chamada pauta identitária e na tolerância com condutas antidemocráticas.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, disse em janeiro à repórter Sylvia Colombo que o "primeiro progressismo" cometeu erros. Eleito em 2022, ele afirmou que os antigos líderes não deram atenção à mudança climática e criticou "o estatismo, a vigilância e a influência de Cuba".

Já Rafael Correa, que governou o Equador (2007-2017), torce o nariz para a geração atual. Em entrevista a Fábio Zanini, ele fustigou o chileno Gabriel Boric por criticar o autoritarismo na Venezuela e afirmou que a esquerda erra ao posicionar aborto e casamento gay no centro da pauta.

Há entre os grupos um choque de visões de mundo —desde convicções morais a uma deferência ao socialismo do passado. Mas há também pragmatismo, sob o argumento de que a plataforma de costumes da esquerda espanta uma maioria conservadora e ajuda a extrema direita.

Adiar ou interditar uma defesa enfática das minorias é um caminho cruel. Equivale a pedir que grupos vulneráveis fiquem desprotegidos para evitar derrotas políticas. Ao mesmo tempo, expõe um dilema, pois uma vitória do conservadorismo, na prática, restringiria direitos.

Raro espécime das duas ondas, Lula escolheu o pragmatismo na eleição ao manter o foco num discurso voltado aos mais pobres, fugindo de armadilhas nos costumes. O petista, porém, fez uma defesa firme dos direitos de minorias e da agenda verde —embora frustrar sua base à esquerda seja inevitável no futuro.

*

Saio de férias por três semanas e dou aos leitores uma folga. Até a volta!

Reagan no papel de Bogart

Ruy Castro

Outro dia, revi "Casablanca". E, de novo, perguntei-me como seria se a Warner tivesse escalado Ronald Reagan como Rick Blaine, papel afinal imortalizado por Humphrey Bogart. O abismo entre Bogart e o jeito empada de Reagan faz quase duvidar que tivessem pensado nisso. Mas não seria o único filme em que um personagem destinado a alguém parou em outras mãos.

O papel de Norma Desmond em "Crepúsculo dos Deuses" foi oferecido primeiro a Mae West. Mae o recusou e abriu o espaço para Gloria Swanson. O da mulher enigmática e fatal em "Um Corpo que Cai" foi escrito para Vera Miles, uma das admirações de Hitchcock. Mas Vera estava grávida e quem entrou? Kim Novak. Falando em Hitchcock, ele queria Grace Kelly em "Marnie, Confissões de uma Ladra". Mas Grace alegou que não ficaria bem a princesa do Mônaco viver uma ladra de joias. Já "Tippi" Hedren não viu nada de mal nisso.

Doris Day teria sido fascinante como a sedutora Mrs. Robinson em "A Primeira Noite de um Homem". Mas seu marido e agente Marty Melcher achou a trama "indecente" e nem lhe mostrou o roteiro. Na vida real, Melcher era um hipócrita, e Doris nunca foi a virgem em que a transformaram —ela talvez tivesse aceitado. Anne Bancroft substituiu-a e deu um show. E a dupla de "Perdidos na Noite", Jon Voight e Dustin Hoffman, quase não aconteceu. Nos respectivos papéis, o diretor John Schlesinger sonhava com Elvis Presley e Sammy Davis, Jr. Ficou no sonho.

Warren Beatty, produtor de "Uma Rajada de Balas" ("Bonnie & Clyde"), pensou em Bob Dylan como Clyde, acredita? Voltou a si e escalou-se ele próprio no papel. E, pode crer, Warren queria Jean-Luc Godard como diretor. Mas até Godard achou a ideia insana e recusou-a, daí Arthur Penn.

Ah, sim, Reagan em "Casablanca". Nunca houve essa possibilidade. Foi só uma fake news que a Warner plantou na imprensa para promover sua empada.

Por que atacar escolas

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Na crônica sombria dos serial killers americanos existe a figura do "copycat", aquele que imita criminosos precedentes. Noutro plano, mas na mesma esfera do crime, também se reproduzem em diferentes regiões os massacres aleatórios, com escolas como alvos preferenciais. Nos EUA são quase semanais, já alarmantes entre nós. Foi traumatizante o assassinato de crianças numa creche.

Ainda não se deu resposta satisfatória à escolha desse alvo. Escola, uma das matrizes da modernidade, é a forma, ao lado de outras (como nação, mercado), pela qual se incorporam saberes e se orientam cívica e profissionalmente os indivíduos. Com esta capa institucional, serve ainda de adaptação cognitiva ao modo de produção dominante. É dispositivo que metaboliza os parâmetros sociais de reprodução do sistema.

Mas escolarização é o processo interativo acionado pela forma cultural. Isso não se faz sem disciplina, o verdadeiro lastro ideológico da escola. O sociólogo e educador Émile Durkheim sustentava a ideia liberal de uma "autoridade regular" a quem caberia exercer a disciplina indispensável à moral, entendida como um sistema de hábitos e preceitos. Este princípio é indissociável da educação formal.

A isso se contrapõe a mídia contemporânea, cuja forma ideológica, essencialmente neoliberal, pauta-se por persuasão. Por mais que seus conteúdos editem apoios à educação e à ciência, ela é estruturalmente avessa à autoridade escolar. Evidencia-se na lógica do espetáculo e nas redes, onde jogos e anarquia informativa confirmam a crise disciplinar e exacerbam a hostilidade à educação moral.

Árdua é a competição junto aos jovens entre as formas disciplinares e as persuasivas. Estas últimas, com vantagem, guiam-se pelo individualismo neoliberal, cujos parâmetros concorrenciais do salve-se-quem-puder geram ansiedade, depressão e automutilação. Por outro lado, a escola, modelada no século 19 ao modo do controle disciplinar e do púlpito, é tanto objeto de afetos positivos como potencialmente virulentos, movidos pelo rancor.

Nos EUA e no Brasil, a organização carcerária cresce na gestão de corpos educacionalmente desamparados, mas fracassa em termos de reeducação e reintegração social. Nos dois países, cresce também a construção de realidades paralelas pelos sistemas de mídia. A ponte entre elas é o ódio, normalizado nos últimos quatro anos pelo discurso do bestialismo antiescola e anticultura: rastilho de contágio para massacres, já aceso por parte da sociedade eleitoral com o voto extremista. As redes sociais, onde ignorância empodera, são o novo espaço de desinvestimento das forças educativas. A mão que empunha a machadinha tem partido e plataforma digital.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Os pagadores de promessas

Boa avaliação reflete fidelidade a compromissos

Antonio Lavareda
Cientista político, é presidente de honra da Abrapel (Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais)

Todo governante, seja ele presidente, governador ou prefeito, tem como “core” da avaliação do mandato a percepção pela opinião pública do seu empenho no cumprimento das principais propostas apresentadas na campanha eleitoral. Uma primeira impressão disso é fotografada nos 100 dias de gestão. Mas por que não 60, 90 ou 120 dias?

Franklin Delano Roosevelt inventou essa marca. Seus 100 dias se deram em 12 de junho de 1933, mas foi somente em 25 de julho que chamaria atenção para “os primeiros 100 dias que foram devotados a pôr em movimento as rodas do New Deal”. Ele se referia à avalanche de leis aprovadas no Congresso dos Estados Unidos em ritmo vertiginoso, algumas tramitando em um único dia na Câmara e no Senado. Todas voltadas à promessa síntese que o levara à Presidência: vencer a Grande Depressão que se arrastava desde 1929. A largada do seu governo correspondeu à expectativa dos americanos. E esse marco temporal virou referência obrigatória para qualquer governante mundo afora.

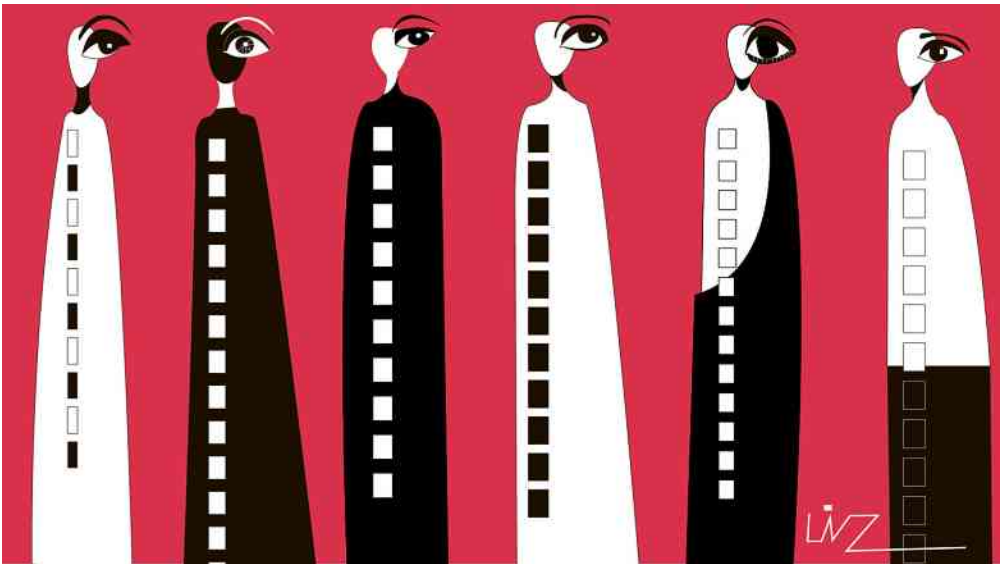
Pesquisas de diferentes institutos mostraram que os eleitos no pleito passado apareceram bem na foto deste momento. Lembrando que, se formos comparar a avaliação ou a aprovação de governantes (que a rigor são coisas distintas, medidas por perguntas diferentes) com os resultados eleitorais obtidos antes pelos mesmos, devemos usar os percentuais relativos ao total do universo (eleitorado). Os dados das urnas precisam dizer respeito ao total do eleitorado, não aos votos válidos anunciados pelo TSE na apuração.

Lula teve 38% de ótimo/bom no Datafolha, parecidos com os 39% apontados pelo Ipec, que lhe deu ainda 53% de aprovação. O Datafolha não faz essa pergunta, mas indagou sobre o restante do mandato e colheu número próximo, um ótimo/bom de 50%.

Quanto o presidente obtivera no segundo turno? 38,6% do total, contra 37,2% de Bolsonaro. Comparadas as pesquisas de agora com as urnas, é óbvio que o desempenho de Lula foi bastante positivo. A que se deve isso? Seu governo pôs em marcha a maior parte dos compromissos repetidos na TV e nas redes durante a campanha: Bolsa Família de R$ 600 mais R$ 150 para as crianças de até 7 anos; salário mínimo com aumento real; Minha Casa, Minha Vida de volta; povos indígenas empoderados; combate ao garimpo ilegal; reinserção do país no cenário internacional. E a defesa da democracia, que ganharia relevo após o 8 de janeiro.

Os críticos cobram “novidades”, mas a tônica da campanha foi a reconstrução de programas que Jair Bolsonaro havia posto abaixo. E o conteúdo do “mandato” se situou na dimensão social “lato sensu”. Fica faltando a “picanha aos domingos”, metáfora para a melhora da economia. Roosevelt pôde festejar indícios de recuperação ainda em 1933. Mas seu desafio foi facilitado por uma maioria democrata de 60% na Câmara e de 65% no Senado.

Governadores que buscaram ser fiéis aos seus compromissos conquistaram resultados semelhantes. Vejamos dois exemplos de partidos diferentes. O governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), marcou 44% de ótimo/bom no Datafolha. Nada mal para quem obteve no segundo turno sobre o total do eleitorado 38,9% ante 31,5% de Fernando Haddad (PT). E comemorou um patamar de ruim/péssimo muito baixo (11%). Raquel Lyra, tucana pernambucana, primeira mulher a dirigir o estado, também cresceu. Recebeu 63,1% de aprovação no Recife, conforme o Paraná Pesquisas. No segundo turno havia alcançado 52% na capital. Tarcísio, desde a composição da equipe, não poupou acenos à base que o elegeu, festejou as privatizações e se firmou como direita moderada e democrática. Raquel, por seu lado, não descurou em simbolizar insistentemente o compromisso de mudanças que a levou ao poder.

Houve, como sempre ocorre, toda sorte de problemas, tragédias e escorregões retóricos, além dos atropelos políticos. Mas essas dificuldades não se sobrepõem —na ótica do eleitor— à avaliação da ação efetiva dos governantes. Nos 100 dias, se percebe que os recém-vitoriosos estão se esforçando para pagar as promessas, dobra sua aposta, reiterando o apoio nas pesquisas. E mesmo alguns dos que não votaram nos vitoriosos se somam ao otimismo.

Claudia Liz

O Estado deve premiar a excelência?

Há risco de se criar forma sofisticada de exclusão

Érico Andrade
Filósofo, psicanalista e pesquisador do CNPq, é professor da Universidade Federal de Pernambuco e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

Inicio este artigo com as seguintes questões: por que naturalizamos a ideia de que a distribuição de verbas públicas das agências de fomento deveria se pautar na “excelência acadêmica”; tal como ela é definida pelos pares de uma determinada área de conhecimento? As pessoas que não conseguem atingir a excelência por terem, por exemplo, certas dificuldades psíquicas ou possuírem algum grau de deficiência cognitiva não deveriam receber recursos públicos para a sua vida acadêmica? Seria a excelência um modo indireto de promover uma eugenia social no seio da vida universitária, discriminando quem pode ou não receber recursos para estar na universidade e na pós-graduação?

Os programas de pós-graduação que têm nas suas entradas pessoas com algum grau de deficiência cognitiva, por exemplo, devem ser penalizados na distribuição de recursos públicos, visto que essas pessoas poderiam ter dificuldades para a produção de um trabalho de excelência no mesmo nível exigido pelos pares? Ou, ainda, pessoas com algum transtorno psíquico, que não as permite cumprir os prazos das agências de fomento, devem ser excluídas para que o programa garanta as suas metas e, com isso, tenha mais recursos?

Vamos pensar na maior agência de fomento do país: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que distribui recursos públicos de acordo com a nota dos programas. A palavra aperfeiçoamento é bastante cara à filosofia contemporânea e envolve o debate sobre as questões relativas às modificações genéticas ou psicofarmacológicas, por meio das quais certos modelos de pessoas, as consideradas excelentes, são tomadas como parâmetro social para o qual as demais pessoas devem dirigir o seu aperfeiçoamento.

A palavra aperfeiçoamento caracteriza a Capes porque a ideia é de que a agência fomente uma qualificação das pessoas. Em ambos usos da palavra aperfeiçoamento há uma vagueza que é sequestrada pelo discurso capitalista de empenho e perfeição. Ou seja, o que poderia ser lido como um aperfeiçoamento de pessoas por meio de um fomento à sua qualificação esconde qual é o modelo de perfeição imposto tanto como norma de conduta da vida social quanto como critério para a distribuição de recursos públicos.

Notem que não estou questionando como os “pares” elegem o que é a excelência, mas o fato de que a excelência pode ser uma forma sofisticada de exclusão social por meio do financiamento público.

Ou seja, quando se determina que a excelência deve concentrar os recursos públicos se pode estar afirmando um modelo social que, longe de ser democrático, reflete formas de discriminação sociais que incidem sobre um espectro de pessoas que vão daquelas com severas dificuldades psíquicas àquelas com algum grau de deficiência cognitiva.

Se talvez ainda se queira apostar na excelência como critério para alguma coisa, que ela não seja o principal vetor para a distribuição de recursos públicos. Assim, poderemos evitar que o Estado mimetize o sistema que, por definição, é excludente.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ASSUNTO QUAL DEVE SER A ATITUDE DAS REDES SOCIAIS PERANTE ATAQUES EM ESCOLAS?

As redes sociais precisam imediatamente diminuir o alcance de palavras-chaves e de imagens que remetam a atentados, assassinos e terroristas, além de tornar suas diretrizes mais rígidas.
Matheus Lourenço Pinto Mota Santiago (Recife, PE)

*

Precisam investir massivamente em algoritmos e equipes humanas para supervisionarem as redes e impedir a propagação do discurso de ódio. As redes sociais lucram muito e têm meios para barrar esse tipo de conteúdo. Caso não tomem uma atitude imediata devem ser judicialmente processadas e removidas!
Rodrigo Matheus Pereira (Dourados, MS)

*

A liberdade não é um direito absoluto. Liberdade de expressão tampouco o é. O direito à vida, este sim, deve ser salvaguardado a qualquer tempo e, se para este fim for necessário regulamentar os termos do ambiente virtual, que assim seja.
Oldemburgo da Silva Paranhos Neto (Maceió, AL)

*

Acredito que as redes são meios atuais de comunicação, busca e trocas de informações. Nas redes, agimos como comunidades e se faz necessário ter limites e seguirmos regras sociais. Qualquer incitação a desrespeito, agressão ou violência precisa ser inibida, rechaçada e punida. Educação e respeito podem ser veiculados e incentivados todo o tempo, também nas redes.
Sandra de Carvalho (São Paulo, SP)

*

Colaborar com o governo e ajudar a encontrar perfis e pessoas que apresentem ameaças à sociedade.
Filipe Rodrigues de Souza (São Paulo, SP)

*

Bloquear todas as contas.
Ana Maria Nogueira Geia (São Paulo, SP)

*

Banimento perpétuo das redes sociais para quem quer que defenda ataques em escolas.
Térbio José Brandão Câmara (São Paulo, SP)

*

As redes sociais devem coibir posts suspeitos de apologia, inclusive os feitos com robôs, para identificar as abreviações dos nomes e a substituição de letras por números que visam driblar os algoritmos.
Érica de Paula (São Paulo, SP)

*

Devem se responsabilizar da mesma forma que as mídias tradicionais pelas mensagens que veiculam, principalmente se impulsionam mensagens de apologia a crimes ou violência, ou se lucram com o engajamento de tais mensagens.
Patrick Kobayashi (Guarapuava, PR)

*

Informar sobre saúde de eventuais vítimas e não abordar/falar sobre os agentes de violência. Investir nas reportagens que empoderem as vítimas e também mostrar o cotidiano de luta, garra e resiliência dos professores e dos funcionários das escolas, que estão corajosamente na linha de frente, acolhendo os alunos e acalmando as famílias, mesmo em meio ao medo gerado pela onda repugnante de ameaças.
Flávio Dalera de Carli (São Paulo, SP)

*

Devem desenvolver mecanismos de denúncia e filtros sobre informações que não são necessárias de veicular, como fotografias durante os atos e a identificação dos criminosos. A conscientização pode ser realizada por meio de posts de perfis de profissionais que tenham autoridade para falar sobre o assunto de uma forma que não seja propagado mais caos. A rede social pode promover maior alcance de boas postagens que farão bem para a coletividade.
Ana Carolina de Almeida (Itaberaí, GO)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 7 a 14.abr - Total de comentários: **14.801**

357	Apoio à privatização dá salto e chega a 38% da população, diz Datafolha (Mercado) **8.abr**
327	Governo gasta R$ 65 mil com sofá e R$ 42 mil com cama para Lula e Janja no Alvorada (Política) **11.abr**
311	Missão em Moscou (Demétrio Magnoli) **7.abr**

Dívida-bomba de Bolsonaro

Pouca coisa simboliza melhor o estado brasileiro do que a figura dos precatórios (“Esqueleto de Bolsonaro faz precatórios chegarem a R$ 141 bi e governo avalia solução”, Mercado, 15/4). Devo, não nego, não pagarei e vou obrigar a negociar seus direitos com desconto. O governo anterior e todos até então, perdulários, arrumam forma de vilipendiar o cidadão, principalmente o que não participou da distribuição de penduricalhos que compõe boa parte dessas dívidas. Estado de Direito? Só o de sustentar o estado roto.
Alexandre Pereira (Rio de Janeiro, RJ)

*

O escândalo dos precatórios vem de décadas. Nada a ver só com os últimos quatro anos. Tentaram empurrar esse passivo para Bolsonaro e se deram mal. Que empurrem para o Lula, que não pagou nos dois primeiros mandatos nem vai pagar agora.
Marcia Guimarães (Rio de Janeiro, RJ)

Salário mínimo

Segundo o Ministério do Planejamento, novos reajuste reais do salário mínimo serão enviados por nova LDO (“Governo prevê salário mínimo de R$ 1.389 em 2024, sem ganho real”, Mercado, 15/4). Quer dizer, o salário mínimo pode ter reajuste real.
Rubens Gonçalves (Curitiba, PR)

Acordos do Brasil com a China

A importância da visita de Lula à China é inquestionável (“Brasil e China assinam 15 novos acordos em Pequim”, Mundo). Alinhamento ideológico interessa? Penso que não.
Maria Fatima V. Villanova (Fortaleza, CE)

*

A China já é nossa maior parceira comercial. Nunca deveria ter sido agredida, como no governo anterior.
Altair Moraes (Rio de Janeiro, RJ)

Colunista

Muito te admiro, mas foi assédio, sim (“A deputada Júlia Zanatta não foi assediada”, Mariliz Pereira Jorge, Opinião, 14/4). O deputado encostou o focinho no cangote dela. Fazem isso porque se acostumaram a se apropriar dos nossos corpos.
Ana Rodrigues (Vitória, ES)

*

A deputada que nunca se importou com a causa feminista agora finge que se importa, armando circo em torno de algo facilmente desmentido no vídeo (por outros ângulos).
Fellipe Silva (Aparecida de Goiânia, GO)

Falhas nos trens de SP

“Linhas 8 e 9 de trem de SP têm 166 falhas no 1º ano de gestão da ViaMobilidade” (Cotidiano, 15/4). Para mostrar que privatização não é a salvação da lavoura.
Valdo Neto (Jandira, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Tá barato pra caramba

O governo Jair Bolsonaro (PL) cogitou aumentar de US$ 50 para até US$ 100 o limite de isenção de compras pelos sites de comércio asiáticos. A discussão foi feita em 2022 no âmbito da Secretaria de Comércio Exterior e da Receita Federal. A ideia dos órgãos do Ministério da Economia ia no sentido oposto à proposta atual de Lula (PT) de propor o fim dessa isenção. A medida afeta consumidores de lojas virtuais como Shein, Shopee e AliExpress, muito populares entre brasileiros.

FICA PRA PRÓXIMA A proposta foi abandonada devido à proximidade do fim do governo. A efetivação foi adiada para 2023, em caso de reeleição, que não veio. A avaliação da equipe econômica era a de que o custo de monitoramento das compras pequenas é elevado, desestimula a atividade econômica e tem pouco efeito na contenção do contrabando.

ÓRBITA O senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) pôs em seu gabinete dois membros da fundação que criou. Eduardo Mariño, diretor financeiro, e Edmo Gomes, do conselho fiscal da Fundação Marcos Pontes, foram nomeados para cargos com remuneração de R$ 5.888. A entidade divulga eventos com Pontes e foca em sua história como astronauta. A assessoria do parlamentar diz que o trabalho na fundação não tem remuneração.

BICADAS Presidente do diretório estadual do PSDB em SP, Marco Vinholi diz que o ex-governador Rodrigo Garcia "tem uma trajetória que orgulha o PSDB, com um governo de excepcionais resultados". "Sem dúvida é um quadro fundamental para o partido". É uma reação à declaração dada pelo presidente do diretório paulistano, Fernando Alfredo, ao Painel, de que já vê como provável a saída de Rodrigo da legenda.

CIPÓ O primeiro dia do congresso da Rede, na sexta (14), evidenciou a divisão na legenda. Militantes alinhados ao PT entoaram "A Rede que eu quero não votou no Aécio", lembrando o apoio de Marina Silva a Aécio Neves (PSDB) na eleição de 2014. São expoentes Heloísa Helena (AL) e o senador Randolfe Rodrigues (AP). Em resposta, a ala alinhada a Marina e à presidente da Funai, Joenia Wapichana, cantou que "A Rede não é PT", criticando suposta intenção dos rivais de fundir a legenda ao partido de Lula.

DIRETO... O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) assinou dois contratos sem licitação com a International Finance Corporation (IFC), agência vinculada ao Banco Mundial, em troca de serviços de assessoria e consultoria para preparar a privatização da Sabesp e a concessão de linhas de trens da CPTM.

...E RETO Somente para o serviço relativo à empresa de transporte, o estado irá pagar R$ 71.291.893,17, em acordo com validade por dois anos e possibilidade de ser renovado por igual período, como mostrou a coluna Painel S.A.. O governo não informou o valor do contrato com a Sabesp.

REFERÊNCIA Em nota, a assessoria de imprensa da Secretaria de Parcerias em Investimentos disse que a IFC tem "atuação reconhecida no setor de modelagem de parcerias do setor público com o setor privado em diversos países e com vasta experiência na estruturação de empreendimento de infraestrutura de grande porte".

ASFALTO 1 Adversários políticos, os governos do Paraná e federal chegaram a um acordo com relação às regras para a concessão de estradas no estado. Na última quarta (12), o ministro dos Transportes, Renan Filho, disse em na Câmara que o modelo terá como um dos parâmetros o desconto sobre a tarifa do pedágio, ecoando o que foi defendido pelo governador Ratinho Jr. (PSD) na campanha do ano passado.

ASFALTO 2 Os dois lotes de rodovias que irão a leilão totalizam mais de 3.300 km. "Tanto o governo do Paraná quanto o governo federal têm os mesmos anseios e isso é bom porque representa que, independente da questão política, nesse ínterim os dois estão afinados", disse o ministro na audiência.

Três Poderes

VENCEDORA DA SEMANA
A ex-presidente **Dilma Rousseff** (PT), que, sete anos após sofrer impeachment, assumiu o comando do Banco dos Brics na China, prestigiada por Lula e idolatrada pela militância petista

PERDEDOR DA SEMANA
O **Twitter**, criticado por não excluir material que pode estimular ataques a escolas e por responder com emoji de cocô à imprensa

FIQUE DE OLHO
Arcabouço fiscal finalmente chega ao Congresso; crise no **União Brasil** deve aumentar a pressão por reforma ministerial; julgamento de ação contra **Bolsonaro** no TSE pode ser marcado

com Guilherme Seto e Carlos Petrocilo

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado		Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90		R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Pacote contra golpismo empaca e só regulação das redes anda no Congresso

Governo Lula nega abandono de propostas, apresentadas logo após ataques em janeiro, e diz que textos precisam de análise minuciosa

Marianna Holanda, Raquel Lopes e Renato Machado

Palácio do Planalto após os ataques em janeiro Lucio Tavora-9.jan.23/Xinhua

BRASÍLIA Quase três meses depois de o Ministério da Justiça apresentar à Presidência um pacote de medidas em resposta aos ataques golpistas de 8 de janeiro, apenas um dos temas avançou, com o projeto de lei das fake news.

As demais propostas, como a de criar uma guarda nacional para a Esplanada e a praça dos Três Poderes e o endurecimento de punições para quem atenta contra o Estado democrático de Direito, estão ainda paradas, sob análise da Casa Civil.

Os ministérios oficialmente negam à **Folha** que tenha havido abandono das propostas. Eles dizem que os textos precisam de análises minuciosas.

De acordo com integrantes do Executivo, foi dada prioridade ao que havia de principal dentre as propostas: a regulação das redes sociais.

Esse assunto teve um caminho facilitado porque havia propostas nesse sentido já em tramitação no Congresso Nacional, sob a relatoria de um deputado aliado, Orlando Silva (PC do B-SP).

A gestão Lula preferiu incorporar sugestões ao PL das Fake News em vez de dar início a uma nova tramitação. A última versão do governo foi encaminhada em 30 de março, após o ataque a uma escola estadual de São Paulo que resultou na morte de uma professora.

O texto do Executivo inclui, por exemplo, um capítulo inteiro para a proteção de crianças e adolescentes, que exige a adoção de medidas adequadas e proporcionais para assegurar um nível elevado de privacidade, proteção de dados e segurança.

A ideia é que o relator do projeto incorpore a seu parecer algumas das sugestões encaminhadas pelo governo. Segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a expectativa é que o projeto seja votado nos dias 26 e 27 deste mês.

Auxiliares palacianos fizeram questão de ressaltar que os ajustes encaminhados para o texto de Orlando Silva tiveram o envolvimento de diversas pastas, não só da Justiça e Segurança Pública.

Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais e Secom (Secretaria de Comunicação Social) estão trabalhando nisso conjuntamente com o ministério de Flávio Dino.

O governo busca priorizar no Congresso, além das medidas provisórias que estão prestes a caducar, a pauta econômica, com o arcabouço fiscal e a reforma tributária. Não é do interesse do Planalto que muitos projetos com potencial de causar ruídos passem a tramitar nas Casas agora, momento em que o governo não conta com uma base consolidada.

Um dos receios é que esses temas, com certa dose de polêmica e que trazem a polarização política de volta à tona, podem resultar na perda de votos importantes para a aprovação da pauta da equipe econômica.

A avaliação de interlocutores palacianos é a de que, em um mês, o Planalto saberá mais precisamente quantos votos têm no Congresso. Até lá, trabalha para acelerar a distribuição de cargos do segundo e do terceiro escalões para partidos do centrão.

Pressionado para apresentar respostas após os ataques golpistas de 8 de janeiro realizados por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Flávio Dino entregou ao Planalto um conjunto de dois projetos de lei, uma medida provisória e uma PEC (proposta de emenda à Constituição).

São eles: criação de uma guarda nacional responsável pela proteção da Esplanada e da praça dos Três Poderes; regulamentação das redes sociais, sob o argumento de que é preciso evitar que a internet seja usada para disseminar conteúdos de teor antidemocrático; endurecimento de punições para quem atenta contra o Estado democrático de Direito; e agilizar o processo de perda de bens após decisões judiciais.

Desde então, foi criado um grupo para analisar as medidas na Casa Civil. Auxiliares palacianos dizem, por um lado, que os textos alteram várias normas e que é preciso análise detalhada, com cuidado.

A proposta de criação da guarda nacional, por exemplo, foi prontamente criticada pela então governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão (PP), que havia assumido o posto com o afastamento de Ibaneis Rocha (MDB), e pela quase totalidade dos parlamentares da capital federal.

Além disso, o governo Lula e seus aliados também buscam virar a página do 8 de janeiro, até para enterrar a tentativa da oposição de emplacar CPIs (comissões parlamentares de inquérito). Articular em favor do pacote de Dino poderia, assim, acabar tendo um efeito colateral.

> **"As iniciativas citadas nos questionamentos são complexas e necessitam de discussões para que sejam amadurecidas e, posteriormente, apresentadas e implementadas**
>
> **Casa Civil**
> em nota, sobre as propostas apresentadas em janeiro

Por outro lado, esses auxiliares palacianos dizem que é preciso observar o timing político para as medidas. Sem base consolidada no Congresso, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) busca partidos de centro e até integrantes de partidos da oposição "no varejo" para ajudarem o governo nas pautas centrais.

Ao mesmo tempo, a prioridade número um é garantir a análise das medidas provisórias, cujas comissões mistas geram e continuam gerando uma disputa entre Câmara e Senado.

Além disso, do ponto de vista programático, o governo precisa aprovar a nova regra fiscal, que é o cálculo que substituirá o teto de gastos, que limita o crescimento de despesas à inflação do ano anterior.

A medida é promessa de campanha do presidente Lula e deve ser enviada na próxima semana para a Câmara, após a remessa da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Já apresentada pela equipe econômica de Fernando Haddad, ela propõe que o crescimento das despesas federais seja limitado a 70% do avanço das receitas projetado para o mesmo ano. Também prevê um intervalo para a meta de resultado primário a cada ano, como uma espécie de banda para flutuação.

O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas. Hoje, há uma meta única definida anualmente.

Em seguida, ainda neste semestre, o governo quer aprovar a reforma tributária, que prevê, entre outros pontos, a simplificação da cobrança. Assim, cinco tributos sobre consumo seriam transformados em um único IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Procurados, a Casa Civil e o Ministério da Justiça deram respostas semelhantes para justificar o pouco avanço do pacote, ressaltando a complexidade das propostas e a necessidade de uma análise mais minuciosa.

"As iniciativas citadas nos questionamentos são complexas e necessitam de discussões para que sejam amadurecidas e, posteriormente, apresentadas e implementadas", informou a Casa Civil, em nota.

A pasta comandada por Rui Costa ainda acrescenta que não houve "desistência ou abandono" dos projetos citados.

Na mesma linha, a Justiça informou que os textos enviados à Presidência dizem respeito a temas complexos, que demandam estudo e discussão interna. "Tão logo esse processo de estudo e discussão seja finalizado, o pacote será enviado ao Congresso Nacional", afirma em nota.

Governo sofre derrotas, e Planalto vê desarticulação política no Congresso

Lula ainda não teve grande teste para saber tamanho da base, e sinais até agora são negativos

Thiago Resende, Victoria Azevedo e Julia Chaib

BRASÍLIA O Congresso começou a destravar a pauta de interesse do governo e tem dado demonstrações mais claras das dificuldades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em consolidar apoio político no Legislativo.

O Palácio do Planalto acumulou, principalmente neste mês, série de derrotas e percalços na Câmara e no Senado.

A lista inclui convites e convocações de comissões para expor ministros de Lula e uma margem estreita de votos para aprovar celeridade à recontratação no Mais Médicos, além da disputa pela relatoria da medida que recria o Minha Casa, Minha Vida.

Governistas citam ainda frustração com o PDT e o PSB por não formarem um bloco na Câmara com o PT, além da articulação, mesmo entre aliados, contra os decretos do presidente que mudam as regras para o setor de saneamento.

Integrantes do Palácio do Planalto e pessoas próximas de Lula afirmam que os episódios recentes demonstram falhas da articulação política e no controle da pauta, e não necessariamente falta de apoio ao governo. A avaliação é que, se os aliados fossem mobilizados devidamente, os resultados seriam mais alinhados aos interesses do Executivo.

O Planalto ainda não passou por um grande teste para saber qual o tamanho da base no Legislativo. Mas os sinais, até o momento, têm sido negativos para o petista —o que tem gerado preocupação entre parlamentares e integrantes do núcleo político.

Eles temem que, caso essa situação não seja ajustada, venha a prejudicar a votação de matérias consideradas prioritárias para o governo, como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária.

Essa mesma avaliação foi dada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em entrevista à GloboNews na quinta-feira (13). Ele afirmou que o Executivo precisa "melhorar sua engrenagem política" e "fazer com que as coisas andem, para que a sua base esteja azeitada" no momento em que forem votadas matérias econômicas.

Deputados anunciam novo bloco ligado a Lira, na quarta (12)

Bruno Spada-12.abr.23/Câmara dos Deputados

Sessão de comissão com Flávio Dino, que terminou em confusão Lula Marques-11.abr.23/Agência Brasil

> "O governo precisa, sim, melhorar a sua engrenagem política. Fazer com que as coisas andem, para que a sua base esteja azeitada não só para a votação simplesmente do arcabouço, mas para os temas posteriores
>
> **Arthur Lira (PP-AL)**
> em entrevista à GloboNews

> "Não houve nenhuma votação de derrota do governo. [São] coisas periféricas que não interferem em nada
>
> **José Guimarães (PT-CE)**
> sobre dificuldades vividas no Congresso

Entre os percalços enfrentados pelo governo Lula no Congresso está a votação de urgência para o projeto sobre o Mais Médicos, apresentado pelo deputado Odair Cunha (PT-MG), na última terça (11).

Eram necessários 257 votos para aprovar a celeridade à proposta. O governo conseguiu 264 —uma vantagem de apenas 7 votos. O placar preocupou aliados de Lula.

Uma das explicações para esse resultado foi a participação na votação de apenas 409 dos 513 deputados, apesar do interesse do Planalto na pauta. Além disso, houve 144 votos contrários à urgência, inclusive de integrantes do PSD, MDB e União Brasil —partidos com três ministérios cada um.

Em um revés, o governo teve que intervir numa disputa pela relatoria da MP (medida provisória) que recria o Minha Casa, Minha Vida. O líder do PSOL, Guilherme Boulos (SP), aliado do governo, chegou a ser designado relator do texto, mas precisou ceder espaço para o deputado Fernando Marangoni (União Brasil-SP).

O parlamentar, que se posiciona de forma independente, ao tomar posse como deputado, se tornou coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento Básico. Esse grupo tem discutido propostas para derrubar parte de decretos de Lula, assinados em abril, e que tratam de regras para o setor.

A articulação do Planalto também tem enfrentado dificuldades em decisões de comissões da Câmara e do Senado. Diversos colegiados têm aprovado convites e convocação (comparecimento obrigatório) para que ministros compareçam ao Congresso para dar explicações ou falar sobre prioridades das pastas.

Embora os casos sejam vistos como possível fonte de desgaste, por expor ministros a questionamentos da oposição, aliados de Lula minimizam os episódios, dizendo que o governo conseguiu transformar vários pedidos de convocação em convites.

Nos últimos dias, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aprovou o convite para sete ministros, inclusive Fernando Haddad (Fazenda). O ministro da Justiça, Flávio Dino, já foi a duas comissões na Câmara e acabou sendo convocado para comparecer em maio a uma comissão do Senado.

Além disso, em votações na Câmara o governo acumulou pequenas derrotas nas últimas semanas. A primeira delas foi no fim de março, com a MP que afrouxou as proteções à mata atlântica.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), buscou minimizar, afirmando que "não houve nenhuma votação de derrota do governo". "Coisas periféricas que não interferem em nada."

Outro exemplo é a MP sobre o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), editada no governo Jair Bolsonaro (PL), que não foi levada para votação por falta de acordos entre governo e Legislativo. Nesse caso, a ameaça de derrota do governo em plenário poderia tomar outras proporções, uma vez que a MP é relatada pelo próprio líder governista.

Na terça, em sessão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, a oposição, liderada por Deltan Dallagnol (Podemos-PR), conseguiu barrar convite do PT para o advogado Rodrigo Tacla Duran discursar no colegiado.

Tacla Duran, que trabalhou para a empreiteira Odebrecht e é réu da Operação Lava Jato, fez acusações de extorsão contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e Deltan.

A formação da comissão é tida como exemplo de deslize da articulação política do governo na Câmara. O colegiado, que tem o poder de convocar ministros de todas as áreas, tem apenas 8 parlamentares de partidos da base do petista entre as 20 cadeiras titulares e é presidido pela bolsonarista Bia Kicis (PL-DF).

Além disso, pessoas próximas a Lula citam ainda a frustração com o PDT e PSB por não formarem um bloco na Câmara com o PT e terem se aliado a um grupo de 173 deputados alinhados a Lira.

Oficializado na quarta (12), o bloco é formado por PP, União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além de PDT e PSB.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conversa com jornalistas ao caminhar em túnel do prédio do Congresso Pedro Ladeira-31.jan.23/Folhapress

Lira desaloja liderança do governo e faz supergabinete

Novo espaço montado pelo presidente da Câmara para si tem 'confessionário'

Ranier Bragon

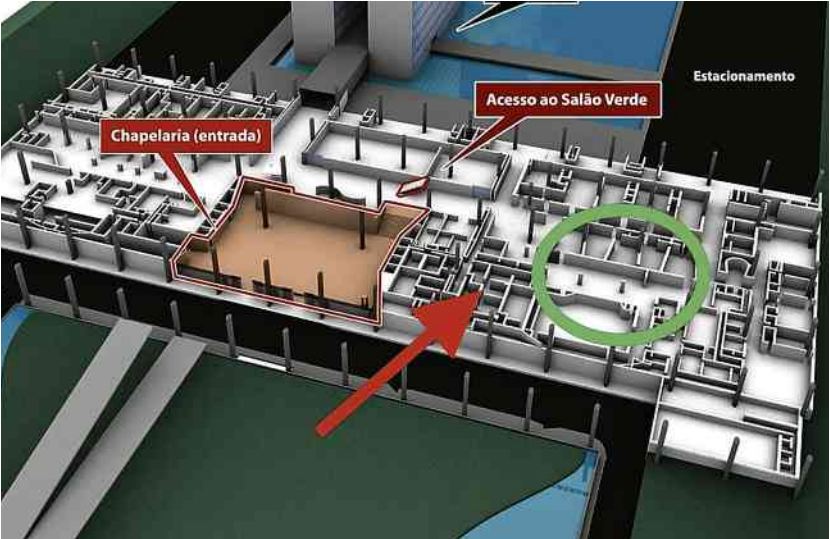
BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), desalojou a liderança do governo no Congresso e reservou o local, que fica a poucos metros do plenário, para abrigar o seu gabinete parlamentar.

Na porta de entrada do futuro espaço, que permaneceu trancada nos últimos dias, já consta a plaquinha com o nome do deputado.

Lira ocupa hoje o gabinete da presidência da Casa —posto para o qual ele foi eleito em fevereiro de 2021 e reeleito em fevereiro deste ano—, que fica no prédio principal da Câmara, também ao lado do plenário, sendo composto de recepção e várias salas de apoio.

Embora esteja no comando da instituição, ele tem direito também, assim como todos os outros 512 deputados, a um gabinete parlamentar comum.

O "gabinete comum" de Lira tem cerca de 45 metros quadrados e fica no 9º andar do anexo 4 da Câmara, que é um prédio amarelo localizado fora do edifício principal do Congresso e ligado a ele por meio de uma passagem subterrânea.

Era esse espaço, que abriga a maior parte do "baixo clero" da Câmara, que o parlamentar ocupava por mais tempo antes de conseguir galgar postos na Casa, como o de líder do PP (cuja liderança fica em local bem mais amplo e próximo ao plenário) e de presidente da Casa, a partir de fevereiro de 2021.

Seta vermelha aponta o local reservado para ser o novo gabinete parlamentar de Lira; no piso superior (círculo verde) fica o plenário da Câmara Reprodução

O atual gabinete pessoal de Lira fica cerca de nove minutos de caminhada distante do plenário da Câmara. É preciso pegar elevador e percorrer um caminho que inclui duas esteiras rolantes.

O futuro fica no piso inferior do plenário e tem acesso por elevador ao principal local de votações da Casa, com uma distância de cerca de um minuto de caminhada.

Já era sabido que quando deixasse o posto, em fevereiro de 2025 (já que ele não pode se candidatar a outra reeleição), Lira não voltaria ao anexo 4.

Nome na porta da sala já indica a reserva do espaço para o futuro gabinete de Lira Ranier Bragon/Folhapress

O ato da mesa 88/2006 dá prioridade de escolha de gabinetes a ex-presidentes que ainda exerçam o mandato, sendo que a tradição estabelece que serão locais amplos, compostos de várias salas e outras comodidades, sendo a principal a localização: no edifício principal, a poucos metros do plenário.

A ação do presidente de providenciar um espaço privilegiado quando ainda está na cadeira mais importante não é inédita. Seu antecessor, o ex-deputado Rodrigo Maia (RJ), também reservou um supergabinete ainda no período em que comandava a Casa.

Apesar da tradição, funcionários da liderança do governo no Congresso disseram ter sido surpreendidos em 26 de dezembro do ano passado por uma ordem para que deixassem imediatamente o local, que seria reformado para ser o novo gabinete de Lira.

Segundo relatos, a orientação inicial era de saída no mesmo dia. Depois, foi dado um prazo maior, de 48 horas.

A liderança do governo no Congresso, com toda a sua estrutura e seus assessores, foi transportada para a ala Afonso Arinos do Senado, que fica a uma distância de cerca de três minutos de caminhada do plenário da Câmara, onde normalmente são realizadas as sessões do Congresso.

Uma parte dos assessores não coube lá e foi alocada de forma provisória mais longe ainda, no 25º andar de uma das torres do Congresso.

"Não teve muito trauma não. Eu até saí antes porque ele [Lira] disse, 'Ah, eu estou querendo reformar, porque lá vou fazer meu gabinete e tal, você pode me ajudar, sair um pouco antes?'. Como a gente não tinha atividade nenhuma [era época de recesso], não vi dificuldade não", disse o senador Eduardo Gomes (PL-TO), que era o líder do governo no Congresso em dezembro de 2022.

Gomes afirmou que já havia a intenção de conversar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que a liderança do governo no Congresso fosse transferida da Câmara para o Senado.

Procurado, Pacheco disse por meio da assessoria que "o Senado Federal atendeu pleito da liderança do governo no Congresso por novo espaço físico".

O atual líder do governo no Congresso é o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O espaço que abrigará o novo gabinete de Lira conta, atualmente, com recepção, salas, local de reunião, banheiros e uma saleta restrita, no nível inferior, conhecida como "confessionário", normalmente usada para conversas de caráter super-reservado.

A assessoria de imprensa da Câmara, que respondeu em nome de Lira, afirmou que a administração da Casa "tradicionalmente disponibiliza gabinetes no edifício principal para parlamentares que ocupam ou tenham ocupado a presidência da Casa, situação em que se enquadra o atual presidente".

Afirmou ainda que Lira irá transferir seu gabinete parlamentar para o novo local tão logo seja concluída "a adaptação do ambiente para a nova finalidade" e que não será necessária a realização de obras estruturais.

"Cabe destacar que a área disponibilizada é compatível com os gabinetes de outros parlamentares que foram presidentes da Câmara."

Ao lado do novo gabinete de Lira ficam os de Aécio Neves (PSDB-MG) e Arlindo Chinaglia (PT-SP), os únicos ex-presidentes da Câmara que ainda têm mandato de deputado.

Eunício Oliveira (MDB-CE), que já presidiu o Senado, também ganhou um gabinete no edifício principal da Câmara.

Assim que assumiu o comando da Casa, em 2021, uma das primeiras medidas tomadas por Lira foi construir um novo gabinete da presidência, com vista para a Esplanada dos Ministérios.

Para isso, ressuscitou uma proposta que o então presidente Eduardo Cunha (MDB-RJ) havia tentado levar a cabo e removeu o comitê usado por repórteres que fazem a cobertura jornalística diária do Legislativo, instalando no local o novo gabinete.

Antes, todo presidente da Câmara que se dirigia do seu gabinete para o plenário precisava passar pelo Salão Verde, que é um espaço com cerca de 2.000 metros quadrados por onde circulam deputados, assessores, funcionários, visitantes, lobistas e jornalistas —e que se transforma em um formigueiro humano no dia de votações importantes.

Com a obra, que custou mais de R$ 1 milhão, Lira tem hoje ligação direta entre seu gabinete e o plenário, longe do assédio de jornalistas ou de qualquer outra pessoa que transite pelo Salão Verde.

O general Tomás Paiva (à esq.) em cerimônia no Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, em janeiro Divulgação Comando Militar do Sudeste

General recebe R$ 770 mil ao assumir Exército

Indenizações e ajuda de custo de R$ 304 mil elevam ganhos do comandante Tomás Paiva; situação segue lei, diz Força

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O comandante do Exército, general Tomás Paiva, recebeu R$ 770 mil em fevereiro e março a título de ajuda de custos e indenizações pecuniárias.

Os pagamentos abarcam benefícios típicos da carreira militar e direitos trabalhistas adquiridos ao longo de 42 anos de serviço.

Em nota, o Exército afirmou que todos os pagamentos feitos a Tomás estão previstos em leis e normas infralegais, como decretos e portarias.

"O Centro de Comunicação Social do Exército esclarece que, no caso em questão, se o oficial-general indicado para o cargo de comandante da sua respectiva Força estiver na ativa, será transferido para a reserva remunerada, quando empossado no cargo", disse.

Os repasses foram feitos em três ordens bancárias distintas, emitidas entre os dias 6 de fevereiro e 27 de março —a primeira, duas semanas após ter sido designado comandante do Exército, com a demissão do general Júlio César de Arruda pelo presidente Lula (PT).

O maior pagamento, de R$ 388,9 mil, se refere a indenizações pecuniárias por férias não tiradas e outros benefícios típicos da carreira —entre eles, a licença especial a que militares tinham direito, até o início do século, de tirar seis meses de férias a cada dez anos trabalhados. Se o militar não tirasse o descanso, ele receberia em dobro o salário referente aos meses da licença.

Segundo o Exército, Tomás teve direito ao montante por ter férias atrasadas de 2022, férias não tiradas em 2019, 2020 e 2021 e não ter aproveitado a licença especial quando ainda estava em vigor.

O segundo maior pagamento custou R$ 304,1 mil aos cofres públicos. Previsto em lei, o benefício é uma "ajuda de custo" dada aos militares sempre que um oficial ou praça vai para a reserva remunerada.

O valor é calculado em oito vezes o salário bruto do último posto que o militar ocupou (R$ 38 mil, como general quatro estrelas), livre de impostos.

Generais relataram à **Folha**, sob reserva, que o benefício foi conquistado e ampliado pelas Forças Armadas diante de reclamações sobre supostos prejuízos que a carreira teria. Entre eles, o de militares não terem acesso ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

O fundo foi criado para que trabalhadores de carteira assinada tivessem uma garantia de recursos, em caso de demissão, em uma alternativa à estabilidade no emprego. Por isso, servidores públicos em regime estatutário não têm direito ao FGTS.

O último pagamento, além do salário, recebido por Tomás na transição para o comando do Exército foi uma ajuda de custo de R$ 77 mil para se mudar de São Paulo, onde chefiava o Comando Militar do Sudeste, para Brasília.

O valor se refere a duas vezes o salário do militar no momento de sua movimentação na carreira, sem contar as remunerações eventuais recebidas mensalmente.

Além dos repasses que somam R$ 770 mil, o general Tomás acumulará o salário bruto de R$ 17 mil como comandante do Exército com o montante relativo à reserva remunerada, isto é, o valor integral de seu último salário (R$ 38 mil). Esse último benefício exclusivo de militares permaneceu em vigor mesmo com a reforma da Previdência de 2019.

Além de Tomás, o general Júlio César de Arruda recebeu R$ 568,4 mil ao assumir o Comando do Exército, no fim de dezembro de 2022.

Como a **Folha** mostrou, generais e militares de altas patentes usam recursos destinados à ajuda de custos de movimentações para inflar seus salários, já que os valores repassados são calculados com base na remuneração dos militares e costumam ser maiores que os gastos com as mudanças.

A última movimentação de militares ocorreu no fim de março e foi decidida em reunião do Alto Comando do Exército em meados de fevereiro. Foi a primeira alteração no topo de hierarquia realizada sob o comando do general Tomás Paiva.

As trocas intercalaram mudanças que já estavam previstas nas gestões passadas (Júlio César de Arruda e Freire Gomes) e outras novas, feitas sob medida para o objetivo de Tomás de reforçar o papel apartidário da Força.

As movimentações atingiram 75 generais, incluindo 11 dos 15 generais quatro estrelas (topo da carreira). Desse total, 45 oficiais já receberam recursos de ajuda de custo que somam R$ 4,3 milhões —média de quase R$ 100 mil por general.

A dança das cadeiras é natural da carreira militar e costuma ocorrer a cada dois anos. Há, porém, casos de generais que trocaram de cargo em menos de um ano e acumularam ajudas de custos.

O Ministério da Defesa paga cerca de R$ 1 bilhão por ano em despesas com as movimentações de militares, segundo dados do orçamento da pasta. Esse valor se refere apenas ao que é distribuído quando um militar muda de posto em qualquer uma das Forças Armadas, sem contar a ida para a reserva.

Em 2022, a maior parte do recurso foi destinada ao Exército (R$ 615 milhões).

O governo ainda pagou R$ 279 milhões em movimentações de militares da Marinha e mais R$ 145,2 milhões para integrantes da Aeronáutica.

Entenda o valor pago ao comandante

Por que Tomás Paiva teve o repasse? O general teve direito a um valor total de R$ 770 mil em fevereiro e março por causa de ajudas de custo e indenizações relacionadas a férias que ele não tirou e outros benefícios adquiridos em seus 42 anos da carreira.

Por que há ajuda de custo? O benefício, previsto em lei, é concedido ao militar que vai para a reserva remunerada. O valor é calculado em oito vezes o salário bruto do último posto que o militar ocupou (no caso de Tomás, R$ 38 mil, como general quatro estrelas).

Por que o benefício existe? Segundo militares, a compensação é uma forma de evitar que a carreira seja prejudicada por, por exemplo, não ter acesso ao FGTS. A manutenção do pagamento para os membros que passam à reserva foi negociada na reforma da Previdência, em 2019. O governo Jair Bolsonaro (PL) aumentou o valor para até R$ 300 mil, em vez do teto de R$ 150 mil até então vigente.

O que diz o Exército? A Força afirma que todos os pagamentos feitos a Tomás estão previstos em leis e outras normas, como decretos e portarias. Reitera ainda que, ao tomar posse como comandante do Exército, ele foi transferido para a reserva remunerada, o que justifica os benefícios.

> "No caso em questão, se o oficial-general indicado para o cargo de comandante da sua respectiva Força estiver na ativa, será transferido para a reserva remunerada, quando empossado no cargo
>
> **Exército, em nota**

Lula e o centro

Governo de frente ampla não vai satisfazer inteiramente as várias visões

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História"

Ao menos entre os formadores de opinião, parece haver muitos centristas decepcionados com Lula. Mesmo que apoiem a desbolsonarização e boa parte da agenda de Fernando Haddad, os centristas parecem ter dificuldade em abraçar o governo Lula como "seu".

Em alguma medida, isso era inevitável. Trata-se de um governo de frente ampla, que não vai satisfazer inteiramente nenhuma das várias visões ideológicas que o compõem. Mas a esquerda, ao menos, tem o presidente e a palavra final nos impasses.

Para os centristas, resta a aplicação de algumas de suas ideias favoritas, como a reforma tributária, e a reconstrução das coisas que Bolsonaro destruiu.

Parece pouco para justificar uma adesão completa que, no cálculo de alguns centristas, poderia dissolver o campo social-liberal na órbita do petismo. Afinal, muita gente que votou em Lula só para derrotar Bolsonaro em 2022 quer uma alternativa mais centrista em 2026.

Algumas das críticas do campo, digamos, pós-tucano fazem pouco sentido. Por exemplo, Lula retirou diversas empresas do programa de privatização. O PT sempre foi contra privatizações, embora aceite as parcerias público-privadas. Um governo do PT que desse continuidade às privatizações não estaria se aproximando do centro, estaria aplicando o programa tucano em sua inteireza. Essa não é uma reivindicação razoável.

Outras críticas são mais bem embasadas. O centro está certo em criticar a complacência com os regimes autoritários de esquerda. Antes de alguém dizer que não devemos nos meter nos problemas de nicaraguenses e venezuelanos, lembro que ninguém reclamou quando todas as grandes democracias do mundo se opuseram ao golpe de Bolsonaro.

O centro não gosta da retórica de esquerda do governo sobre economia, incluída aí a briga de Lula com Roberto Campos Neto. Nada disso teve muita consequência prática até agora: a retórica parece ser uma tentativa de manter a identidade de esquerda do governo. Afinal, a esquerda também tem medo de se dissolver na frente ampla. Mas é inteiramente compreensível que, se o governo marca assim sua identidade, o centro se sinta excluído. Identidades importam.

No que se refere à regra fiscal, acho que os críticos estão errados. Não é que suas contas, que apontam dificuldades para atingir os objetivos que o governo fixou para si mesmo sem aumento de arrecadação, estejam erradas: é que não é fácil achar uma área do governo em que grandes cortes de gastos sejam possíveis.

Não imagino como qualquer partido que tivesse vencido em 2022 pudesse agora propor um corte de gastos muito grande. Vale para Tebet, para Ciro, e só não vale para o maluco do partido Novo porque, se tivesse vencido a eleição, o Novo pediria desculpas pelo mal-entendido e entregaria a faixa presidencial de volta para o Jair.

A relação de Lula com o centro ainda está em construção e deve ter momentos de mais proximidade, como o debate da reforma tributária. A essa altura, o leitor já deve saber que defendo uma aliança estável entre a esquerda e ao menos parte do que chamamos de "centro".

Mas, se preferirem se distanciar conforme 2026 se aproxime —o que também é legítimo—, Lula e o centro têm obrigação de organizar esse processo sem prejudicar a reconstrução pós-Bolsonaro ou a aprovação do programa da frente ampla.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | **SEG. Camila Rocha**, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SAB. Demétrio Magnoli

Ministros do STF reunidos com Lula (ao fundo) em sessão de abertura do ano do Judiciário Rosinei Coutinho-1.fev.23/Divulgação STF

Articulação por negra no STF tem insistência e frustração

Entusiastas esbarram em descompromisso de Lula com indicação de ministra

Géssica Brandino

SÃO PAULO Integrantes de diferentes movimentos que trabalham pela escolha de uma primeira ministra negra para o STF (Supremo Tribunal Federal) ainda insistem em angariar apoio para essa indicação, mas acumulam frustrações em meio à corrida aberta com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski.

O principal ponto de decepção de parte desses grupos vem do fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não ter se comprometido com esse perfil.

Nas últimas semanas, a indicação de uma mulher negra recebeu declarações simpáticas de integrantes do primeiro escalão do governo, entidades jurídicas e do ministro do STF Edson Fachin.

No entanto, uma ofensiva de defensores do advogado Cristiano Zanin, já citado pelo próprio Lula, e a falta de um apoio amplo no Judiciário fizeram o movimento perder fôlego na disputa da vez.

Presidente da Anan (Associação Nacional da Advocacia Negra), Estevão Silva diz que a indicação de Zanin é dada como certa nos bastidores, com a manutenção de um homem na vaga, apesar da falta de paridade histórica na corte.

"A pressão que tenho notado é o silêncio, que é uma das formas adotadas por séculos como forma de diminuir os pleitos das pautas negras. Ficam o movimento negro e as pessoas negras puxando a corda e não estamos encontrando eco em outros setores, como a magistratura, o Ministério Público e a Advocacia-Geral", afirma Silva.

Em quase 40 anos de redemocratização no Brasil, a cúpula da República contou com 66 homens e só 4 mulheres. No STF, só 3 mulheres —contra 26 homens— se tornaram ministras nesse período, nenhuma delas negra.

Em seus dois primeiros mandatos, Lula indicou 8 ministros para a corte, sendo 1 negro, Joaquim Barbosa, que se aposentou em 2014. Escolhido pelo petista em 2003, o magistrado foi o terceiro e último ministro negro no Supremo. Dos 10 ministros da atual composição da corte, 6 foram indicados por Lula e Dilma Rousseff (PT).

Até o momento, as apostas na corrida pela cadeira de Lewandowski são lideradas por dois advogados homens e brancos. Além de Zanin, advogado pessoal de Lula na Operação Lava Jato, Manoel Carlos de Almeida Neto, ex-assessor do agora ex-ministro do Supremo, é cotado.

No início de março, Lula afirmou que "todo mundo compreenderia" se ele indicasse Zanin, a quem chamou de amigo e companheiro. O aceno vem também de canais de comunicação e advogados ligados à esquerda, com discursos que classificam a falta de representatividade no STF como um aspecto menor.

"Se olhar a reação da militância digital, houve uma série de posicionamentos muito preconceituosos com relação aos ministros que já ocuparam cargos no STF, dizendo que tem que ser uma pessoa fiel ao partido. A parte da diversidade acabou sendo descartada em relação à ideologia", diz o advogado e doutor em direito Irapuã Santana, presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP.

Para uma ala de especialistas, a eventual indicação de Zanin pode violar o princípio da impessoalidade e comprometer a legitimidade do tribunal perante a sociedade.

Por outro lado, advogados, integrantes da magistratura e de movimentos negros ouvidos pela **Folha** consideram que a fala de Lula após a saída de Lewandowski deixou a disputa em aberto.

"Se vai ser negro, se vai ser mulher, se vai ser homem, é um critério que eu vou levar muito em conta na escolha. Mas não te darei nenhuma referência, porque, se der, estarei carimbando a futura pessoa que vai ser a ministra da Suprema Corte", disse o presidente no dia 6, após decretar a aposentadoria do magistrado.

Representante do Enajun (Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros), coletivo criado há seis anos, o juiz Fabio Esteves afirma que tem recebido um retorno positivo nas conversas com integrantes de tribunais superiores.

"A principal consideração que deve ser feita pelo presidente é que a nomeação de uma mulher preta é uma ressignificação da democracia, do Poder Judiciário e da própria Constituição quando pede a construção de uma sociedade livre, justa e solidária", diz ele, sem citar qual nome tem sido trabalhado pelo grupo.

Na falta de uma sinalização positiva do Planalto, o coletivo decidiu esperar o surgimento da segunda vaga com a aposentadoria da presidente do STF, a ministra Rosa Weber, para apresentar o nome da juíza candidata. A outra indicação de Lula ao STF é prevista para ocorrer a partir de outubro, quando a atual presidente da corte completará 75 anos, idade-limite para permanecer no tribunal.

A presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Silvia Souza, considera que o movimento tem escalado apesar das reações contrárias.

"Há um setor da sociedade que entende que essa é apenas uma pauta identitária, quando não é. É uma pauta estrutural de enfrentamento ao racismo, que é uma questão sistêmica da sociedade. A indicação de uma jurista negra em muitas dimensões vai na mão do enfrentamento ao racismo, e é desleal relativizar isso."

Para Chiara Ramos, cofundadora do coletivo Abayomi Juristas Negras, a presença inédita de uma ministra negra no STF busca melhorar a qualidade das decisões judiciais.

"O ambiente plural, diverso, vai trazer soluções mais eficientes e que se adequem melhor aos problemas dentro de uma sociedade complexa como é a nossa. Vamos insistir com todas as campanhas como uma necessidade de construir uma nova cultura no sistema de Justiça", diz.

A advogada Lilian Azevedo, que integra o coletivo, afirma que é preciso cobrar responsabilidade institucional diante da falta de mulheres negras nesses espaços e reconhecer nelas a capacidade para também ocupar vagas.

"A gente quer que as nossas altas cortes tenham pessoas magníficas. Mas por que pessoas sempre do mesmo sexo e das mesmas cores? Quando só há homens brancos, a imagem que passa é que só eles são capazes", afirma.

A professora de direito e advogada Ecila Moreira de Meneses, integrante da executiva nacional da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, afirma que há um longo processo de construção para que esse cenário mude no STF e em outras cúpulas. Assim como o Supremo, o STJ (Superior Tribunal de Justiça), formado por 33 magistrados, também nunca teve uma ministra negra.

"Temos outros tribunais e carreiras no sistema de Justiça em que também precisamos democratizar o acesso. Se tivesse maior quantidade de juízas, promotores e advogados negros, a própria chegada de uma pessoa negra nas cortes seria muito mais natural", diz.

Entenda a escolha de ministros do STF

Com qual idade uma pessoa pode ser indicada? Os brasileiros natos com mais de 35 anos podem ser escolhidos para o cargo.

Quais os critérios para indicação? A Constituição prescreve que os nomeados para o Supremo devem ser cidadãos de "notável saber jurídico e reputação ilibada". Todavia, o texto constitucional e as leis brasileiras não detalham critérios ou procedimentos para verificar esses dois requisitos, tampouco indicam restrições ou causas de impedimento expressas.

Como é feita a indicação pelo presidente? Em geral, o presidente realiza entrevistas com os candidatos. Encerrada a seleção, o mandatário comunica o nome do escolhido ao Senado.

Como é o processo no Senado? A avaliação é feita pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), por meio de sabatina. Concluída a etapa, a comissão prepara um parecer sobre a nomeação e envia a análise ao plenário, que vota o nome. A aprovação só ocorre se for obtida maioria absoluta na votação, ou seja, ao menos 41 dos 81 senadores. Depois do aval, o mandatário pode publicar a nomeação e o escolhido pode tomar posse.

Por quanto tempo um ministro pode permanecer no STF? A Constituição prevê a aposentadoria compulsória dos ministros aos 75 anos.

PRÓXIMAS APOSENTADORIAS

GOVERNO 2023-2026
- Rosa Weber (out.23)

GOVERNO 2027-2030
- Luiz Fux (abr.28)
- Cármen Lúcia (abr.29)
- Gilmar Mendes (dez.30)

GOVERNO 2031-2034
- Edson Fachin (fev.33)
- Luís Roberto Barroso (mar.33)

GOVERNO 2039-2042
- Dias Toffoli (nov.42)

GOVERNO 2043-2046
- Alexandre de Moraes (dez.43)

GOVERNO 2047-2050
- Kassio Nunes Marques (mai.47)
- André Mendonça (dez.47)

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

A era dos emojis de Elon Musk

Bilionário desfigura o Twitter e ajuda a empurrar o planeta para a quinta série

José Henrique Mariante

"Eu não tenho página no Facebook. Eu não uso minha conta no Twitter. Tenho familiaridade com ambos, mas não os uso." Em julho de 2010, em reportagem no dominical The Observer, um Elon Musk bem diferente do atual era apresentado como uma espécie de sonhador que, até aquele ponto, conseguira transformar quase todos os seus planos em realidade, inclusive construir um foguete próprio. Seu Tesla era descrito como um esportivo de luxo exótico no estacionamento da Space-X, e o empresário, como fonte de inspiração para o personagem playboy cientista Tony Stark, da franquia da Marvel "Homem de Ferro".

Musk continua muito atarefado nos dias atuais, mas encontrou tempo para se dedicar à nobre arte de defender a liberdade de expressão ou a concepção que tem sobre ela. O tipo que queria ser "mais extrovertido" em 2010 não apenas aprendeu a usar o Twitter, como resolveu comprá-lo em 2022. Seis meses e muitas polêmicas depois, a rede social não lembra em nada um foguete. Está mais para chabu, com perda maciça de funcionários, anunciantes e prestígio. Veículos de imprensa nos EUA já abrem mão da rede.

Entre as sandices que implementou no novo negócio está a prática de responder a solicitações de jornalistas com um emoji de cocô. Musk quer acreditar que sua rede social não se submete ao escrutínio público. A gracinha, na vida real, não funciona. Uma advogada da empresa levou uma invertida do ministro Flávio Dino, na semana passada, depois de dizer que o Twitter não derrubaria perfis com ameaças de ataques a escolas. O resultado, como se sabe, foi o governo ameaçar multar, suspender e, no extremo, banir a mídia social que não colaborasse.

"Twitter apoia massacres" ganhou os trending topics até a lista ser aparentemente censurada, como mostrou o blog #Hashtag. **Folha** e rivais levaram um tempo para ligar os pontos entre o caso e a involução decretada por Musk na rede social. Basta o exercício de imaginar um Twitter assim deformado nas últimas eleições para notar como era importante estabelecer tal nexo.

O empresário de ficção científica, que há 13 anos falava em salvar a humanidade com saídas para Marte, parece ter sido substituído por uma versão distópica, de ranço totalitário. Desprezar a imprensa é apenas o capítulo inicial de um roteiro bem conhecido.

MM

"... minha gravidez foi descoberta por um exame de sangue vazado e tudo o que faço é dessa forma... dá medo até de morrer pq as pessoas não respeitam nem esse momento e conhecemos casos parecidos..."

Quando o Twitter era Twitter, Marília Mendonça escreveu na rede sobre o dilema da privacidade. Um ano e meio após a sua morte, o problema continua, mostrou o noticiário na última semana. A família denunciou que fotos de sua autópsia vazaram na internet e fazia um apelo público pelo não compartilhamento.

No mundo infantil das redes sociais, pedir para não fazer alguma coisa é a senha. Na noite de quinta-feira (13), a notícia mais lida da **Folha** era um relato da época do acidente, de 2021, em que as palavras "corpo", "IML" e "Marília Mendonça" no título refletiam o que se procurava no Google naquele momento (alguns sites alertam para a idade de conteúdos antigos, medida de transparência que faz falta na **Folha**).

Uma reportagem daria conta da novela, mas o jornal não recusou a onda de audiência e publicou uma dezena de textos desde então, com poucas novidades. Sensacionalismo ou a nova dinâmica do jornalismo, tanto faz. O mundo é uma quinta série. Musk não está só.

PPP

No último domingo (9), a **Folha** escreveu em manchete que o apoio à privatização no país deu um salto e chegou a 38% da população. Leitores reclamaram do que viram como direcionamento do jornal, dado que a maioria, 45%, continua contrária à adoção do sistema.

Algo semelhante se deu com o Datafolha sobre a aprovação de Luiz Inácio Lula da Silva nos primeiros cem dias de governo. O jornal preferiu destacar a reprovação, semelhante à obtida por Jair Bolsonaro.

Que a **Folha** transformou o tema da privatização em prioridade, é inegável. Também é fato que o humor sobre o assunto mudou na opinião pública (eram 26% a favor e 66% contrários em setembro). A reportagem arrisca uma explicação, a de que a eleição esquentou o debate e que a privatização teria virado argumento bolsonarista contra o PT.

Discussão mais interessante sairia do único parâmetro em que o serviço privado perde feio na pesquisa: para 67%, ele é mais caro. Está na hora de ouvir quem paga a conta, não quem ganha a concorrência.

Juliana Freire

A arrogância do Twitter

Depois de anos de empulhação, o caldo entornou

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

As grandes empresas de tecnologia que controlam plataformas de redes sociais tiveram mais de cinco anos para mostrarem-se dispostas a colaborar com o governo brasileiro no policiamento de mensagens que incitavam à prática de atos criminosos.

Empurraram o assunto com a barriga e com argumentos falsos até que, numa reunião com o ministro Flávio Dino, representantes do Twitter desafiaram-no, dizendo que mantinham na rede 431 mensagens que tratavam de ataques a escolas pois elas não ofendiam suas regras internas. O Twitter vinha respondendo a perguntas da imprensa com emojis de fezes.

Quando esse debate começou, discutiam-se notícias falsas em geral e mentiras políticas em particular.

Em 2014 uma página do Facebook intitulada "Guarujá alerta", com 56 mil curtidas, falava de uma mulher que sequestrava crianças para rituais de magia negra. Fabiane Maria de Jesus de 33 anos, que não estava identificada nas mensagens, foi linchada e morta no dia 3 de maio. Seus assassinos foram condenados a 30 anos de prisão.

Na reunião com o ministro discutiam-se mensagens que estimulavam o assassinato de crianças e professores em escolas. A turma do Twitter quis dançar valsa ao som de tangos. Percebido o erro, a empresa recuou, mas era tarde.

O Ministério da Justiça deu 72 horas para que elas informem o que estão fazendo para se dissociar de crimes. Além disso, prepara normas que permitam multar ou mesmo suspender o funcionamento de plataformas que transmitem mensagens de estímulo à violência em escolas. Bem feito.

Essas empresas são bilionárias e comportam-se no Brasil como os ingleses se comportavam no Quênia. Há anos o governo e de certa forma a sociedade querem apenas que elas colaborem.

O testemunho de ministros e de magistrados indica que elas vão para as reuniões com a capa da defesa da liberdade de expressão cobrindo a preservação de suas operações, economizando o dinheiro que gastariam aperfeiçoando o monitoramento.

É possível que venham a ser enquadradas, mas do outro lado não está uma alvorada de ações racionais e notícias verdadeiras. A autocensura pode ser exercida com a melhor das intenções e, mesmo assim, resultar em situações grotescas.

Nos anos 50 do século passado uma senhora queria colocar um anúncio no New York Times oferecendo apoio a mulheres que tinham câncer de mama. O funcionário do jornal recusou a publicidade, informando que o jornal não imprimia (nem no noticiário) as palavras "câncer" nem "mama".

Anos depois a palavra câncer foi libertada quando o secretário de Estado John Foster Dulles anunciou que padecia de tumor maligno no estômago.

No Brasil, o que o governo e o Judiciário vêm pedindo é antes de tudo colaboração. As proibições vindas do Judiciário devem ser cumpridas com celeridade. As do governo, depois de cumpridas, em certos casos podem ser imediatamente contestadas na Justiça.

O que não pode continuar é uma situação na qual um diretor com seu gravatão decide ignorar os pedidos para preservar o faturamento da companhia e, às vezes, o seu bônus de fim de ano.

Vida real
Um nordestino com mais de 30 anos de vida em São Paulo registra:

O pessoal jovem não está mais pensando em vir para o Sul. Mais que isso: quem saiu daqui durante a pandemia resolveu ficar por lá.

Lira mostra a arma
Ao formar um bloco com 173 deputados, o presidente da Câmara, Arthur Lira, mostrou ao PT que não adianta tentar reduzir sua influência comendo-a pelas bordas.

O bloco de Lira, equivalente a um terço dos votos, não desfilará com regularidade nem se mostrará coeso, mas entrará em campo sempre que o Planalto achar que controla a Câmara.

Zanin na ponta
Até onde se pode acreditar em previsões sobre a escolha de novos ministros para o Supremo Tribunal Federal, a semana terminou com a impressão de que, voltando a Brasília, Lula indicará o advogado Cristiano Zanin.

Zanin passou três meses na vitrine e ficou inteiro.

Três vagas no STJ
Nos próximos meses Lula preencherá três vagas no Superior Tribunal de Justiça, onde sentam-se 33 magistrados.

A primeira vaga deverá ser preenchida por um advogado indicado pela OAB. Ela manda ao tribunal uma lista de seis nomes, o STJ reduz a lista para três, e o presidente escolhe.

Seria desconfortável para o STJ se a lista de seis nomes da OAB saísse com cinco pangarés e um só alazão.

As outras duas vagas serão preenchidas por desembargadores de tribunais estaduais. Essa disputa ainda não começou.

Pazuello oferece uma vacina
O general da reserva pode ter sido um ministro desastroso na Saúde, mas entrou com o pé direito na Câmara dos Deputados. Apresentou uma proposta de emenda constitucional acabando com o instituto da reeleição de presidentes, governadores e prefeitos.

Pela proposta, a reeleição seria vedada a partir de 2030, para preservar o direito dos atuais ocupantes dos cargos.

A reeleição é hoje a principal praga do sistema político brasileiro. Seu patrono, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, já admitiu:

"Devo reconhecer que historicamente foi um erro: se quatro anos são insuficientes e seis parecem ser muito tempo, em vez de pedir que, no quarto ano, o eleitorado dê um voto de tipo plebiscitário, seria preferível termos 1 mandato de 5 anos e ponto final".

Aviso amigo
O tiroteio desencadeado pela decisão do Ministério da Fazenda de complicar a compra de mercadorias com valor inferior a US$ 50 vendidos pela internet por plataformas estrangeiras é apenas um aperitivo do que vem por aí quando aparecer o projeto de reforma tributária.

Todas as vozes se apresentarão como defensoras dos contribuintes. Por trás estarão fabricantes protegidos pela legislação nacional ou importadores que faturam com as brechas abertas nessas mesmas leis.

Novas surpresas
Há poucas semanas, Lula disse que ficou surpreso quando soube que a montadora Mercedes deu férias coletivas a seus funcionários. Pelo menos cinco outras montadoras haviam feito o mesmo. Afinal, elas tinham 187 mil veículos encalhados nos pátios.

Ainda não passou um mês e o encalhe passou a ser de 237 mil veículos. A Mercedes mudou seu patamar e anunciou a dispensa de 1.200 trabalhadores por três meses.

Durante o período da dispensa, quem ganha até R$ 2.230 será protegido pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Se necessário, a montadora cobrirá a diferença para quem ganha mais que isso.

A Mercedes anunciou também a redução de um turno por três meses na sua fábrica de caminhões, a partir de maio.

O porta-aviões vira litígio
A Advocacia-Geral da União quer cobrar R$ 320 milhões das quatro empresas que compraram o porta-aviões São Paulo e não tiveram onde atracá-lo. O casco acabou afundado em fevereiro, em alto-mar. O falecido porta-aviões virou um fantasma porque ninguém queria receber um casco com 10 toneladas de amianto.

Será um interessante litígio, porque envolverá a Marinha, que vendeu o mico, bem como todas as repartições públicas que liberaram sua exportação, com a necessária licença ambiental.

Defesa do cidadão encobriu o corporativismo de Lewandowski

Gestão autoritária esvaziou o Conselho Nacional de Justiça e inibiu a fiscalização da magistratura

OPINIÃO

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO O aspecto mais destacado nas homenagens a Ricardo Lewandowski, que se aposentou do Supremo Tribunal Federal, foi sua visão garantista. Essa ênfase ofuscou o viés corporativista e autoritário do ministro.

Ele abriu as portas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) ao lobby das associações de classe. Dividiu o colegiado. Não foram julgados processos graves contra juízes.

Pauta congestionada
Lewandowski sucedeu ao ministro Joaquim Barbosa, que antecipou a aposentadoria.

Na primeira sessão, ainda presidente substituto, defendeu o imediato retorno à jurisdição dos magistrados afastados cautelarmente pelo CNJ—a proposta foi rejeitada.

Negligenciou o julgamento de processos disciplinares. Suspendeu as reuniões administrativas do colegiado, realizadas desde a fundação do CNJ.

Cortou gastos com viagens dos conselheiros, sob a alegação de que as despesas foram elevadas em 2013/2014. Barbosa confirmou que houve queda nos anos anteriores.

Ainda como presidente interino, suspendeu o sistema eletrônico, que permitia aos conselheiros o acesso prévio aos votos dos pares e agilizava os julgamentos pelo plenário.

A Associação dos Magistrados Brasileiros alegara que essas "sessões secretas" violavam a ampla defesa. Em dez anos, a pauta nunca ficou tão congestionada.

Colegiado dividido
Em 2014, sete conselheiros protocolaram ofício a Lewandowski, preocupados com a redução dos julgamentos e o risco de esvaziamento do CNJ.

O órgão julgava de 40 a 60 processos por sessão. A média caiu para 15.

Quando viajava, Lewandowski não convocava sessões presididas por Cármen Lúcia. Na única sessão em que substituiu o presidente, ela julgou 50 processos.

Investigações interrompidas
Em 2014, Lewandowski tornou sem efeito o afastamento de duas desembargadoras do Pará, acusadas de negligência num golpe bilionário contra o Banco do Brasil.

Em 2016, a Segunda Turma do STF manteve a decisão do CNJ que determinou a aposentadoria compulsória das duas.

Em julho de 2014, durante recesso, Lewandowski concedeu liminar determinando que os desembargadores Mário Hirs e Telma Britto, afastados por colegiado do CNJ, retornassem ao TJ da Bahia.

Antes, o relator, ministro Luís Roberto Barroso, havia indeferido pedido para retornarem ao tribunal, diante do risco de constranger testemunhas e destruir provas. Em 2017, por maioria, o CNJ absolveu os desembargadores.

Casa dos magistrados
Joaquim Barbosa foi duro no trato com os representantes de entidades. Foi uma reação à iniciativa da AMB, Ajufe e Anamatra que ofereceram queixa-crime contra a então corregedora Eliana Calmon, sob a alegação de quebra ilegal de sigilo bancário e fiscal de juízes e familiares. O processo foi arquivado.

Em 2011, um dia antes do recesso, Lewandowski concedeu liminar e interrompeu inspeções iniciadas pelo CNJ a partir de informações do Coaf, para examinar evolução patrimonial de magistrados e servidores em 22 tribunais.

Despachou na ausência do ministro Joaquim Barbosa, a quem foi distribuído o mandado de segurança. As associações alegaram quebra ilegal de sigilo bancário e fiscal de mais de 200 mil pessoas.

Lewandowski mudou o tratamento dispensado pela presidência do CNJ às entidades da magistratura.

Ao saudar o então presidente do TJ-SP, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, durante uma sessão, Lewandowski disse que o CNJ "hoje é a casa dos magistrados".

Pauta corporativa
Sem submeter a decisão ao plenário, Lewandowski criou dois conselhos consultivos para assessorar sua gestão. Um reunia presidentes de associações de classe da magistratura; o outro, presidentes de tribunais de Justiça (uma entidade de caráter privado).

Na gestão de Joaquim Barbosa, as sessões começavam pela manhã e entravam no início da noite (como ocorre hoje). Com Lewandowski, eram realizadas apenas à tarde.

Piruetas e convescotes
Por recomendação de Lewandowski, o CNJ decidiu tornar sigilosos os cachês pagos a magistrados por palestras proferidas a convite de administrações estaduais, associações e empresas privadas.

Desembargador do TJ-SP, Lewandowski foi sócio-fundador do Jurisul (Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos sobre o Mercosul), entidade criada pelo empresário Mario Garnero, do grupo Brasilinvest.

Em 1998, Garnero foi anfitrião de uma caravana de magistrados à Argentina. Era alvo de ação penal anulada pelo STF no ano seguinte.

Em novembro de 2011, Lewandowski e outros ministros de tribunais superiores participaram de seminário num hotel cinco estrelas, no Guarujá, a convite da Confederação Nacional de Seguros, uma instituição privada. O evento começou numa quinta-feira e prolongou-se até domingo.

Lewandowski participa de caravanas para seminários em Portugal promovidos pelo IDP, instituto do ministro Gilmar Mendes.

O bom combate
No encerramento de sua gestão na presidência do STF e CNJ, Lewandowski foi saudado pelo então decano Celso de Mello, em nome do colegiado.

Mello disse que a atuação de Lewandowski nos dois órgãos foi "firme, competente e motivada por superiores razões de interesse público".

"Se há uma marca pela qual eu gostaria de ser lembrado é de ter realizado uma gestão inclusiva, democrática e participativa", afirmou Lewandowski.

"Eu tenho a convicção íntima de que combati aquilo que eu reputei ser o bom combate. Eu concluí a minha missão e, apesar de todos os percalços, mantive a fé nas pessoas e nas instituições."

Guerra cultural se torna legado do bolsonarismo mesmo sem Bolsonaro

Pesquisadores criam o conceito 'populismo religioso de direita radical' para políticos como o ex-presidente

SÉRIES FOLHA
O FUTURO DO BOLSONARISMO

Uirá Machado

Culto com Jair Bolsonaro em GO Alan Santos-21.ago.21/Divulgação PR

SÃO PAULO Não é por acaso que os evangélicos continuam provocando estragos na avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como mostrou o Datafolha, e que a frente parlamentar desse segmento religioso incomoda o atual governo no Congresso.

Se, no passado, políticos e pastores evangélicos adotavam uma postura pragmática, aproximando-se inclusive de gestões do PT, agora eles têm um novo motivo para cerrar fileiras na oposição: a transformação da política brasileira em uma guerra cultural.

Grosso modo, a guerra cultural reflete uma divisão profunda entre progressistas e conservadores a respeito das noções de moralidade. Na prática, isso se traduz em disputas sobre aborto, direitos LGBTQIA+, feminismo, igualdade de gênero, orçamento da cultura e conteúdo da educação, entre outros temas.

De acordo com o cientista político Guilherme Casarões, esse é um dos principais legados do bolsonarismo, com prováveis implicações de longo prazo ainda que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixe a liderança do movimento.

"O bolsonarismo, mesmo que mude de nome, vai ter impacto muito grande na maneira como o país se organiza politicamente", diz Casarões, professor da Escola de Administração de Empresas da FGV-SP.

"Essa maneira bolsonarista de pensar o país e a política está muito pautada pela noção de nacionalismo cristão. Não é o patriotismo militarista, ou não se resume a isso; tampouco é a visão religiosa sectária. É a fusão dessas duas coisas", afirma.

Esse nacionalismo cristão, segundo Casarões, se traduz na ideia de que as respostas para todos os problemas sociais do país estão numa agenda alinhada a valores religiosos.

"A isso corresponde a luta contra o comunismo em suas manifestações políticas e culturais, o combate ao que eles chamam de ideologia de gênero, o enfrentamento do que eles consideram depravação moral da sociedade", diz ele, que é coordenador do Observatório da Extrema Direita.

A análise desse emaranhado entre política, fé e patriotismo levou Casarões a propor um novo conceito: populismo religioso de direita radical.

Em parceria com Ricardo Barbosa Jr., do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Casarões desenvolveu a ideia no artigo publicado no começo do ano na revista científica Millennium, uma das mais tradicionais na área de relações internacionais. O texto justifica a criação do conceito como uma subcategoria do populismo de direita radical, um fenômeno bastante conhecido.

Populistas de direita radical são líderes ou grupos ideológicos que defendem bandeiras como nacionalismo, racismo, xenofobia e autoritarismo.

São populistas porque, estimulando uma divisão da sociedade entre uma elite pintada como antinacional e o povo, se atribuem o direito de falar em nome dessa maioria, ainda que para isso precisem passar por cima das instituições.

São de direita radical, e não de ultradireita (duas variantes da extrema direita), porque não rejeitam a democracia logo de cara; ao contrário, participam do processo eleitoral para chegar ao poder. Uma vez eleitos, contudo, desvirtuam as regras do jogo para instaurar um governo de perfil autoritário, embora não necessariamente ditatorial.

O populismo de direita radical é usado para descrever políticos como Marine Le Pen (França), Boris Johnson (Reino Unido), Donald Trump (EUA) e Bolsonaro.

Mas, para Casarões e Barbosa, é possível refinar esse conjunto ao prestar mais atenção no elemento religioso. A mobilização da fé, dizem os dois, é central para oferecer também recursos materiais, estruturas de campanha e narrativas ideológicas.

Grupos religiosos ajudam na sustentação do governo e, em troca, desfrutam de participação institucional sem precedentes e de oportunidades inéditas para reorganizar as relações entre Estado e sociedade em termos eclesiásticos.

Le Pen e Johnson não entram no subconjunto dos populistas religiosos de direita radical. Trump entra, assim como Viktor Orbán (Hungria), Narendra Modi (Índia) e Bolsonaro.

"A extrema direita se baseia muito no afeto. Ou seja, não é uma construção política racional como um todo. Ela se abastece muito do medo: medo do outro, medo do diferente. E ela converte esse medo em ódio, que tem efeito político poderoso", diz Casarões à **Folha**.

"Ela fala para grupos ressentidos da sociedade, seja pela questão econômica, seja porque se sentem excluídos do processo político. Isso não tem necessariamente relação com religião", afirma o cientista político.

Enquanto na Europa o medo orbita muito mais em torno da xenofobia e da ideia de choque de civilizações, nas Américas a religião cumpre esse papel, ao apresentar valores e identidade mesmo para quem não se aproxima de demandas teológicas específicas.

> "A extrema direita se baseia muito no afeto. Ou seja, não é uma construção política racional
>
> **Guilherme Casarões**
> cientista político

"Nos EUA, por exemplo, é a guerra dos progressistas e relativistas morais contra os valores cristãos, por exemplo. Aqui, Bolsonaro conseguiu colocar seus adversários políticos na condição de inimigos da identidade cristã brasileira. Tanto que Lula era acusado de ser satanista e de querer fechar igrejas", diz Casarões.

Bolsonaro começou a cultivar sua imagem religiosa antes de se tornar oficialmente pré-candidato. Sua oposição ao que chamou de kit-gay e o batismo no rio Jordão foram dois passos nessa trajetória, feita com ambiguidade suficiente para não preferir nem preterir denominações.

Na Presidência, transformou a fé em questão de Estado ao utilizá-la como critério para nomear ministros de seu governo e do Supremo Tribunal Federal, ou ao atacar legislações de direitos humanos dentro da guerra cultural.

No artigo, Casarões e Barbosa argumentam que Bolsonaro e outros populistas fazem da religião a chave para um alinhamento internacional, com o objetivo de construir uma nova ordem mundial em que as comunidades defendem suas culturas e valores da influência externa.

Visto dessa perspectiva, o bolsonarismo, seja qual for o destino de Bolsonaro, deverá manter seu protagonismo entre as forças de oposição ao governo Lula.

"Ele pode ser um movimento menos de contraponto substantivo às pautas do governo e mais de ação na guerra cultural, que segue nas redes sociais e nos Legislativos", diz Casarões.

Gabriela Biló/Folhapress

Caio Fábio

Evangélicos fizeram por merecer olhar negativo da sociedade

Reverendo fala da relação de vaivéns com Lula, diz que PT pode descartar aproximação com líderes de antigamente do segmento e chama Bolsonaro de 'déspota perverso'

ENTREVISTA

Anna Virginia Balloussier

são paulo Guiados por pastores com "vocação para aiatolá", evangélicos "fizeram por merecer" a má fama tantas vezes lhes atribuída pela sociedade secular.

Quem diz é o reverendo Caio Fábio D'Araújo Filho. Colegas como um então jovem Silas Malafaia o consideravam o pastor número um do país nos anos 1980 e 1990. Com críticas ácidas ao evangelicalismo nacional, o manauara virou persona non grata no segmento e é hoje um farol entre a minoria progressista.

Em entrevista à **Folha**, o membro da Catedral Presbiteriana do Rio ataca o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), um "déspota perverso" que "caiu como uma luva" nas igrejas, e fala da relação de vaivéns com o amigo Lula (PT).

O nome de Caio Fábio foi atrelado ao dossiê Cayman, emaranhado de fake news para tentar incriminar a cúpula do PSDB na campanha de 1998. Ele chegou a ser condenado.

Pastor e político retomaram a amizade na eleição de 2022, e a ideia, segundo o pastor, é conversar para "dissolver esse caroço golpista que Bolsonaro fez crescer".

*

O sr. é evangélico desde os anos 1960. O que mudou no segmento de lá pra cá? Minha avó já vinha presbiteriana desde o final do século 19. A família paterna era católica. Fui batizado em ambas as fés. Voltei à igreja presbiteriana com 19 anos porque tive experiência forte com Jesus. Pregava para amigos e hippies em Manaus. Isso no [evangelicalismo] histórico.

Do lado pentecostal, era tudo muito fervoroso e aferrado a costumes. Mulher não podia cortar cabelo, usar maquiagem. Homens iam para o culto de terno. Além da gritaria muito intensa. Eu achava muito esquisito, mas sincero. Você sabia que estava lidando com pessoas honestas, que não se metiam com política, cuidavam das suas vidas.

Acha justa uma percepção nem sempre generosa da sociedade secular para evangélicos? Antes, [pentecostais] se mantiveram nessa linha de discrição. Nos anos 1980, os pentecostais receberam influência profunda de televangelistas americanos, como o Jimmy Swaggart. As mulheres agora se pintam, cortam o cabelo. Pareceu uma evolução.

Tenho que admitir que o olhar da sociedade para evangélicos não é exageradamente negativo. Eles fizeram por merecer no curso dos últimos 40 anos. Desenvolveram-se suficientemente, do ponto de vista numérico e no que diz respeito a ambições políticas e a ênfase que deram no dinheiro, de tal modo que Deus não ouve orações se o indivíduo não fizer sacrifícios financeiros. Existem exceções, mas são infelizmente apenas isso.

Pautas como aborto e LGBTQIA+ sempre foram um ponto de honra no segmento? Evangélicos foram se tornando cada vez mais fanáticos. O conservadorismo antes tinha a ver com outras coisas, [o pentecostal] que não fuma, não dança, não bebe.

Havia, já no final dos anos 1980, ênfase muito grande em gays. Muitos filhos de pastores começaram a não aguentar mais viver de segredos e passaram a frequentar boates gays. Aí as igrejas levantaram esse assunto.

Quando o neopentecostalismo se estabeleceu, muita gente me disse que imitaria a Igreja Universal com menos agressividade, para não assustar os crentes originais. Mas foi ali que a canoa emborcou. Uma tragédia anunciada.

A esquerda sabe dialogar com o grupo? A meu ver, não. Até porque não dá muito para dialogar, se você for uma pessoa de esquerda lúcida, com quem propõe o oposto disso. Bolsonaro mudou a cabeça dos evangélicos? Óbvio que não. Evangélicos estavam preparados para uma pessoa como ele, só não tinham coragem explícita de declarar isso. Lembro-me bem, quando começou o processo de abertura política, eu ainda era um líder cristão respeitado no país inteiro... Ouvi pastores dizendo que estavam preocupados com essa tal de redemocratização, porque estava tudo muito bom com os militares.

Muitos líderes têm vocação para aiatolá, coronelismo, sempre estiveram nessa situação de despotismo comunitário. Um cara como Bolsonaro, um déspota perverso e insano, caiu como uma luva. Não precisa ter lógica. Basta alguém chegar tremendo e dizer "o Senhor me deu uma ordem" que todo mundo corre atrás.

Por que evangélicos votaram em massa no Bolsonaro? Ele prometia dar todos os favores à igreja evangélica. E ainda introduziu a história do armamento. Evangélicos nunca deram ênfase a isso, civil com arma diziam logo que era coisa do Diabo. Liderei a campanha do desarmamento em 1994. O público que mais apoiava era o evangélico.

Caio Fábio D'Araújo Filho, 68

Foi pastor presbiteriano por três décadas e lançou mais de 180 livros. Começou a pregar na TV em 1974 e fundou a Associação Evangélica Brasileira. Hoje não prega numa denominação específica, mas mantém o título de reverendo

> "Bolsonaro mudou a cabeça dos evangélicos? Óbvio que não. Evangélicos estavam preparados para uma pessoa como ele, só não tinham coragem explícita de declarar isso
>
> Dá para [Lula] criar ponte com novos líderes. Com os de antigamente, não, é um pessoal que subiu na torre e jogou todas as penas no ar, não dá para juntar mais

O sr. teve uma amizade de anos com Lula. A gente se conheceu no Congresso, início dos anos 1990. Eu estava organizando um evento da Associação Evangélica Brasileira. Começamos a nos encontrar para almoços, reuniões de seis, sete horas. Lula me assegurou, desde o primeiro momento, ser uma figura muito mais cheia de ideais do que de ideologias.

O que houve de ruim entre nós foi a entrada da política. Em 1998, veio uma pessoa da Flórida, que me conhecia de lá e conhecia Lula daqui. Chegou na Fábrica de Esperança [ONG de Caio] com uma história de dossiês, vantagens e possibilidades. Ele quis me envolver de qualquer modo.

Aquilo criou um imbróglio que acabou prejudicando meu relacionamento com Lula. Mas votei nele em 2002.

Voltaram a se estranhar? Comecei a falar publicamente dele em 2007, quando senti que havia alguns desvios do propósito original, que o acolhimento mundial tinha mexido um pouco com a cabeça dele. Mas nunca desgostei do Lula.

Quando veio a Lava Jato, vi que aquilo iria longe, com boas razões e outras nem tanto. Fiz uma declaração. Deltan Dallagnol [então procurador da operação] na mesma hora mandou WhatsApp me chamando para conhecer a Lava Jato em Curitiba. Fui. Perguntei se ele via Lula com condições de ser preso. Ele disse que não, se os fatos que tivessem fossem apenas aqueles. Quando vi o julgamento do Moro, levei um susto. Um total absurdo. Fui perdendo a fé.

No dia de Lula ser preso, cresceu imensamente no meu conceito outra vez. Não fugiu, entrou na cadeia e fez o melhor que pôde. Quis visitar, mas achei que PT iria julgar como espécie de oportunismo.

Retomaram relações, certo? Na eleição, amigos da democracia, sabendo da minha amizade com Marina Silva [eleita deputada e hoje ministra], me pediram [para fazer a ponte entre ela e Lula]. Liguei, e ela disse: "Ele sabe como me achar, tem o meu número". Eles se encontraram, foi muito bom. Ela agradeceu e disse que queria fazer um pedido em troca. "Gostaria muito de ver vocês dois juntos de novo." Uma semana depois, recebi chamada de vídeo do Waguinho, marido da Dani [prefeito de Belford Roxo e ministra do Turismo]. Lula estava com ele. A gente conversou como se nunca tivesse acontecido nada. O que está esquecido, está esquecido.

O sr. disse que conversaria com Lula sobre evangélicos. Conversamos algumas vezes. Quando ele voltar da China, vamos bater um papo sobre o que o Estado precisa fazer para dissolver esse caroço golpista que Bolsonaro fez crescer enormemente.

Lula deve tentar recriar elos com pastores que o apoiaram e depois ladearam com Bolsonaro? Dá para criar ponte com novos líderes. Com os de antigamente, não, é um pessoal que subiu na torre e jogou todas as penas no ar, não dá para juntar mais. São pessoas que deixaram seu ódio a Lula muito explícito. Como qualquer organismo, a igreja evangélica está se renovando, e tem uma quantidade grande de líderes novos, melhores.

O sr. disse após os ataques de 8/1 em Brasília: "Os evangélicos são a pior ameaça à democracia". Acha que declarações assim correm o risco de generalizar e aumentar o preconceito? Não é fazendo média que se vai conquistar um grupo. Uma aproximação assim reforça a expectativa agressiva de que qualquer governo tem que tratar os evangélicos na palma da mão, ou eles podem virar o futuro de uma eleição. Minha maior preocupação: não existe no Brasil nenhum grupo mais organizado e capilarizado do que os evangélicos.

mundo

Lula incomoda Washington ao receber visita de chanceler russo

Vinda de Serguei Lavrov ao Brasil é aposta do Itamaraty em autonomia em meio aos conflitos na Ucrânia

Igor Gielow

SÃO PAULO O chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, desembarca nesta segunda-feira (17) em Brasília para uma viagem de dois dias ao país, na primeira etapa de um giro em que seguirá para três adversários dos Estados Unidos na América Latina próximos do PT.

Mais do que a visita de Estado à China, em que já foi difícil para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sustentar a imagem de neutralidade no contexto da Guerra Fria 2.0 entre Pequim e Washington, a vinda de Lavrov posiciona o Brasil de um lado do conflito na Ucrânia aos olhos da diplomacia americana e ocidental.

Para o Itamaraty e para o Kremlin, isso é irrelevante, e a visita é uma prova de uma saudável independência brasileira em um mundo que não comporta dominâncias e blocos estanques. Para críticos, é um alinhamento excessivo entre o Brasil e a Rússia —condenada pela maioria dos países da ONU por sua guerra.

Nem tudo será consenso, apesar do avanço recente das compras brasileiras de óleo diesel da Rússia, que deve estar na agenda. Haverá nas conversas em Brasília o espinhoso tema dos alegados espiões russos que se passavam por brasileiros, um assunto em apuração pela Polícia Federal.

Para complicar, advogados do notório opositor de Vladimir Putin Alexei Navalni dizem que ele está em estado crítico na cadeia, supostamente envenenado pela segunda vez. Se morrer com Lavrov junto à Lula, o constrangimento internacional é certo.

Descontando esse cenário extremo, tudo tende a ser ofuscado pelo contexto geral. A ambiguidade brasileira em relação à invasão russa de 2022 precede o conflito, quando o então presidente Jair Bolsonaro (PL) visitou Moscou e prestou solidariedade ao colega Putin uma semana antes das tropas do Kremlin atravessarem a fronteira.

O motivo é a dependência brasileira de fertilizantes russos, que somam mais de 20% do mercado nacional. Havia outros itens na pauta, como a necessidade brasileira de acesso a combustível nuclear certificado para o reator atômico de seu futuro submarino.

Mas os fertilizantes dominam a conversa. Eles puxaram o aumento do fluxo comercial Brasil-Rússia em pleno regime de sanções ocidentais a Moscou: em 2022, os brasileiros compraram 37% a mais produtos russos do que em 2021, somando US$ 7,8 bilhões, um balança superavitária para Moscou em US$ 5,9 bilhões.

Ao mesmo tempo, o Brasil votou duas vezes na ONU condenações à agressão contra Kiev, ainda que tenha rejeitado aplicar sanções à Rússia. O pragmatismo, consonante com a posição histórica do país, acabou ampliado com a volta de Lula ao poder.

Afinal, foi sob suas duas passagens pela Presidência anteriores que o Brasil estimulou, anabolizado pelo boom de commodities da China nos anos 2000, uma diplomacia mais agressiva ao buscar parcerias no chamado Sul Global. O Brics, o bloco que une até adversários como Índia e China, foi resultado disso.

No começo do ano, o petista rejeitou um pedido da Alemanha para vender munição de velhos tanques Leopard-1 que opera, que seriam repassados junto com os carros de combate do modelo que a Europa enviará ao esforço de guerra ucraniano. Disse que isso fere a ideia de neutralidade.

Kiev protestou, e o próprio presidente Volodimir Zelenski convidou o brasileiro a visitá-lo, sem sucesso. Lula já havia irritado os ucranianos ao dizer que o líder era tão responsável quanto Putin pela guerra e, recentemente, foi criticado por sugerir que a paz poderia ser alcançada se a Ucrânia cedesse território.

Há duas semanas, Lula enviou o influente assessor e ex-chanceler Celso Amorim para encontrar-se com Putin no Kremlin. Agora, Lavrov devolve a cortesia. "Qual a vantagem disso?", questiona Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington.

A terceira encarnação de Lula presidente, aproveitando a terra arrasada deixada por Bolsonaro no campo internacional, buscou vender a ideia de que o país está de volta ao jogo. Só que, em vez de focar em temas sobre os quais há consenso do peso brasileiro, como crise do clima e segurança alimentar, Lula mira alto.

Quer assento em um tema vital de segurança mundial, a Guerra da Ucrânia. Sugeriu a criação de um "clube da paz", ideia bombardeada pelos EUA por incluir a China, aliada russa, e elogiada em Moscou e Pequim.

Para críticos, isso oscila entre deslumbramento e o risco de ser usado por Putin e Xi Jinping. No caso russo, a vinda de Lavrov serve à necessidade do Kremlin de mostrar que não está isolado. Em artigo à **Folha**, o chanceler falou sobre a importância de um mundo sem a unipolaridade americana do pós-Guerra Fria.

Esse tempo de todo modo acabou, como os múltiplos desafios enfrentados pelos EUA demonstram: crises econômicas, fracassos militares e a ascensão chinesa —exacerbada pelo papel de Xi Jinping, o mais poderoso líder do país em mais de três décadas.

Decano da grande diplomacia mundial, Lavrov está no cargo desde 2004. Com experiência prévia de dez anos na ONU, sempre foi respeitado como um ponderado negociador multilateral.

A crescente agressividade do Kremlin —vista na tentativa de impedir a expansão da Otan, a aliança militar ocidental— colocou Lavrov sob fogo dos antigos admiradores.

Diplomatas e analistas russos contemporizam, dizendo que Lavrov, 73, não tem influência decisiva sobre as medidas do chefe. Seja como for, ele tem passado dificuldades públicas, como quando um comentário seu afirmando que a guerra foi imposta à Rússia pelo Ocidente foi alvo de risadas de uma plateia. Ao mesmo tempo, segue em alta costura, tendo organizado a pomposa visita de Xi a Putin.

Para completar o quadro, Lavrov deixará Brasília rumo a três ditaduras próximas de Moscou, e também do PT e da esquerda, na região: Venezuela, Nicarágua e Cuba.

O ministro das Relações Exteriores da russo, Serguei Lavrov Ozan Kose - 10.mar.2022/AFP

Brasileiro reproduz os argumentos de Vladimir Putin sobre a guerra

OPINIÃO

Konstantin Eggert
Jornalista russo exilado e analista de assuntos relacionados a seu país na rede alemã Deutsche Welle

O chanceler russo Serguei Lavrov chega a Brasília para transmitir a seus anfitriões as mentiras do Kremlin sobre a invasão da Ucrânia. Ele tentará convencer o presidente Lula a intensificar esforços para mediar a paz entre Moscou e Kiev.

Com o mandado de prisão emitido pelo Tribunal Penal Internacional contra Vladimir Putin, o chefe de Lavrov, esta viagem representa a rara oportunidade de o ministro russo se reunir com políticos de uma democracia importante.

O Kremlin gostou das declarações recentes do presidente Lula sobre a Otan ser pelo menos parcialmente culpada pelo ataque de Putin à Ucrânia. A insinuação de Lula de que, para cessar a guerra, a Ucrânia poderia ceder a Crimeia à Rússia também foi música para os ouvidos dos russos.

Infelizmente, essas declarações reproduziram os argumentos de Moscou. A meu ver, também jogaram por terra qualquer confiança que Kiev pudesse sentir na mediação do Brasil.

Moscou tampouco está interessada nos esforços de Lula. Putin ainda espera derrotar a Ucrânia pelo cansaço. Ao longo dos anos, ele já comprovou que não precisa de ninguém para "poupá-lo de humilhações".

Putin quer que Lula prossiga com seus esforços de paz para que, aos olhos do público russo e também dos países da Ásia, da África e da América Latina, ele possa jogar a culpa pelo conflito na "intransigência ucraniana". Com EUA, União Europeia, Japão e Austrália unidos contra Putin, Moscou quer recrutar o Sul Global como aliado.

Moscou encara Lula como um ativo valioso, um potencial porta-voz dos que rejeitam os EUA. Putin não dá a mínima para o dano que a mediação fracassada de paz causará à reputação de Lula. O que ele quer é caracterizar o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, os EUA e seus aliados como instigadores de uma guerra que pisoteia a estabilidade internacional.

Em vez de cair nas armadilhas que Putin arma para seu ganho político, o Brasil poderia aproveitar a visita de Lavrov para condenar a invasão de Putin, dizendo a seu ministro que a única solução justa do conflito é que a Rússia saia dos territórios ocupados na Ucrânia.

Se Lula pensa que fazendo isso ele estará tomando o partido do Ocidente, está enganado. Não é o Ocidente que ele estará apoiando, mas as vítimas ucranianas da agressão russa não provocada, os princípios da Carta das Nações Unidas —da qual o Brasil é signatário importante— e a noção de que, na política internacional, força e razão não podem ser equacionadas.

Com isso, Lula provaria que ele —e o Brasil— ultrapassaram rusgas históricas e concepções tacanhas de uma "solidariedade do Sul Global" para chegar ao plano elevado de uma democracia madura, com aspirações que justificariam sua busca por ser uma liderança no plano internacional.

Tradução de Clara Allain

Obra de Borges está à deriva

Com morte de viúva do autor, seus escritos têm destino incerto na Argentina

Sylvia Colombo
Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da Folha em Buenos Aires. É autora de 'O Ano da Cólera'

Poderia ser a trama de um romance fantástico, mas é realidade. A obra de um dos gênios da literatura universal está à deriva e gerando confusão entre editoras, possíveis herdeiros e o Estado argentino.

Com a morte da também escritora María Kodama, viúva de Jorge Luis Borges (1899-1986) e detentora de seus direitos autorais, em 26 de março, veio a inacreditável notícia — apesar de doente havia meses, ela não fez um testamento indicando quem passaria a ter a posse da obra do autor.

Desde então, o debate no mundo literário argentino tem sido esse: qual será o destino do legado do maior escritor argentino de todos os tempos?

O casal não teve filhos. Os parentes mais próximos de Kodama são seus cinco sobrinhos, que tinham pouca relação com ambos. Agora, pela lei, seriam eles os detentores dessa herança, composta por uma obra que não é vasta, mas tão essencial que tem venda alta e constante desde a sua publicação.

Intelectuais não se conformam que o legado vá parar nas mãos desses sobrinhos.

A crítica literária Beatriz Sarlo defendeu que a alternativa mais sensata seria a Biblioteca Nacional comprar os direitos dos herdeiros e organizar uma nova edição da obra de Borges, um projeto respaldado por vários outros autores.

Já o escritor Carlos Gamerro propôs a criação de um comitê de especialistas para determinar que destino dar ao acervo.

Kodama havia sido injustamente atacada pelo meio editorial, que considerou sua decisão de pôr obstáculos a reedições, que para ela desrespeitavam a intenção original de Borges, um excesso de zelo.

Ela chegou a entrar na Justiça para impedir certos experimentos, como o "Aleph Engordado", uma intervenção na obra de seu marido realizada pelo escritor Pablo Katchadjian. Kodama o processou precisamente porque o jovem autor não só não explicitou que sua criação —que "engordava" o "Aleph", adicionando às 4.000 palavras originais outras 5.600— era um experimento com a obra de Borges, como também era assinada pelo próprio Katchadjian.

O advogado de Kodama, Fernando Soto, vem rejeitando todas as propostas de "confiscar" a obra de Borges, contrárias à legislação atual.

Ele argumenta que tanto o autor como sua mulher tinham horror à ideia de que os escritos fossem geridos pelo Estado. Em uma entrevista no ano passado, Kodama afirmou que não considerava deixar com nenhuma instituição estatal o patrimônio de Borges porque ele próprio não confiava nelas.

Soto reforçou: "Na Argentina, a população tem tantas necessidades que Borges odiaria a ideia de que o Estado gastasse uma quantidade de dinheiro enorme para comprar os direitos dos sobrinhos de Kodama".

A argumentação segue a linha da relação difícil do escritor com o Estado argentino. Há de se lembrar que, quando Juan Domingo Perón (1895-1974) assumiu o poder, transferiu o escritor da biblioteca a que se dedicava com esmero ao posto de inspetor de aves.

Apesar da troca de farpas com o Estado, a obra do escritor está entre as que melhor retratam a Argentina.

A trama atual é lamentável. Dos sobrinhos, espera-se a responsabilidade de cuidar bem deste legado essencial da humanidade e mantê-lo disponível para que reedições o tornem mais acessível para todos.

| DOM. Sylvia Colombo | **SEG. David Wiswell** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

EUA consideram declarações de Lula na China uma afronta

Gestão Biden avalia que brasileiro renunciou à sua pretensão de neutralidade

Patrícia Campos Mello

AUSTIN (EUA) Apesar de se declarar neutro na disputa geopolítica entre Estados Unidos e China, o Brasil parece ter se alinhado claramente aos chineses e à Rússia. Essa é a percepção —e o receio— de integrantes do governo americano ouvidos pela **Folha**, que alegam que os brasileiros não só não têm prezado pelo equilíbrio em seus posicionamentos como teriam adotado uma clara oposição a Washington.

A reportagem entrou em contato com o Itamaraty com um pedido de comentário, mas não obteve retorno.

Em sua visita à China, encerrada neste sábado (15), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez uma série de críticas aos EUA. Em seu encontro com Joe Biden em fevereiro, Lula não usou a Casa Branca como palco para fazer críticas a Pequim ou a Moscou.

Os americanos afirmam não pressionar o Brasil a não ter relações com o regime de Xi Jinping ou a escolher um dos dois países —os próprios EUA têm grande intercâmbio com a China, argumentam.

Mas entendem que o presidente brasileiro e sua equipe de política externa, liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o assessor especial de Lula, Celso Amorim, adotaram tom de antagonismo aos EUA.

Um dos aspectos mais problemáticos, na visão de Washington, é Lula enxergar os EUA como um obstáculo para o fim da guerra na Ucrânia —e a China e a Rússia como os países que vão levar a paz ao conflito. Em Pequim, o petista afirmou que é preciso que os americanos "parem de incentivar a guerra".

Também despertou preocupação Lula declarar que Volodimir Zelenski, líder do país invadido, "não pode ter tudo". Ele também afirmou que "Putin não pode ficar com o terreno da Ucrânia", mas que "talvez se discuta a Crimeia" —o que poderia indicar que, na visão do petista, Kiev deveria abrir mão do território, anexado por Moscou em 2014.

Por fim, dizem os americanos, o governo brasileiro está repetindo fielmente o discurso do Kremlin.

Na visão de Washington, o Brasil deveria ter um papel nas negociações de paz. Eles alegam, no entanto, que as declarações de Lula minam a credibilidade do país como um mediador equilibrado e neutro.

> É preciso que os americanos parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz, para a gente convencer o Putin e o Zelenski de que a paz interessa a todo mundo e [de que] a guerra só está interessando, por enquanto, aos dois
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> presidente do Brasil, na China

Um funcionário do governo americano argumenta ainda que o engajamento do Brasil com a Ucrânia tem sido muito menor do que com a Rússia, o país agressor. E menciona a visita do chanceler russo, Serguei Lavrov, ao Brasil.

Lula também fez questão de visitar a Huawei, gigante de telecomunicações que é alvo de sanções dos EUA. Os EUA alegam que ela compartilha dados sigilosos com a China.

Washington diz ainda que os EUA compartilham os valores de defesa da democracia com o Brasil —e que, por isso, defenderam o respeito ao processo eleitoral brasileiro no ano passado. Eles dizem que China e Rússia não têm a mesma preocupação.

Questionados sobre a falta de resultados concretos na viagem de Lula a Washington e a frustração do governo brasileiro com o fato de o presidente Joe Biden não ter se comprometido com uma contribuição financeira mais ambiciosa com o Fundo Amazônia, os americanos afirmam que o país não promete sem ter certeza de que irá cumprir. Em contraste, eles prosseguem, a China já anunciou inúmeros investimentos no Brasil que nunca se concretizaram.

Afora o ceticismo em relação à concretização dos investimentos, os americanos mencionam supostos métodos predatórios dos chineses em seus financiamentos de infraestrutura, apontando para os inúmeros países pobres com alto endividamento com Pequim.

Para eles, o fato de Lula ter defendido a criação de uma moeda do Brics não é uma preocupação, uma vez que não ameaçaria, no curto ou médio prazo, a hegemonia de dólar. Mas consideram essa mais uma atitude de confrontação, uma vez que o presidente brasileiro mencionou diretamente o dólar e também o governo americano.

Um dos americanos também aponta que o Brasil não criticou oficialmente as notícias sobre vários espiões russos que se passaram por brasileiros, algo que deveria causar preocupação.

Fumaça preta em região próxima do aeroporto de Cartum, na capital do Sudão AFP

Paramilitares do RSF alegam ter tomado locais estratégicos no Sudão; regime contra-ataca

CARTUM | AFP E REUTERS Paramilitares do Sudão reivindicaram neste sábado (15) o controle do palácio presidencial, da TV estatal e de aeroportos em diversas cidades pelo país, incluindo a capital, Cartum.

O movimento, orquestrado pelo general Mohamed Hamdan Dagalo —mais conhecido como Hemedti—, é, ao que tudo indica, uma nova tentativa de golpe, desta vez contra um regime que também assumiu o poder à força, em 2021.

Líderes do regime negam que os insurgentes tenham tomado controle do país. No final do dia, o Exército lançou uma série de ataques aéreos sobre uma base das forças paramilitares em Omdurman, perto de Cartum, buscando reafirmar seu comando sobre o território.

O episódio se dá em um contexto de rivalidade crescente entre Hemedti, líder do grupo RSF (Forças de Apoio Rápido, em português), e o general que chefia o país africano desde a tomada de poder, Abdel Fatah al-Burhan.

Os dois haviam unido esforços para derrubar os civis no comando em 2021. Nos últimos meses, porém, vinham discordando sobre a participação dos paramilitares nas Forças Armadas —embora o regime não rejeite a integração do RSF ao Exército, quer impor condições e limitar seu escopo de atuação.

As facções comandadas pelos dois generais ainda disputam a formação de um eventual governo. Tensões entre as partes adiaram, por exemplo, a assinatura de um acordo de transição para a democracia apoiado pela comunidade internacional.

Principal grupo paramilitar do país, o RSF conta com cerca de 100 mil integrantes, de acordo com analistas. Ele inicialmente havia anunciado a tomada de infraestruturas estratégicas na capital e em cidades como Merowe, ao norte, e El Obeid, a oeste —todos locais em que foram registrados enfrentamentos entre o RSF e o Estado.

A União dos Médicos do Sudão afirmou que ao menos 27 pessoas morreram em decorrência dos confrontos. Não está claro se elas eram civis.

Hemedti ameaçou Burhan, que chamou de criminoso e mentiroso. "Sabemos onde você está se escondendo e vamos pegá-lo e entregá-lo à Justiça, ou você vai morrer como um cachorro qualquer", disse em uma entrevista televisiva.

Já Burhan afirmou à emissora Al Jazeera que o RSF deveria recuar "se for esperto". Acrescentou que caso a situação se mantivesse, porém, as tropas do Exército sudanês seriam acionadas. No Facebook, o órgão disse só negociaria com o RSF se eles desmobilizassem seus soldados.

Os conflitos provocaram pânico, e autoridades pediram aos civis que permanecessem em suas casas.

Líderes de potências internacionais pediram o fim das hostilidades. O secretário de Estado americano, Antony Blinken, disse estar profundamente preocupado com a violência na nação africana.

Rival dos EUA no xadrez geopolítico, a Rússia também pediu cessar-fogo, e Josep Borrell, chefe da diplomacia da União Europeia, ecoou os pedidos. Enquanto isso, o gabinete do secretário-geral da ONU, António Guterres, disse que o português conversou diretamente com os generais rivais.

Em medida mais dura, o Chade anunciou o fechamento da fronteira com o país vizinho. Já a companhia aérea saudita Saudi Arabian anunciou a suspensão de voos no Sudão depois de ter relatado que um de seus aviões foi alvejado em Cartum. Medida semelhante foi adotada pela companhia EgyptAir, do Egito, que anunciou a interrupção dos voos para a capital por pelo menos 72 horas.

Em comunicado à imprensa, o Itamaraty informou que o governo brasileiro acompanha com preocupação o desenrolar da situação e que "exorta as partes à cessação imediata dos combates."

Analistas dizem que o conflito pode agravar ainda mais a situação de crise humanitária no Sudão, um dos países mais pobres do mundo. Segundo a ONU, um terço dos 45 milhões de habitantes passam fome e ao menos três milhões de crianças com menos de cinco anos apresentam um quadro de desnutrição severa.

Raio-X

Área: 1.861.484 km² (pouco maior que o estado do Amazonas)
População: 49.197.555 (semelhante à do estado de São Paulo)
PIB: US$ 34,3 bi (do Brasil é U$ 1,6 tri)
PIB per capita*: US$ 4.066 (do Brasil é US$ 16 mil)
IDH: 172º no ranking (Brasil é o 87º)
Expectativa de vida ao nascer: 65,3 anos (no Brasil é de 72,8)
Índice de Percepção da Corrupção: 162º no ranking (Brasil é o 94º)

* Considerando paridade do poder de compra
Fontes: Banco Mundial, CIA World Factbook, IBGE, ONG Transparência Internacional e Pnud

Alemanha desliga usinas e encerra era nuclear

Crise energética gerada pela Guerra da Ucrânia adiou fechamento anunciado por ex-primeira-ministra Angela Merkel

Ivan Finotti

MADRI Este sábado (15) marcou um dia histórico para a Alemanha. Foi quando as suas três últimas usinas nucleares foram definitivamente fechadas. O ato encerra a era da energia nuclear comercial na Alemanha, iniciada em 1958, mais de dez anos após a Segunda Guerra Mundial, com a construção da usina de Kahl.

A Guerra da Ucrânia, que fechou a torneira do gás russo para a Alemanha, atrasou o encerramento dessas últimas plantas em alguns meses. Mas a crise energética não fez o governo mudar de ideia.

Em outubro, o primeiro-ministro, Olaf Scholtz, anunciou que só as manteria em operação até meados de abril de 2023. As três usinas remanescentes, que ficam no noroeste, sudoeste e sudeste do país, contribuem com 6% da geração de eletricidade alemã.

Atualmente, a eletricidade oriunda de fontes renováveis na Alemanha chega a 44% da produção total, enquanto aquela vinda carvão, antes principal matriz energética no país, teve sua participação reduzida de cerca de 60% em 1990 para 30% hoje. Já a energia nuclear respondia por pouco mais de um terço da eletricidade alemã em 1990, quando 19 usinas do tipo estavam em operação.

No lugar destas, estão entrando —não apenas na Alemanha, mas em toda a Europa— as novas fontes eólicas, solares e de biocombustíveis. Gás e hidrelétricas seguem mais ou menos iguais.

Ao se pronunciar sobre o fechamento das plantas nucleares, a ministra do Meio Ambiente alemã, Steffi Lemke, afirmou que "os riscos da energia nuclear são incontroláveis".

"Essa possibilidade acabou. Dezessete usinas foram fechadas desde 2010 e não há opção de iniciarmos novas construções. A lei de energia prescreve 100% de eletricidade renovável até 2035", diz à **Folha** Christian von Hirschhausen, membro do Instituto Alemão de Pesquisa Econômica, conhecido como DIW Berlin.

A decisão, porém, não acontece sem polêmica. A opinião pública alemã mudou no último ano: 67% agora querem que a vida útil das usinas seja estendida, segundo pesquisa do instituto alemão Forsa. Um ponto positivo da energia nuclear é que ela não gera carbono como o uso de carvão.

"Fechar as usinas nucleares mais modernas e seguras do mundo na Alemanha é um erro dramático que terá consequências econômicas e ecológicas dolorosas", disse Wolfgang Kubicki, vice-líder do FDP, partido que integra a coalizão governista.

O auge da energia nuclear na Alemanha aconteceu nos anos 1970, após a Crise do Petróleo, quando houve um grande incentivo a esse tipo de energia no país. Em 1975, o Brasil assinou um acordo nuclear com a Alemanha que resultou na tecnologia utilizada nas construção das usinas em Angra.

As coisas começaram a mudar em 1986, com o assustador acidente nuclear de Tchernóbil, na União Soviética. A última usina nuclear inaugurada na Alemanha data de 1989.

Mas foi o acidente de Fukushima, no Japão, em março de 2011, que mudou o quadro. A Alemanha enfrentou na época do episódio protestos antinucleares e, dois meses depois, a então primeira-ministra Angela Merkel anunciou que todas as plantas do tipo seriam fechadas até o fim de 2022 —promessa cumprida agora, com quatro meses de atraso.

"A energia nuclear é inerentemente insegura e não é totalmente controlável. É por isso que é tão cara e nenhuma empresa privada jamais pôs em risco seu próprio dinheiro em seu investimento. Então, a menos que você queira obter outros objetivos, educação nuclear, armas nucleares etc., não há razão econômica para buscar a energia nuclear", afirma Von Hirschhausen.

Von Hirschhausen e outros seis especialistas do DIW Berlin trataram do assunto em relatório. "A crise energética resultante da invasão russa da Ucrânia alimentou pedidos para a construção de novos reatores nucleares na Alemanha. Um debate semelhante está ocorrendo em muitos outros países no contexto da crise climática", diz o texto.

"A Alemanha e outros países esperavam desenvolver a energia nuclear comercial como uma fonte de energia econômica e tecnologicamente inovadora desde os anos 1950, mas isso nunca foi realizado. Na verdade, a ideia de desenvolver uma economia de plutônio, ou seja, produzir uma quantidade quase ilimitada de material físsil barato por meio de um ciclo de combustível, falhou", prossegue.

Além disso, a geração de eletricidade a partir de usinas nucleares é mais cara. "A energia nuclear não era e não é competitiva em comparação com tecnologias alternativas", afirma o documento.

Onda verde derruba consumo de carne vermelha germânico

MADRI "Uma possível razão para o declínio do consumo de carne pode ser a tendência contínua de uma dieta baseada em vegetais." Essa é uma justificativa do Centro Federal de Informações para a Agricultura (BZL, na sigla original) da Alemanha para a queda no consumo de carne no país, o que vem acontecendo de forma regular há três anos.

O BZL acaba de divulgar os dados do 2022, quando os alemães deglutiram cerca de 52 quilos de carne por pessoa em média, uma queda de 4,2 quilos em relação ao ano anterior. É o nível mais baixo desde a reunificação das Alemanhas, em 1989, quando esses cálculos de consumo começaram.

Para Tanja Dräger, especialista do think tank alemão Agora Agriculture, "os padrões de bem-estar animal na produção pecuária e o impacto climático do consumo de carne têm sido objeto de um debate público na Alemanha".

"Como a nutrição é responsável por até 25% das emissões de gases de efeito estufa de uma pessoa na Alemanha e a carne é o principal fator [nessa equação], mudar a base das dietas em direção aos vegetais é uma contribuição importante para alcançar nossas metas climáticas."

Dados da pesquisa do Agora indicam que, em 2021, cerca de 10% dos alemães seguiam uma alimentação vegetariana, e somente 2%, vegana.

Consumir menos carne e mais vegetais é uma tendência impulsionada pelos hábitos alimentares da geração mais jovem. Em comparação com a população geral, no grupo de 15 a 29 anos há o dobro de pessoas que seguem uma dieta vegetariana ou vegana.

O mercado de proteína à base de plantas está em expansão, e cresceu 42% desde 2020. Em comparação com o restante da Europa, a Alemanha é de longe o maior mercado de alimentos à base de plantas, seguida pelo Reino Unido, Itália, Espanha e França.

A média de 52 quilos por alemão divulgados pelo BZL soma carnes bovina, suína e de frango, divididas da seguinte maneira: cerca de 9 quilos de boi, 13 de frango e 29 de porco. Segundo as estatísticas, os alemães vêm aumentando o consumo da carne de frango.

"A carne de frango tem uma imagem saudável. No entanto, para atingir nossas metas climáticas, nossas dietas futuras precisam ser cada vez mais baseadas em vegetais", afirma a especialista.

Para Dräger, um dos motivos da troca de carne vermelha pela branca pode ter raízes em recomendações da Sociedade Alemã de Nutrição (DGE, na sigla original).

O órgão apontou que o alto consumo de carne vermelha e processada pode causar doenças relacionadas à dieta, como câncer de intestino. Por outro lado, segundo o instituto, não há riscos aumentados associados à carne branca, como frango ou peru.

Da mesma forma que o consumo, a produção do setor também caiu na Alemanha. Comparando com o ano anterior, foram 9,8% menos carne suína, 8,2% menos carne bovina e 3% menos frango.

Com inflação de 7,9% em 2023, vale considerar se o aumento do custo de vida não se reflete também nesse âmbito. "Há evidências limitadas, mas nossa avaliação é que a inflação desempenhou um papel na diminuição do consumo de carne", confirma Dräger.

"Os preços da carne aumentaram cerca de 15%, enquanto os preços dos produtos à base de plantas permaneceram relativamente estáveis. Para fornecer incentivos para uma dieta saudável e ecológica, os alimentos à base de plantas precisam ter privilégios tributários no futuro." **IF**

@Ak2364N/Twitter/via Reuters

PREMIÊ DO JAPÃO É RETIRADO DE COMÍCIO APÓS EXPLOSÃO

O primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, foi retirado às pressas de um comício após a explosão do que pareceu ser uma bomba de fumaça em Wakayama, no oeste do país. A polícia deteve o suspeito, de 24 anos, e o conduziu à delegacia para interrogatório. O episódio ocorreu por volta das 11h30 da manhã deste sábado (15), ainda 23h30 de sexta-feira (14) no horário de Brasília. E alarmou a população ao ecoar o assassinato do ex-premiê Shinzo Abe, morto justamente durante um ato de campanha em julho passado. Kishida se pronunciou sobre o ocorrido, e afirmou que as autoridades já investigam o caso. "Peço desculpas por deixar tantas pessoas preocupadas. Estamos no meio de uma eleição importante para o nosso país. Precisamos enfrentar isso juntos."

Linha de produção de fábrica que produz seringas na Zona Franca de Manaus, no Amazonas Bruno Kelly - 8.jan.21/Folhapress

Governo prevê usar R$ 486 bi em subsídios e desonerações

Valor previsto no PLDO para 2024 dificulta tarefa de Haddad de zerar déficit fiscal

Fábio Pupo

BRASÍLIA Enquanto o ministro Fernando Haddad (Fazenda) busca elevar a arrecadação para zerar o déficit nas contas públicas em 2024, a perda do governo com subsídios e desonerações de impostos é calculada pela Receita Federal em R$ 486 bilhões no ano que vem.

O valor, consequência de medidas legais aprovadas ao longo do tempo para diferentes setores, representa um avanço nominal de 6,5% contra o ano anterior e é mais um complicador para o governo na tarefa de reequilibrar o resultado primário e estabilizar o endividamento público.

Chamados de gastos tributários, esses cortes reduzem a arrecadação pública a partir de exceções nos impostos criadas para diminuir custos ao consumidor ou ao produtor. São concedidos aos diferentes setores da economia — principalmente comércio, serviço, saúde e agricultura (que, juntos, respondem por mais da metade do total).

A previsão é que as maiores desonerações em 2024 sejam concedidas aos optantes do Simples Nacional (R$ 118,8 bilhões), à agricultura (R$ 57,1 bilhões), aos rendimentos isentos e não tributáveis do Imposto de Renda da Pessoa Física (R$ 40,2 bilhões), às chamadas entidades sem fins lucrativos (R$ 40,2 bilhões) e à Zona Franca de Manaus (R$ 35,1 bilhões).

As projeções foram calculadas pela Receita Federal no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, enviado pelo governo ao Congresso na última sexta-feira (14). Os dados mostram uma grande discrepância em relação à proposta de um ano atrás, que retirou das contas o Simples por um entendimento legal e afetou a base de comparação.

Em relação o PIB (Produto Interno Bruto), o valor avançou de 3,23% para 4,23% entre a proposta de 2023 e a de 2024. Em relação à arrecadação calculada pela Receita, de 16,2% para 18,8%.

Na comparação entre o PLDO de 2024 e a proposta de Orçamento de 2023 (que considerou o Simples e atualizou a conta dos gastos tributários para R$ 456 bilhões), há mais estabilidade. O avanço nominal dos gastos em 2024 passou a ser de 6,5%, enquanto em relação ao PIB continua na casa de 4,2% — após queda marginal de 0,06 ponto percentual.

De qualquer forma, os números mostram o tamanho da perda que a União continua tendo com os gastos tributários mesmo após sucessivos discursos pela redução. O valor previsto para 2024 é mais de três vezes o que a equipe econômica busca de receita (R$ 150 bilhões) com um pacote de medidas que inclui o aperto das regras contra fraudes no comércio eletrônico e a taxação do mercado de apostas esportivas.

O governo cita o problema dos gastos tributários na proposta enviada ao Congresso, dizendo que o teto de despesas criado pelo governo de Michel Temer (e que entrou em vigor em 2017) promoveu um incentivo à expansão do instrumento. Desde aquela época, era considerado um risco por analistas o fato de as despesas ficarem travadas para novas medidas —mas iniciativas de redução das receitas, não (levando a classe política, interessada em popularidade, a promover medidas desse tipo).

Em 2019, o ministro Paulo Guedes (Economia) iniciou o mandato pregando a necessidade de um corte nos gastos tributários —mas deixou o cargo com elevação na fatura.

“Será que a classe política já é madura o suficiente para assumir o protagonismo, para assumir o comando do Orçamento da União [...]? Corta onde? Diminui os subsídios. Não somos uma fábrica de desigualdades? Não demos R$ 300 bilhões de desonerações fiscais?”, disse Guedes no começo do mandato.

O então “posto Ipiranga” de Bolsonaro chegou a articular a aprovação, na emenda constitucional Emergencial (de março de 2021, que permitiu a retomada do auxílio à população vulnerável naquele ano), da obrigação do governo enviar em até seis meses um plano para reduzir gradualmente incentivos e benefícios tributários.

O governo cumpriu o exigido e enviou a proposta, mas deixou de fora uma série de medidas. Mesmo assim, ela segue parada no Congresso —refletindo a falta de empenho da classe política para mexer com privilégios setoriais e reduzir aquele que é um dos principais gastos da União.

Agora, o ministro Haddad planeja fazer uma discussão maior sobre as isenções de impostos e promover uma reoneração de forma paulatina.

Gastos tributários estimados dificultam tarefa de equilíbrio fiscal

*Valores correntes
**Dado não considerou Simples por entendimento legal.
Fonte: Projeções da Receita Federal nos PLDOs de cada ano

Fontes: Receita Federal, Tesouro Nacional e SPE

“Não posso fazer tudo ao mesmo tempo, porque não se vai fazer nada, vai paralisar o Congresso. Ele tem de ir cortando esse salame em fatias, para ir organizando”, afirmou o ministro em entrevista recente à **Folha**.

“Até porque a calibragem das medidas [tamanho de cortes ou gastos] depende de como as decisões forem tomadas. Mas vamos fazer no primeiro ano de governo.”

Segundo Haddad, o plano é fazer a revisão depois da reforma tributária —que ele imagina ser aprovada na Câmara em junho ou julho e no Senado em setembro ou outubro.

O ministro da Fazenda de Lula enfrentará resistências. Entre os pontos mais delicados, está a Zona Franca de Manaus —alvo de lobby frequente da bancada do Amazonas e das empresas lá instaladas.

Em discurso durante a transição, Haddad fez uma referência ao debate ao dizer que há questões políticas sensíveis a serem consideradas sobre o tema.

“Por dentro da reforma tributária é mais fácil fazer uma política mais justa do ponto de vista tributário. Lembrando que, sim, há especificidades a serem consideradas. Fala-se sempre da questão da Zona Franca de Manaus, que tem uma especificidade”, afirmou.

“Tem que ser considerado? Tem. Tem questões políticas sensíveis a serem consideradas, sim. Mas há uma série de questões que precisam ser revistas”, disse.

Nelson Marconi, coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da FGV (Fundação Getulio Vargas), afirma ser fundamental reduzir os gastos tributários, pelo volume expressivo e pela contribuição que a medida daria às contas públicas.

Ele defende que seja dada prioridade aos benefícios que geram menor retorno econômico e social, considerando, por exemplo, os empregos gerados. Marconi lembra, por outro lado, que as revisões enfrentam interesses políticos e a resistência de lobbies no Congresso e, por isso, defende uma redução gradual.

“Isso tem que ser feito de forma programada, planejada e anunciada. É difícil reduzir porque, uma vez que esses setores têm esses benefícios, a resistência a tirar é muito grande. Porque gera uma redução de custo, um aumento da margem de lucro, um ganho para alguém”, afirma.

Um dos benefícios citados por ele é o existente para templos religiosos. “Não tem nenhuma justificativa do ponto de vista econômico igreja ter isenção tributária. Sei que tem uma dificuldade política, mas acho que a gente deveria rever tanto para os setores produtivos que geram pouco resultado do ponto de vista de emprego como para esse setor de igrejas”, afirma.

Risco da União com derrotas na Justiça passa de R$ 1 trilhão

BRASÍLIA O governo comunicou ao Congresso que vê como provável perder mais de R$ 1 trilhão em decorrência de ações desfavoráveis na Justiça, um crescimento de 16% na comparação com um ano atrás.

O valor representa um risco para as contas públicas nos próximos anos, pela alta possibilidade de os montantes se transformarem no curto prazo em novos precatórios (dívidas do Estado reconhecidas pela Justiça sem chance de novos recursos).

O alerta é feito pelos técnicos do governo no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024. Entre os motivos para a elevação está uma reclassificação promovida pela AGU (Advocacia-Geral da União), que passou a usar uma nova metodologia para as estimativas.

É a primeira vez que o PLDO é enviado ao Congresso prevendo um risco provável acima de R$ 1 trilhão com perdas decorrentes de ações judiciais. Figuram como partes nesses casos a administração direta, as autarquias, as fundações, as estatais dependentes e o Banco Central.

Parte das ações se refere a demandas de estados e municípios. Eles pedem, por exemplo, a revisão de repasses do Fundef (o que pode gerar uma perda de R$ 133 bilhões). Os governadores também demandam a compensação da União pelo corte de ICMS implementado no governo Bolsonaro (R$ 19,6 bilhões, nos cálculos do governo).

Também está na lista dos casos elencados pelo PLDO a revisão da vida toda, aprovada pelos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) em dezembro de 2022.

A decisão permite incluir no cálculo de aposentadorias, auxílios e pensões os valores de contribuições feitas antes de 1994, beneficiando quem tinha pagamentos maiores antes do início do Plano Real. Com a publicação na última quinta (13), ações que estavam paradas podem voltar a andar.

Os novos valores previstos no PLDO são monitorados pelos técnicos e podem se somar ao estoque de precatórios existente hoje. O montante de valores a pagar cresceu 41% desde o fim de 2021 e chegou a R$ 141 bilhões em 2022.

O valor crescente de precatórios foi agravado por uma iniciativa do governo Bolsonaro, que, com aval do Congresso, conseguiu duas emendas à Constituição para alterar o mecanismo de pagamento e gerar espaço para mais gastos no ano seguinte —de eleições.

O resultado foi a criação de um teto de pagamentos para os precatórios, sendo que todo o valor que passou a superar tal limite começou a ser postergado para anos seguintes. Além do valor total já computado não ser pago, novos montantes continuam sendo adicionados a cada exercício.

“Se não fosse a PEC [proposta de emenda à Constituição dos Precatórios, posteriormente transformada em duas], todas as inscrições tinham que ser pagas. Com o teto [de precatórios], você limitou o pagamento e o estoque vem crescendo. Então pode ser atribuído, sim, a isso”, diz Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro. **FP**

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Alexandre Ostrowiecki

Precisamos de regra que iguale carga tributária de empresa do Brasil e da China

SÃO PAULO "A taxação tem que ser igual para todos, nem um centavo a mais nem a menos", afirma Alexandre Ostrowiecki, presidente da Multilaser, diante do debate levantado nesta semana sobre a isenção do imposto de importação nas encomendas de até US$ 50.

"Não é sustentável uma situação em que os brasileiros sofram gigantesca carga tributária para produzirem aqui enquanto os produtos entram de fora sem pagar", diz o dono da empresa brasileira, cujo portfólio, de mais de 7.000 itens reúne desde tablet e smartphone até equipamento esportivo e brinquedo.

Ele foi um dos empresários que, no começo do ano passado, participaram do movimento puxado por gigantes do varejo para combater o chamado camelódromo digital, quando a Receita Federal começava a estudar medidas sobre o assunto.

"Entendo totalmente a raiva de muita gente na internet que consegue, por meio das plataformas, comprar produtos acessíveis e se deparam com os altos preços no Brasil. É importante direcionarmos essa raiva para a verdadeira culpada: a carga tributária absurda que o Brasil impõe sobre produtos de consumo", afirma.

*

O sr. é um dos empresários que já vinham há bastante tempo alertando sobre a entrada de produtos sem pagar impostos no Brasil. O que acha da ideia de acabar com a isenção das encomendas até US$ 50? Produtos de consumo brasileiros abaixo de US$ 50 já pagam atualmente impostos de cerca de 45% no Brasil, sem exceção. Não é sustentável uma situação em que os brasileiros sofram gigantesca carga tributária para produzirem aqui enquanto os produtos entram de fora sem pagar nada.

A taxação tem que ser igual para todos, nem um centavo a mais nem a menos.

Acha que essa medida é suficiente para resolver o problema que as empresas brasileiras apontam como concorrência desleal? Precisamos de regras que igualem a carga tributária de empresas brasileiras e chinesas, sem atrapalhar a liberdade de competição e ofertas para os consumidores.

Não adianta termos impostos exclusivos para brasileiros. Se a empresa brasileira paga cerca de 45% enquanto a estrangeira paga zero, isso vai, com absoluta certeza, levar ao fechamento da maior parte das indústrias e comércios do país e gerar uma massa de desempregados sem precedentes.

Esse assunto levantou uma reação forte entre os usuários das redes sociais contra o fim da isenção. Acha que isso pode atrapalhar o avanço da medida? Entendo totalmente a raiva de muita gente na internet que consegue, por meio das plataformas, comprar produtos acessíveis e se deparam com os altos preços no Brasil. É importante direcionarmos essa raiva para a verdadeira culpada: a carga tributária absurda que o Brasil impõe sobre produtos de consumo, fazendo os produtos brasileiros custarem o dobro do que deveriam. Esse é o centro da discussão.

Nós precisamos baixar os impostos sobre consumo, como IPI, PIS, Cofins, ICMS, e com isso baratear os produtos de todos.

Na sua opinião, falta conscientização sobre a sonegação que pode acontecer nesse tipo de compra? Esse tema foi agravado por muita desinformação nas redes sociais, manipulação e meias verdades, muitas vezes para fins políticos. Quem olhar para o assunto de maneira calma e equilibrada vai chegar à conclusão de que o problema precisa ser resolvido colocando uma carga tributária mais baixa para todos.

A situação atual, de subfaturamento, fraudes por parte de exportadores que se fazem passar por pessoa física e produtos falsificados não é sustentável. Isso se agrava em algumas categorias, como brinquedos, por exemplo, em que encontramos produtos sem certificação de segurança e com materiais tóxicos para crianças.

O setor de brinquedos tem alertado sobre essa questão do Inmetro. Segmentos de bebidas também levantam essa preocupação com a segurança dos produtos que entram nessa situação. No caso do eletrônico, tem também o agravante de segurança além do aspecto de arrecadação e concorrencial? No caso de brinquedos, certamente a preocupação com segurança é muito maior, porque já foram evidenciados casos de substâncias tóxicas nos produtos, colocando a vida de crianças em risco.

Mas os eletrônicos não deixam de gerar preocupação, especialmente pelas baterias. Se não forem de ótima qualidade e homologadas pelos padrões mais estritos, podem até gerar incêndios e explosões em casos extremos.

O problema do juro alto é outro assunto que tem incomodado o setor privado atualmente. O sr. vislumbra alguma melhora? Os juros altos são, infelizmente, a consequência natural de décadas de irresponsabilidade fiscal no Brasil cometidas por sucessivos governos, de diferentes partidos.

Enquanto houver buraco nas contas públicas, o governo precisará obrigatoriamente imprimir dinheiro, gerando inflação e forçando o Banco Central a manter juros altos para equilibrar a economia. A única solução eficaz para o problema dos juros é deixar o Estado brasileiro mais eficiente.

Raio-X
O empresário, que hoje é diretor-presidente da Multilaser, foi co-CEO da companhia entre 2003 e 2018. Formado em administração de empresas pela Eaesp-FGV, tem MBA na área pelo Ibmec e uma especialização em gerência pela Harvard Business School. Antes, trabalhou no departamento de finanças da Unilever e na área de estratégia da Accenture.

Vasco e Cruzeiro acertaram as contas com a PGFN em transações individuais
Daniel Ramalho - 21.set.22/Vasco

Negociação tributária soma R$ 400 bi em três anos e deixa Refis para trás

Times e empresas em recuperação judicial negociaram débitos; aeronaves e direitos sobre vendas de atletas são entregues à União

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A lei que regulamentou as novas formas de negociação da dívida ativa da União com os contribuintes completou três anos na sexta-feira (14), com um saldo de R$ 404 bilhões em débitos tributários negociados, R$ 22 bilhões arrecadados e a previsão de receitas de R$ 250 bilhões nos próximos anos.

Times de futebol como Vasco, Cruzeiro e Chapecoense, entes públicos e empresas em recuperação judicial estão entre os devedores que acertaram contas com a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) nas chamadas transações individuais, aquelas que envolvem valores acima de R$ 10 milhões, desde 2020.

Aeronaves, imóveis, precatórios, direitos sobre marcas e venda de atletas estão entre os ativos entregues à União para garantir o pagamento.

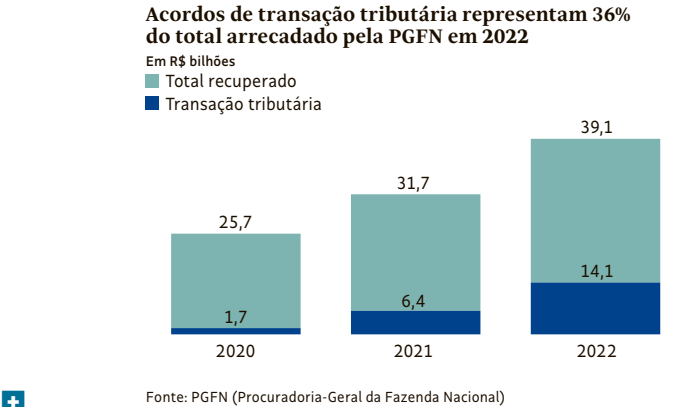
Segundo a PGFN, um terço dos R$ 2,7 trilhões da dívida ativa da União está classificado atualmente como garantido, negociado ou em processo de quitação, considerando também outros processos de cobrança. Há três anos, eram 14% nessa situação.

A consolidação da transação tributária é um dos fatores que têm contribuído para que União e contribuintes possam deixar para trás programas de parcelamento no formato Refis, que se mostraram ineficientes para separar o devedor contumaz de quem enfrenta problemas financeiros, segundo a procuradoria.

"O Refis não é uma política pública adequada para salvar contribuintes em dificuldade econômica. A intenção nunca foi essa. O programa não é feito para quem está quebrado. Grandes empresas economicamente saudáveis é que se aproveitaram", diz João Henrique Chauffaille Grognet, procurador-geral-adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS.

O Refis é um plano de parcelamento com desconto que desconsidera a capacidade de pagamento do contribuinte, e também as chances de recuperação da dívida. A transação define esses pontos como fundamentais para calcular descontos, entrada, prazo e garantias de pagamento.

"É um remédio moldado para o contribuinte. Tem aquele que vai ter 0,1% de desconto e aquele que vai ter 70%, que é o limite da lei. A política pública ficou mais acertada, porque você dá o desconto na medida da necessidade", afirma Grognet.

Acordos de transação tributária representam 36% do total arrecadado pela PGFN em 2022

Fonte: PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional)

+ RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA EM 2022

R$ 39,1 bilhões Recuperação total

R$ 14,1 bilhões Transação tributária

R$ 583,9 milhões FGTS

R$ 404,3 bilhões Regularizado até 2022

R$ 2,7 trilhões estoque da dívida ativa

Fonte: PGFN

COMO FUNCIONA A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA? A transação é uma negociação de débitos tributários, com possibilidade de descontos e parcelamentos de acordo com a capacidade de pagamento do contribuinte e as garantias envolvidas.

QUEM PODE APRESENTAR PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO? Débitos em contencioso administrativo (Receita Federal) ou inscrito em dívida ativa (PGFN)

Ele destaca a transação excepcional da Covid-19, modalidade que ficou aberta de 2020 a 2022, a primeira na qual a PGFN fez programa amplo em que foi considerada a capacidade de pagamento de empresas e pessoas físicas.

Theo Lucas Borges de Lima Dias, coordenador-geral da Dívida Ativa, diz que cerca de 25% dos acordos firmados até o momento se referem a micro e pequenas empresas, considerando também negociações simplificadas (de R$ 1 milhão a R$ 10 milhões) e a adesão por edital para casos abaixo desse valor.

Dívidas com o INSS e com o FGTS também têm sido alvo de negociações. Neste último caso, o desconto é aplicado ao juro direcionado ao fundo e fica garantido o pagamento de 100% da verba devida ao trabalhador com juros.

Nos três primeiros meses de 2023, a PGFN arrecadou mais de R$ 6 bilhões, com transação e outras estratégias de cobrança, valor que supera o do mesmo período de 2022.

Levantamento dos advogados Flávia Bortoluzzo e Filipe Luis de Paula e Souza, do escritório LBZ Advocacia, mostra desconto médio de 57% sobre multas, juros e encargos gerais em cerca de 200 transações individuais e prazo médio de parcelamento de 90 meses, mas com grande variação de acordo com o contribuinte.

"Nos programas de refinanciamento, eram estabelecidas condições gerais, com uma concessão padrão para todos os contribuintes, e isso gerava muitas distorções. Agora a gente tem uma solução montada conforme a necessidade do contribuinte, e com a Procuradoria à frente dessa solução as construções são muito mais técnicas", afirma Flávia Bortoluzzo, sócia da LBZ Advocacia.

"O escritório defende muito isto: explicar para o cliente que é viável essa negociação, abrir informações financeiras que a Procuradoria já tem como acessar, mas que a gente vai levar com os nossos esclarecimentos de por que eu preciso de mais fôlego financeiro, por que acumulei aquele passivo."

A transação é um instrumento utilizado em outros países, como EUA, Austrália e Reino Unido, segundo estudo do Núcleo de Pesquisa em Tributação do Insper, coordenado pelos advogados Daniel Zugman e Frederico Bastos, do escritório BVZ Advogados.

Zugman afirma que alguns estados e municípios brasileiros possuem leis regulamentando o tema, mas não colocaram a modalidade para funcionar na prática. Outros apenas repaginaram os Refis estaduais. Só o estado de São Paulo tem atuação mais robusta, segundo análise dos programas locais que deve ser publicada em breve pelo Insper.

"Alguns pegaram carona nessa terminologia de transação, mas na prática continuam implementando os parcelamentos nos moldes antigos, sem uma mensuração da capacidade de pagamento do contribuinte. Muitos estados e capitais publicaram leis regulamentando, mas ela nunca aconteceu", afirma.

Frederico Bastos diz que o modelo brasileiro está tendo sucesso na redução da litigiosidade e alta da eficiência da execução do crédito tributário, em um país com contencioso tributário trilionário e alto grau de litigiosidade.

"Pode ser que em um momento futuro, quando a gente tiver uma redução do contencioso, e a relação entre fisco e contribuinte estiver menos litigiosa, a gente reveja alguns critérios, mas hoje, está alinhado com o cenário em que o fisco e o contribuinte precisam sentar para conversar."

Ricardo Leptich, presidente da filial brasileira da multinacional de iluminação AMS Osram, que começou aos 16 anos na empresa onde o pai trabalhava como engenheiro Bruno Santos/Folhapress

Presidente de multinacional começou como office boy

Função de contínuo, em declínio no Brasil, concentra trabalhadores em SP

Daniele Madureira

SÃO PAULO O trabalho de Ricardo Leptich ganhou um volume extra nas últimas semanas. O executivo tem dedicado um tempo precioso para resolver pendências burocráticas a fim de assumir um novo cargo em 1º de julho: presidente da divisão ibérica da multinacional austríaca alemã AMS Osram, especializada em soluções de iluminação.

Desde 2016, Leptich já é presidente da empresa no Brasil e principal executivo de vendas da América Latina. Mas, para acumular o cargo de presidente da AMS Osram para Portugal e Espanha, ele precisa providenciar a "apostila de Haia" —a autenticação de documentos públicos para que eles sejam válidos também no exterior.

"É muito trabalhoso", diz Leptich, 44 anos. "Dá saudade do office boy nessas horas", brinca o executivo, que começou nessa função há exatos 28 anos, na mesma empresa, quando ela era apenas Osram (a pronúncia é ósrram).

De 1995, quando chegou à multinacional, aos 16 anos de idade, até hoje, muita coisa mudou na companhia e na função de office boy, comemorada no dia 13 de abril no país. O trabalho de office boy ou de office girl, que formalmente tem o nome de contínuo, era muito comum nas empresas até o início dos anos 2000 para garantir que a comunicação corporativa fluísse.

Em um tempo em que não existiam (ou estavam engatinhando nas empresas) celular e internet, muito menos aplicativos de mensagem, de vídeo e de assinatura e autenticação de documentos, quem garantia a troca de informações entre os diferentes departamentos de uma companhia eram os "boys", que também executavam toda a parte burocrática da empresa com bancos, cartórios e Correios.

A partir dos números do Guia Brasileiro de Ocupações, compilados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), constata-se que a função vem perdendo espaço nas empresas, à medida que a digitalização avança. Em 2021 (dado mais recente disponível), eles somavam cerca de 115 mil no país (pouco mais de um terço mulheres), o que representa queda de quase 40% sobre o total de profissionais de 2015. O salário gira em torno de R$ 1.700, e os profissionais estão concentrados em São Paulo, mas há presença relevante em Minas Gerais, Rio e Pará.

A função foi eternizada pelo cantor Kid Vinil (1955-2017), que lançou em 1983 a música "Sou Boy" com a banda Magazine. "Ando pela rua pago conta, pego fila/Vou tirar xerox e batalho algumas pila/Sou boy, eu sou boy, eu sou boy, boy, eu sou boy." Na época, o trabalho estava na base dos organogramas corporativos, sendo a porta de entrada de muitos jovens nas organizações.

"Mas hoje acho que muitas das funções que executei como office boy não fazem mais sentido no dia a dia das empresas", diz Ricardo Leptich, que, na ausência da secretária do presidente (sua chefe direta), era o encarregado de servir o principal executivo da companhia, um alemão. "Uma xícara de café com leite e açúcar mascavo, acompanhada de uma garrafinha de água com gás São Lourenço", lembra. Nas horas vagas, o office boy também era responsável por passear com o rottweiler do presidente pelas ruas de Alphaville, condomínio de Barueri, na Grande São Paulo, onde o chefe morava.

A própria chegada de Leptich à Osram é incomum nos dias atuais, quando se pensa em uma multinacional ou grande empresa.

"Meu pai era engenheiro químico da Osram e indicou três dos seus quatro filhos para trabalhar na companhia", diz Leptich. "Cheguei para ocupar o lugar de um irmão mais velho, que tinha sido promovido para o departamento de tecnologia", afirma o executivo, assegurando que o aparente nepotismo não o livrou de uma entrevista de admissão na empresa, que na época tinha sede em Osasco, na Grande São Paulo.

"Havia uma certa expectativa, porque o irmão que eu substituí era muito querido na função", diz. "Mas eu praticamente não tinha contato com o meu pai, que trabalhava na parte industrial e eu na administrativa."

Na época, havia dois office boys na Osram: um para cuidar das demandas internas da empresa (função de Leptich) e outro da parte externa. "Existia uma máquina de franquear cartas: eu pesava a correspondência, definia o valor, ajustava a data da expedição e selava a carta. Os Correios faziam a coleta e a distribuição", explica ele. "Era como uma filial dos Correios dentro da empresa."

Sem emails e chats, funcionavam os malotes. "Era o carrinho de correspondências, eu entregava a comunicação de um departamento para o outro duas vezes ao dia", diz. "Todas as assinaturas e trocas de documentos eram feitas de forma manual."

Nos quase dois anos em que trabalhou como office boy, Leptich teve uma visão macro da companhia, que na época empregava cerca de 1.500 pessoas. "O departamento que eu mais gostava era o do marketing, de ver as ideias deles nas malas diretas e catálogos", diz.

"Pensei que era ali que eu gostaria de trabalhar, queria ser um executivo ou, então, um astro de rock", afirma Leptich, que na época tinha uma banda e aproveitava os conhecimentos em inglês da chefe secretária para ajudá-lo a compor algumas letras.

A vocação artística ficou em segundo plano, enquanto Leptich deu impulso à carreira corporativa. Deixou o curso técnico em programação que fazia no colegial e prestou vestibular para Propaganda e Marketing. Uma vez na faculdade, soube que o departamento de marketing da Osram procurava um estagiário. Mais do que depressa se candidatou ao cargo.

"Foi uma correria, porque eles precisavam do estagiário com urgência e eu tive que me demitir como office boy, contratado em regime CLT, para ser admitido como estagiário", lembra. "Em toda a minha carreira na Osram, sempre foi assim: eu traçava aonde queria chegar, me preparava com todos os atributos para ocupar o cargo e corria atrás", diz ele, para quem a Osram valoriza a meritocracia.

"No mundo corporativo, se preparar e estar atento às oportunidades nem sempre é o suficiente", diz. "É preciso encontrar uma estrutura que te permita chances de ascensão e pessoas que valorizem o seu esforço pessoal. Tive isso na Osram", afirma Leptich, que, depois de estagiário, passou pelas áreas de marketing e vendas nos cargos de analista, coordenador, gerente, diretor e finalmente CEO.

Ele diz que só a última promoção —a presidente da AMS Osram para a Península Ibérica— foi por indicação, sem que se candidatasse ao cargo. "Foi uma surpresa. Mas acredito que o Brasil e a América Latina têm entregado bons resultados e isso foi valorizado", diz ele, que será o primeiro latino a comandar uma divisão da empresa no exterior.

A AMS Osram fatura globalmente € 4,8 bilhões (R$ 26,05 bilhões) e emprega cerca de 22 mil pessoas. Em 2016, vendeu a sua unidade de consumo, responsável pela iluminação residencial, para o consórcio chinês MLS, que está fazendo a transição da marca Osram para Ledvance.

Em 2021, a austríaca AMS comprou a alemã Osram, dando origem ao maior grupo mundial na área de soluções ópticas. Entre os principais mercados estão o automotivo e o de celulares. Outro grande negócio é o de módulos de LED para fabricantes de luminárias (divisão digital system). A empresa atua nos segmentos de saúde (hospitais e esterilização de ambientes), segurança (pistas de aeroportos) e entretenimento (iluminação das produções cinematográficas e de redes de cinema).

O forte da companhia no Brasil é a divisão automotiva (75% das vendas). "O mercado de veículos usados está em alta, o que exige maior reposição de peças", diz. A divisão digital system responde por outros 20% das vendas e 5% estão nas demais áreas.

O Brasil não tem mais a fábrica de Osasco, palco do primeiro emprego de Leptich. A filial brasileira, agora com sede em Alphaville, apenas importa e distribui produtos e hoje tem equipe bem menor, de 50 funcionários, incluindo terceirizados. "A função de office boy deixou de existir há um bom tempo, temos apenas dois jovens aprendizes agora", diz o executivo, que só vai duas vezes por semana à sede.

"Depois da pandemia, a AMS Osram instituiu globalmente o trabalho remoto, o pessoal só vem uma vez por semana à empresa." Ele sente falta das conversas no café. "Consegui pescar várias ideias para o RH a partir dessas conversas", diz ele, dando como exemplo a licença-paternidade de 20 dias úteis e o dia livre na data do aniversário, além da melhora nos benefícios. "Quando a gente começa de baixo, entende melhor o que faz diferença na vida do funcionário."

Existia uma máquina de franquear cartas: eu pesava a correspondência, definia o valor, ajustava a data da expedição e selava a carta. Os Correios faziam a coleta e a distribuição. Era como uma filial dos Correios dentro da empresa

Meu pai era engenheiro químico da Osram e indicou três dos seus quatro filhos para trabalhar na companhia

No mundo corporativo, se preparar e estar atento às oportunidades nem sempre é o suficiente. É preciso encontrar uma estrutura que te permita chances de ascensão e pessoas que valorizem o seu esforço pessoal. Tive isso na Osram

Quando a gente começa de baixo, entende melhor o que faz diferença na vida do funcionário

Ricardo Leptich
presidente da multinacional AMS Osram no Brasil

Quantos são os office boys e as office girls em atividade no Brasil
Número de profissionais trabalhando como contínuos em regime formal, em milhares

Fonte: Guia Brasileiro das Ocupações - MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

Terreno com área de 91.645 m² — ID 4826

São José dos Campos/SP

Localizado a 8 min. do centro da cidade, altura da saída 150 da Rodovia Presidente Dutra (sentido São Paulo).

Avaliação **R$ 57.000.000,00** | Lances a partir de **R$ 45.600.000,00**

1° Leilão **05/05 - 10:00hs**
2° Leilão **25/05 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

Prédio Comercial — ID 5826

Santo Amaro/SP

Imóvel com 46.845 m² de construção e terreno com área de 27.979 m². Composto por prédio administrativo com 5 pavimentos, galpão templo e estacionamento subsolo. Localizado a 1 min. da Estação Metrô Socorro, a 3 min. da Av. Washington Luís e a 20 min. do Aeroporto de São Paulo/Congonhas.

Avaliação **R$ 264.847.687,67** | Lances a partir de **R$ 132.423.843,83**

1° Leilão **17/05 - 09:00hs**
2° Leilão **17/05 - 10:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Deborah Lopes
2ª Vara Cível do Foro Regional VI – Penha de França/SP

ID 6108 — Apartamento Duplex

Bairro Butantã/SP

Imóvel no Edifício Gleverson com 197 m². Composto por sala 2 ambientes, cozinha, 2 suítes, 3 banheiros, dormitório e área de serviço, piscina e 4 vagas de garagem.

Avaliação **R$ 1.625.330,56** | Lances a partir de **R$ 812.665,28**

Leilão **17/04 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Diego Ferreira Mendes
4ª Vara Cível do Foro Regional XI de Pinheiros/SP

ID 5343 — Apartamento com 236 m²

Guarujá/SP

Imóvel no Condomínio Mirante Santa Fé, composto por sala 3 ambientes, lavabo, 4 dorms com suíte, cozinha, copa, banheiro, wc e dependências de empregada, área de serviço e 3 vagas de garagem.

Avaliação **R$ 1.125.027,27** | Lances a partir de **R$ 562.513,63**

1° Leilão **17/04 - 09:30hs**
2° Leilão **08/05 - 09:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá/SP

ID 5205 — Complexo Industrial

Rio Claro/SP

Terreno com total de 21.977 m² e 1.953 m² de área construída, composta por 3 barracões, 3 casas e 1 rancho. Localizado à 14 min do centro da cidade.

Avaliação **R$ 17.748.768,43** | Lances a partir de **R$ 8.874.384,21**

Leilão **17/04 - 11:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavão
4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

ID 6000 — Terreno

Paranapanema/SP

Área de terras com 71.700 m² na Fazenda das Posses, composto por 2 imóveis edificados, sendo uma residência de 380 m² e um barracão de alvenaria com 350 m². Localizado em área nobre na Avenida das Posses.

Avaliação **R$ 11.089.458,38** | Lances a partir de **R$ 5.544.729,20**

1° Leilão **17/04 - 14:00hs**
2° Leilão **17/04 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Diogo da Silva Castro
Vara Única de Paranapanema/SP

ID 6032 — Apartamento com 66 m²

São Bernardo do Campo/SP

Imóvel no Cond. Nossa Senhora do Monte Carmelo, composto por 2 dorms, hall, sala 2 ambientes, banheiro, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 323.000,00** | Lances a partir de **R$ 242.250,00**

Leilão **17/04 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Gustavo Dall'Olio
8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

ID 6033 — Imóvel Residencial

Guarulhos/SP

Imóvel com 168 m² de construção e terreno com área de 156 m². Localizado a 4 min. da Av. Tiradentes.

Avaliação **R$ 281.434,80** | Lances a partir de **R$ 168.860,88**

Leilão **27/04 - 09:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Adriana Porto Mendes
3ª Vara Cível de Guarulhos/SP

ID 6102 — Terreno Urbano

Piracicaba/SP

Terreno com área de 14.075 m². Composto por 2 casas de 305 m² e 354 m², uma construção inacabada utilizada como orquidário e outra destinada ao uso como galinheiro.

Avaliação **R$ 3.929.794,76** | Lances a partir de **R$ 2.357.876,85**

Leilão **27/04 - 09:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Fabíola Helena de Paula Roque Lucato
1ª Vara da Família e Sucessões de Piracicaba/SP

ID 6106 — Terreno Urbano

São José do Rio Preto/SP

Terreno com 220 m² constituído pelo lote 30 da Quadra 08, situado no loteamento denominado Fazenda Rio Preto.

Avaliação **R$ 92.614,55** | Lances a partir de **R$ 55.568,73**

Leilão **27/04 - 09:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Augusto Casconi
5ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

ID 4908 — Imóvel Residencial com 150 m²

Tatuí/SP

Imóvel composto por sala, cozinha, quarto, banheiro, lavanderia e depósito nos fundos. Localizado a 4 min. da Rod. Antônio Romanó Schincariol.

Avaliação **R$ 248.359,28** | Lances a partir de **R$ 124.179,64**

Leilão **27/04 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Rubens Petersen Neto
2ª Vara Cível de Tatuí/SP

ID 6111 — Apartamento com 55 m²

São Paulo/SP

Imóvel no Cond. Green Park, composto por 3 dorms, banheiro, sala 2 ambientes, varanda, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 244.199,58** | Lances a partir de **R$ 122.099,79**

Leilão **27/04 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI de Pinheiros/SP

ID 6114 — Apartamento com 125 m²

Pindamonhangaba/SP

Imóvel no Condomínio Serra da Mantiqueira, composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, cozinha, 2 banheiros, sala, escritório, área de serviço e 2 vagas de garagem.

Avaliação **R$ 380.000,00** | Lances a partir de **R$ 228.000,00**

Leilão **27/04 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Wellington Urbano Marinho
2ª Vara Cível de Pindamonhangaba/SP

ID 6118 — Imóvel Residencial

Franca/SP

Imóvel com 206 m² de construção e terreno com área de 274 m². Localizado a 3 min. da Av. Dr. Hélio Palermo e a 6 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 355.909,17** | Lances a partir de **R$ 213.545,50**

Leilão **27/04 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

ID 6117 — Terreno Urbano com 250 m²

São José dos Campos/SP

Terreno plano no Residencial Altos da Serra VI, localizado a 8 min. da Univap - Universidade do Vale do Paraíba e a 17 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 528.923,58** | Lances a partir de **R$ 423.138,86**

Leilão **27/04 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 5285 — Imóvel Residencial com 132 m²

Caraguatatuba/SP

Imóvel e respectivo terreno, composto por 3 dorms, sala, cozinha, banheiro e lavanderia. Localizado a 6 min. da Praia do Camaroeiro.

Avaliação **R$ 225.496,67** | Lances a partir de **R$ 180.397,33**

1° Leilão **27/04 - 11:00hs**
2° Leilão **17/05 - 11:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 5880 — Apartamento com 56 m²

Diadema/SP

Imóvel no Condomínio Costa Marina, composto por 2 dorms, banheiro, sala, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 358.945,82** | Lances a partir de **R$ 233.314,78**

Leilão **27/04 - 11:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Erika Diniz
1ª Vara Cível de Diadema/SP

ID 6123 — Imóvel Residencial

Cerquilho/SP

Imóvel com 167 m² de construção e terreno com área de 362 m². Localizado a 3 min. da Rod. Antonio Romano Schincariol e a 4 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 480.379,51** | Lances a partir de **R$ 384.303,61**

1° Leilão **27/04 - 11:00hs**
2° Leilão **17/05 - 11:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Daniela Mie Murata
4ª Vara Cível de Piracicaba/SP

ID 6127 — Imóvel Residencial

Pindamonhangaba/SP

Imóvel com 95 m² de construção e terreno com área de 225 m². Composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, banheiro, sala, copa, cozinha, área de serviço, jardim de inverno, varanda coberta e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 468.834,64** | Lances a partir de **R$ 281.300,78**

1° Leilão **27/04 - 11:30hs**
2° Leilão **17/05 - 11:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Wellington Urbano Marinho
2ª Vara Cível de Pindamonhangaba/SP

ID 6125 — Terreno, Veículos e Maquinários

Porto Ferreira/SP

Terreno urbano com 3,707 hectares, veículos, sucatas e maquinários da Massa Falida Cerâmica San Marino Ltda.

Avaliação **R$ 14.692.588,88** | Lances a partir de **R$ 8.815.553,32**

Leilão **27/04 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Valdemar Bragheto Junqueira
2ª Vara Cível de Porto Ferreira/SP

ID 5027 — Apartamento com 69 m²

Campinas/SP

Imóvel no Condomínio Aldeia da Serra, composto por 3 dormitórios, sala com sacada, cozinha, banheiro, área de serviço, wc e vaga de garagem. Localizado a 11 min. do Shopping Parque Dom Pedro.

Avaliação **R$ 538.699,42** | Lances a partir de **R$ 511.764,44**

1° Leilão **27/04 - 14:00hs**
2° Leilão **17/05 - 14:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Patrícia Ribeiro Bacciotti Parisi
2ª Vara Cível de Paulínia/SP

ID 5141 — Apartamento com 158 m²

São José dos Campos/SP

Imóvel no Edifício Marya Lúcia, composto por 4 dorms, sendo 2 suítes, com sala de estar e jantar, sacada, cozinha, banheiro e área de serviço.

Avaliação **R$ 808.796,11** | Lances a partir de **R$ 768.356,29**

1° Leilão **27/04 - 14:00hs**
2° Leilão **17/05 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6132 — Terreno Rural

Santana de Parnaíba/SP

Área rural com 25.788,55 m², localizado a 12 min. da Estrada dos Romeiros e a 15 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 5.622.679,17** | Lances a partir de **R$ 3.373.607,50**

1° Leilão **27/04 - 14:00hs**
2° Leilão **17/05 - 14:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Débora Custódio Santos Marconi
5ª Vara Cível de Barueri/SP

ID 6134 — Terreno Urbano

Barueri/SP

Terreno com 598 m² com obras parciais no Condomínio Morada dos Lagos - Aldeia da Serra em Barueri/SP. Localizado a 15 min. da Rod. Presidente Castello Branco.

Avaliação **R$ 934.145,51** | Lances a partir de **R$ 467.072,75**

1° Leilão **05/05 - 09:30hs**
2° Leilão **25/05 - 09:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Valdir da Silva Queiroz Junior
9ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP

ID 6137 — Prédio Comercial

Juazeiro/BA

Imóvel comercial com 1.891 m² de construção e terreno com área de 3.760m². Localizado a 2 min. da Av. Santos Dumont. e a 4 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 25.705.669,18** | Lances a partir de **R$ 15.423.401,50**

1° Leilão **05/05 - 09:30hs**
2° Leilão **25/05 - 09:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Fabio Fresca
4ª Vara Cível do Foro Regional III de Jabaquara/SP

ID 6063 - Lote 1 — Apartamento com 61 m²

Sorocaba/SP

Imóvel no Residencial Palácio San Marco com vaga de garagem. Localizado a 4 min. da Rod. Raposo Tavares e a 7 min. do Shopping Iguatemi.

Avaliação **R$ 252.178,97** | Lances a partir de **R$ 126.089,48**

1° Leilão **05/05 - 10:00hs**
2° Leilão **25/05 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Cortina Campopiano
3ª Vara Cível de Itapecerica da Serra /SP

ID 6063 - Lote 2 — Apartamento com 68 m²

Bairro Jaguaré/SP

Imóvel no Condomínio Residencial Ilhas Marquesas com vaga de garagem. Localizado a 6 min. da Rodovia Raposo Tavares e a 10 min. do Raposo Shopping.

Avaliação **R$ 272.097,16** | Lances a partir de **R$ 136.048,58**

1° Leilão **05/05 - 10:00hs**
2° Leilão **25/05 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Cortina Campopiano
3ª Vara Cível de Itapecerica da Serra /SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

Lula na hora da coalizão

À beira de grandes votações, governo lida com Congresso forte, de direita e mudado

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Enfim nos demos conta de que Luiz Inácio Lula da Silva terá os problemas de sempre, de qualquer governo, para formar algum tipo de coalizão no Congresso. Lula terá os problemas de sempre e os mais recentes, pois não são lá novos: resultam de uma transformação em curso desde 2013 e em marcha forçada desde 2018.

A formação de dois blocos de partidos na Câmara causou certa impressão e inflamou a discussão do que será Lula 3 no Parlamento. A criação desses agrupamentos, de 173 e 142 deputados cada, não quer dizer, necessariamente, que o governo terá mais ou menos oposição. Quer dizer que o governo tem cada vez menos influência sobre a organização de alianças em um Congresso com cada vez mais poder desde 2015.

O segundo alerta veio da onda pública de demandas e críticas dos parlamentares, agora que se aproximam as primeiras votações decisivas. À beira dessas decisões importantes, ainda falta muita distribuição de cargo, reivindica-se redistribuição de recursos entre ministérios e pede-se apoio do governo para a ocupação de postos em comissões e relatorias.

Na semana que passou, a grita foi geral, vide a reação às mexidas do governo na lei do saneamento, ataques ao plano de impostos ("reonerações"), demandas em estatais, Funasa, Conab e o diabo.

Tudo isso é o arroz com feijão do negócio da coalizão. Mas lidar com tais assuntos na nova configuração do Congresso é mais difícil.

Não é por acaso que, desde 2016, volta e meia recorremos a expressões como "parlamentarismo branco", "semiparlamentarismo" e "parlamentada" (ou "golpe") ou ouvimos propostas de "semipresidencialismo" (Michel Temer). Os termos descrevem de modo precário a impressão correta de que o Congresso manda mais, pode mais e quer mais.

O Congresso centrão-direitista depois Dilma Rousseff, começou o acordão para conter o movimento anticorrupção e atraiu os liberais na economia mas boçais na política. Essa turma liderava o governo em que Michel Temer ocupava um tanto o papel de premiê e outro tanto de rei da Inglaterra. Nas pessoas de Arthur Lira e de Rodrigo Pacheco, era o regente de Jair Bolsonaro, ocupado com o golpe.

Tudo isso é sabido, mas ainda mal pensado. Também é sabido o fim do sistema partidário de 1994-2014, organizado pelo PT e pelo PSDB. É evidente a ascensão dos partidos do centrão negociosta ao posto de forças maiores do Congresso, assim como a direitização do Parlamento, em particular em 2022, ou das prefeituras (vide 2020). Por vezes, fica-se com a impressão de que Câmara e prefeituras se transformam nos cartórios de caciques, clãs e elites regionais, essa massa cinza de centrão que manda na política.

Contando partidos aliados na eleição com aqueles que ocupam ministérios, Lula teria 283 votos na Câmara. Essa conta é sempre ruim, pois há recalcitrantes na coalizão e votos a adquirir na oposição. Mas há partido com muito ministério (União Brasil) que não se diz governista nem poderá sê-lo (pois cheio de bolsonaristas). Por outro lado, a oposição ou os não-governistas estão desorientados: não se sabe quem adere a Lula ou fica no barco da direita, rumo a 2024 e 2026.

De resto, embora os partidos sejam cada vez mais máquinas burocráticas de oligarquias regionais (e de pastores, fazendeiros e militares), sem outra articulação social maior, essas organizações são mais "liberais" ou de extrema direita. Problema para a esquerda.

Enfim, há menos recursos para adquirir apoios no varejo. Há menos cargo em estatal (talvez por isso também o governo queira bulir com isso). O Congresso tem mais recursos líquidos e certos. O Orçamento federal tem menos dinheiro livre.

Não é uma situação fácil de resolver.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

INSS faz alerta sobre a revisão da vida toda

Supremo publicou decisão final sobre correção, que garante direito de incluir contribuições antigas na aposentadoria

Cristiane Gercina

SÃO PAULO O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) está alertando aposentados e demais segurados a respeito de cuidados com propostas que tratem sobre a revisão da vida toda, que chegou ao final no STF (Supremo Tribunal Federal) com a publicação do acórdão da decisão na quinta (13).

O instituto diz que "segue atuando junto à AGU [Advocacia-Geral da União] e o Judiciário de modo a encontrar a melhor solução para atender o segurado". Com isso, a recomendação é que o beneficiário fique atento e recuse qualquer oferta oferecendo liberar a revisão da vida toda.

O INSS implantou um serviço específico para a correção em seu site, que pode ser consultado pelo segurado. O órgão diz ainda que só entra em contato com o segurado via seus canais oficiais, que são a Central Telefônica 135 e o aplicativo ou site Meu INSS.

Ainda não há previsão de como e quando será feito o pagamento da revisão da vida toda. O instituto afirma que irá definir o procedimento para o depósito dos valores a quem tem direito, incluindo a análise dos pedidos específicos dessa correção, e a divulgação será feita no site inss.gov.br.

A revisão da vida toda é uma ação judicial na qual os aposentados pedem correção do benefício para incluir no cálculo de aposentadorias, auxílios e pensões as contribuições feitas antes de 1994, beneficiando quem tinha pagamentos maiores antes do início do Plano Real.

A decisão do STF tem repercussão geral e vale para todas as ações do tipo na Justiça.

Na ação, o Supremo entendeu que a regra de transição criada pela reforma da Previdência de 1999 é inconstitucional. O motivo é que prejudica quem já estava no mercado de trabalho e beneficia os novos segurados da época.

"A regra transitória acabou aumentando o fosso entre aqueles que ganham mais e vão progredindo e, ao longo do tempo, ganhando mais, daqueles que têm mais dificuldades em virtude da menor escolaridade e a sua média salarial vai diminuindo", diz parte do acórdão.

No acórdão, o Supremo confirmou decisão tomada pela corte em dezembro de 2022, quando a revisão foi aprovada por 6 a 5, que diz o seguinte: "O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável".

A reforma da Previdência de 1999 criou duas fórmulas de cálculo para a média salarial, que é a base do valor do benefício do INSS. Para quem se filiou ao INSS até 26 de novembro de 1999, a média salarial era calculada sobre 80% das maiores contribuições feitas a partir de julho de 1994. As 20% menores eram descartadas.

Mas, para os novos segurados, que começaram a contribuir com o INSS a partir de 27 de novembro de 1999, a regra de cálculo da média salarial levava em conta os 80% maiores recolhimentos de toda a vida previdenciária.

Trabalhadores com salários antigos mais altos foram prejudicados, porque eles não entravam no cálculo mais vantajoso, que incluía 100% dos salários.

A reforma da Previdência de 2019 mudou essa regra, por isso novos aposentados não têm direito à revisão. Hoje, o cálculo do benefício é feito levando em consideração todos os salários desde 1994, e descartando a possibilidade de inclusão dos valores antigos.

O caso que chegou ao STF foi de um segurado que se filiou ao INSS em 1976. Em 2003, o trabalhador pediu o benefício previdenciário. O valor da renda foi calculada conforme a regra de transição da reforma da Previdência de 1999, resultando em uma aposentadoria, na época, de R$ 1.493,59.

O trabalhador foi à Justiça solicitando a correção. O pedido foi para que fosse aplicada a regra de cálculo mais vantajosa, o que resultaria num benefício de R$ 1.823. No mês, a diferença é de R$ 329,41. No ano, de R$ 4.282,33, considerando o 13º.

Julgado sob o Tema 1.102, o caso chegou ao Supremo em 2020. Antes, porém, foi aprovado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), que determinou que o segurado deve receber sempre o melhor benefício, conforme julgamento anterior a respeito de aposentadorias do INSS.

O debate da desinflação

Leitura benigna da inflação de serviços nos EUA eleva a aposta do mercado no pouso suave

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Na semana passada, houve otimismo no mercado. O real fechou abaixo de R$ 5 por dólar.

Há motivos domésticos para o otimismo —aparentemente Lula apoia a agenda do ministro Haddad—, mas também houve boas notícias na inflação americana.

A melhora na inflação americana sinaliza que os juros por lá serão menores e, consequentemente, a moeda americana, antecipando juros menores ao longo do tempo, já se desvaloriza diante das demais moedas. Isto é, parte do fortalecimento do real deveu-se a um movimento global.

O dado que mais chamou a atenção foi a fortíssima redução na inflação de serviços quando se excluem os aluguéis. Desde a reunião de dezembro passado, o presidente do banco central americano, Jerome Powell, tem enfatizado esse componente da inflação por ser o item menos sujeito a choques e mais sensível ao excesso (ou carência) de demanda sobre a oferta.

Os serviços excluindo aluguéis reduziram-se de 6,1% em fevereiro para 5,1% em março. Para a inflação dos últimos três meses, já considerando a taxa anualizada, a queda foi de 5,3% em fevereiro para 2,7% em março.

Há duas visões quanto ao processo de desinflação. Na primeira, a inércia inflacionária requererá alguma dor para ser quebrada.

A conta de bolso é a seguinte. A inflação americana, após a reversão dos choques, estabilizar-se-á em 4,5%, aproximadamente. É necessário trazê-la para 2,5%, isto é, uma desinflação de dois pontos percentuais. A experiência histórica do pós-Guerra indica que, para reduzir a inflação em dois pontos percentuais, será necessário elevar a taxa de desemprego em dois pontos percentuais, de 3,4% para 5,4%.

Por sua vez, a elevação da taxa de desemprego em dois pontos percentuais requer que, ao longo de um intervalo de tempo, o crescimento acumulado da economia seja quatro pontos percentuais abaixo do crescimento potencial, que é da ordem de 0,5% por trimestre.

Para produzir uma desaceleração da economia americana forte o suficiente para que o desemprego se eleve em dois pontos percentuais, é necessário que o juro real seja da ordem de 2% por um ano, aproximadamente.

A segunda visão quanto ao processo de desinflação alega que as expectativas fortemente ancoradas para intervalos mais longos de tempo garantem que, se não houver percepção de descontrole na dívida pública, a inflação cairá de forma indolor. As pessoas remarcarão seus preços de acordo com a inflação futura, percebida como sob controle, e, portanto, a inflação corrente cairá naturalmente.

Em qual dos dois mundos nós estamos? Não sabemos. A grande dificuldade é que, na última vez em que a inflação saiu do controle, nos anos 1970, as expectativas também saíram. Nunca vivenciamos uma situação em que a inflação estivesse fora de controle, mas com expectativas de longo prazo ancoradas.

A ancoragem das expectativas deriva do fato de, desde os anos 1990, os bancos centrais terem aprendido a lidar com o processo inflacionário em um regime de moeda sem lastro. O regime de metas de inflação constitui essa nova governança que gerou a estabilidade de preços. E, com ela, veio a confiança no regime monetário e, portanto, a ancoragem das expectativas.

Aposto na primeira visão. A queda da inflação requererá alguma dor. Mas posso estar errado. E a leitura muito benigna da inflação de serviços excluindo aluguéis de março vai na direção de queda indolor da inflação.

Minha visão pode ser somente trauma de um economista sexagenário muito influenciado pelos nossos problemas inflacionários dos anos 1980 e 1990. A ver.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. **Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Nova regra fiscal encoraja investimento no Brasil, diz diretor do Banco Mundial

Thiago Amâncio

WASHINGTON O comprometimento do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com um novo arcabouço fiscal que reduzirá gastos é "muito encorajador" para investimentos, avalia o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Johannes Zutt, mas no longo prazo ainda será preciso aprofundar reformas estruturais, na opinião dele.

O Banco Mundial deve oferecer ao governo brasileiro cerca de US$ 2 bilhões em empréstimos no próximo ano fiscal, que começa em 1º de julho.

O valor ainda pode mudar a depender de negociações com os governos e Congresso, mas, para se ter uma ideia, no ano fiscal atual, de julho do ano passado a junho próximo, o valor de investimento do banco em projetos no Brasil é de US$ 749,3 milhões.

No ano fiscal anterior de meados de 2021 a meados de 2022, o investimento no país foi de US$ 985,41 milhões. Segundo o banco, a instituição tem US$ 3,6 bilhões empenhados em investimentos no país.

"Estamos muito encorajados pelo fato de que o governo e o ministro Fernando Haddad focaram desde o começo em articular um arcabouço fiscal realista e no comprometimento com a reforma tributária, para garantir que as receitas e as despesas sejam propriamente alinhadas e a balança primária se recupere", afirmou Zutt na sexta (14) em Washington.

"O mais importante é que o arcabouço fiscal tem transparência, estabelece uma trajetória realista e crível para um gerenciamento fiscal apropriado no curto e médio prazo e tem parâmetros muito claros que permitem mudanças em períodos de choque."

Zutt faz a ressalva, porém, de que o arcabouço sozinho "não garante que o Brasil terá um gerenciamento macroeconômico adequado no médio para o longo prazo", diz, "porque é preciso fazer reformas aprofundadas para garantir que o dinheiro seja gasto nos locais certos e manter um crescimento econômico continuado que permita gastar no social como o governo quer".

Para isso, disse, é preciso aumentar a eficiência nos gastos com setor público, previdência e programas de seguridade social, além de rever os "muitos projetos que começam, mas não são concluídos".

O Brasil também deve trabalhar para abrir mais sua economia, ainda muito fechada, na avaliação dele, e rever barreiras comerciais. Enquanto a participação do comércio exterior no PIB do país gira em torno de 40%, em países de nível de renda similar chega a 60%, segundo ele.

"Como país de renda média, o Brasil pode aprender muito copiando tecnologias e técnicas de gerenciamento de países de alta renda."

No cálculo do Banco Mundial, o país gasta entre 1,6% e 1,7% de seu PIB com infraestrutura, mas, só para manter o que já existe, deveria gastar cerca de 3%, diz ele. "Só isso mostra que a infraestrutura do Brasil está se deteriorando, porque não gasta o suficiente para manter o que já tem e certamente não gasta mais para expandi-la."

Zutt afirmou que o ambiente de negócios no Brasil sofre efeito da incerteza global e há um desafio de conseguir recursos no setor privado em todo o mundo.

Para ele, as altas taxas de juros dificultam o investimento, mas são necessárias para controlar a inflação, "principalmente para os pobres que não conseguem proteger seus bens financeiros da erosão da inflação".

Luciano Salles

Tudo ou nada?

Se podemos ter tudo, que valor têm as coisas?
Se podemos estar com todos, que valor têm as pessoas?

Candido Bracher
Administrador de Empresas formado pela FGV. Foi executivo do setor financeiro por 40 anos.

Uma crônica de Rubem Braga que muitos da minha geração leram na escola conta como um padeiro aprendeu que não era ninguém: "Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: 'Não é ninguém, não senhora, é o padeiro'".

A vida muitas vezes tem esse jeito sem-cerimônia de nos dar notícias duras. A mais recente que recebi veio nas manchetes dos jornais informando que "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo" havia sido o grande vencedor do Oscar. Foi como se me dissessem que eu estava me tornando um "ninguém", alguém incapaz de compreender o seu tempo.

Explico. Alguns meses antes, logo que o filme ficou disponível no streaming internacional, recebi uma mensagem entusiasmada de meu filho de 34 anos, dizendo que havia assistido na noite anterior àquele que seria sem dúvida o melhor filme do ano.

À noite, minha mulher e eu nos sentamos diante da televisão já antecipando o prazer de assistir a um grande filme. Poucos momentos depois, estávamos nos perguntando se nosso filho não estaria gozando dos seus pais. Como seria possível que ele acreditasse que gostaríamos daquilo? Um caos visual, em que cenas repletas de elementos que parecem saídos de um bazar barato se alternam em grande velocidade, acompanhados por diálogos estridentes e muitas vezes incompreensíveis e um nexo que —mesmo prestando muita atenção— insiste em tentar escapar, obrigando a uma perseguição exaustiva.

Depois de cerca de uma hora, entregamos os pontos e desligamos a televisão. Resolvi atribuir a recomendação de meu filho a uma abordagem muito intelectualizada reforçada pela faculdade de cinema, ao seu fascínio pela moderna cultura oriental e pelos videogames e a um certo exotismo que a juventude costuma cultivar. Fiquei pacificado com essa racionalização e esqueci-me do assunto.

Essa paz durou até o anúncio do Oscar. Não que eu atribua à Academia o condão de efetivamente apontar o que de melhor o cinema produziu em um determinado ano; muitos filmes ruins já foram os vencedores da premiação, e alguns excelentes ficaram de fora. Ainda assim, não se pode ignorar que o reconhecimento traduz pelo menos a simpatia da maior parte das pessoas.

Perguntei-me como é possível estar em tamanha dissintonia com o mundo de hoje. Ainda me senti tentado a buscar consolo em um texto da jornalista Ruth de Aquino, no jornal O Globo, cujo título dizia que esse era o pior filme que já tinha visto até o fim. Mas, ao ler o artigo, percebi que os seus motivos eram muito mais elaborados do que aqueles que eu seria capaz de formular, com a parca compreensão que havia tido do filme.

Além do mais, sempre que penso em me confortar por encontrar colegas de infortúnio, lembro-me da frase que um companheiro de trabalho costumava citar: "Mal de muchos, consuelo de tontos".

Parafraseando o grande Vanzolini, "assim como Churchill, tentei outra vez". Convidei meus filhos e um afilhado para um sushi diante da televisão e uma conversa após o filme. Procurei manter a atenção concentrada, resistindo ao hábito que desenvolvi recentemente de olhar o celular de vez em quando. Ocorreu-me que o hábito corresponde justamente ao impulso de fazer tudo ao mesmo tempo, contido na mensagem do filme.

Na primeira tentativa de assistir ao filme, uma das poucas coisas que havia apreendido era a coexistência de universos paralelos, cada um deles correspondendo ao caminho que a vida teria seguido conforme a decisão que houvesse sido tomada em cada uma de suas muitas instâncias críticas. Não apenas esses universos seguem sua rota independentemente como alguns personagens são capazes de migrar entre eles conforme desejem.

Ao pensar nessa ideia, é impossível deixar de sentir o seu poder de sedução. Já imaginaram como seriam menos difíceis as opções na vida se não precisássemos renunciar a nada? Se a alternativa preterida em determinada ocasião pudesse ser retomada mais à frente, caso a escolha original não nos tenha satisfeito? Irresistível, não?

Se a hipótese é tentadora para quem já fez boa parte das escolhas difíceis na vida e que, com maior ou menor dor, conciliou-se com as renúncias nelas implícitas, imagine para os jovens que ainda têm tantas encruzilhadas críticas à sua frente.

É aqui que o filme surpreende. É como se nos dissesse: "Be careful what you wish for" (tenha cuidado com o que deseja). Através de uma linguagem visual hiperbólica, cenas de mau gosto explícito e combinação do brega com inteligência e humor, o filme nos leva a formular a pergunta: se podemos simplesmente mudar de universo, que valor tem a vida?

Ficamos com a mensagem de que esse valor reside nos compromissos que fazemos, nos afetos que elegemos e na busca persistente da compreensão do outro através da empatia. E assim evitamos o vazio infinito das relações insignificantes, do tudo que vira nada, representado no filme por uma enorme rosquinha negra (associada ao buraco negro de Schwarzschild, em uma crítica que li).

Ao terminar o filme, não posso negar que assisti-lo me tenha sido penoso em diversos momentos, que me tenha parecido muitas vezes confuso, exagerado e mais longo do que o necessário. Senti que foi como ouvir uma bela história em uma língua áspera aos meus ouvidos, que não compreendo bem. Mas as línguas estão aí para as aprendermos e, enquanto tivermos vontade, sempre podemos contar com os filmes e os filhos para nos ajudar.

| **DOM.** **Ana Paula Vescovi,** Marcos Lisboa, Candido Bracher

IA e DNA rastreiam origem de cadeias globais

Empresas têm usado tecnologias avançadas para evitar abusos na produção e inspecionar a origem dos produtos

Ana Swanson

THE NEW YORK TIMES Em uma descaroçadora de algodão no vale de San Joaquin, na Califórnia, uma máquina quadrada ajuda a borrifar uma névoa fina, contendo bilhões de moléculas de DNA, sobre o algodão Pima recém-limpo.

Esse DNA funcionará como um código de barras minúsculo, aninhado entre as fibras macias quando forem transportadas para fábricas na Índia. Lá, o algodão será transformado em fios e tecido em lençóis, antes de chegar às prateleiras das lojas da Costco nos Estados Unidos. A qualquer momento, a Costco pode testar a presença do DNA para garantir que seu algodão cultivado nos Estados Unidos não foi substituído por materiais mais baratos —como o algodão da região chinesa de Xinjiang, que é proibido nos Estados Unidos por causa de ligações com trabalho forçado.

Em meio à crescente preocupação com a opacidade e os abusos nas cadeias de suprimentos globais, empresas e funcionários do governo estão recorrendo cada vez mais a tecnologias como rastreamento de DNA, inteligência artificial e blockchains para tentar rastrear matérias-primas da fonte até a loja.

As empresas americanas estão sujeitas a novas regras que exigem que elas provem que seus produtos são feitos sem trabalho forçado, ou poderão ser apreendidos na fronteira. Funcionários da alfândega dos Estados Unidos disseram em março que já haviam detido quase US$ 1 bilhão (R$ 5,067 bilhões) em carregamentos vindos dos Estados Unidos suspeitos de alguma ligação com Xinjiang, cujos produtos estão proibidos desde 2022.

Os clientes exigem provas de que itens caros e sofisticados —como diamantes livres de conflitos, algodão orgânico, atum para sushi ou mel de Manuka— são genuínos e produzidos de maneira ética e ambientalmente sustentável.

Isso impôs uma nova realidade às empresas que há muito dependem de um emaranhado de fábricas globais.

Funcionária da Applied DNA Sciences testa amostra para rastrear matéria-prima Johnny Milano 10.mar.23/The New York Times

A tarefa de explicar de onde vêm seus produtos pode ser surpreendentemente complicada. As cadeias de suprimentos internacionais que as empresas construíram nas últimas décadas para cortar custos e diversificar a oferta são complexas. Desde 2000, o valor de bens intermediários usados para fabricar produtos comercializados internacionalmente triplicou, impulsionado em parte pelas fábricas em expansão na China.

Uma grande multinacional pode comprar peças, materiais ou serviços de milhares de fornecedores em todo o mundo. Uma das maiores empresas desse tipo, a Procter & Gamble, proprietária de marcas como Tide, Crest e Pampers, tem cerca de 50 mil fornecedores diretos. Cada um deles pode depender de centenas de outras empresas para obter as peças usadas em seu produto —e assim por diante, em muitos níveis da cadeia.

Para fazer um par de jeans, várias empresas devem cultivar e limpar o algodão, transformá-lo em fio, tingi-lo, tecê-lo, cortar o tecido em moldes e costurar as calças. Outras redes de empresas extraem, fundem ou processam latão, níquel ou alumínio que é trabalhado no zíper, ou fabricam os produtos químicos usados no corante índigo sintético.

Algumas empresas usam métodos alternativos, nem todos comprovados, para tentar inspecionar suas cadeias.

Algumas adotam processos científicos para marcar ou testar um atributo físico do próprio bem, para descobrir por onde ele viajou no percurso das fábricas ao consumidor.

A Applied DNA usou suas etiquetas de DNA sintéticas, cada uma com um bilionésimo do tamanho de um grão de açúcar, para rastrear microcircuitos produzidos para o Departamento de Defesa, rastrear cadeias de suprimentos de cannabis para garantir a pureza do produto e até mesmo para borrifar ladrões que tentaram assaltar caixas eletrônicos na Suécia, levando a várias prisões.

Outras empresas recorrem à tecnologia digital para mapear cadeias de suprimentos, criando e analisando bancos de dados complexos de propriedade corporativa e comércio.

Há as que usam a tecnologia blockchain para criar um token digital para cada produto que uma fábrica produz. À medida que esse produto passa pela cadeia de suprimentos, seu gêmeo digital é codificado com informações sobre como foi transportado e processado, fornecendo um registro transparente para empresas e consumidores.

Também há o uso de bancos de dados ou inteligência artificial para vasculhar vastas redes de fornecedores em busca de elos distantes com entidades proibidas ou detectar padrões comerciais incomuns que indiquem fraude, investigação que pode levar anos sem computação potente.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Deputados querem 'big brother', muro alto e revista de mochilas em escolas

102 projetos voltados à segurança em unidades de ensino foram protocolados nas últimas semanas

João Pedro Pitombo

SALVADOR Os recentes ataques a escolas com mortes em São Paulo e Santa Catarina resultaram em uma avalanche de projetos de lei pelo país voltados à segurança das escolas, creches e universidades.

Levantamento da **Folha** aponta que foram propostos ao menos 102 projetos de lei nas Assembleias Legislativas dos 26 estados e na Câmara Legislativa do Distrito Federal nos últimos 30 dias relacionados à segurança em unidades de ensino.

A maioria dos projetos propõe a instalação de portas giratórias, detectores de metais, portarias exclusivas, construção de muros altos, revistas em mochilas, obrigatoriedade de muros altos e até reconhecimento facial para acesso às unidades de ensino.

Houve a apresentação de planos mais detalhados em pelo menos cinco estados, com procedimentos e protocolos para evitar ataques, que incluem apoio psicológico a estudantes, envolvimento das famílias e campanhas de conscientização.

Em ao menos quatros estados, projetos de lei já foram aprovados pelos deputados estaduais nesta semana após uma tramitação relâmpago.

No Acre, deputados aprovaram na última quarta (12), por unanimidade, um projeto de lei que prevê a instalação de detectores de metais em todas as escolas estaduais em um prazo de até 180 dias.

No dia anterior, a Assembleia Legislativa de Rondônia seguiu na mesma linha: definiu a obrigatoriedade de detectores de metais nas escolas e também aprovou uma proposta que prevê a presença de policial armado, em tempo integral, durante o horário das aulas.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por sua vez, apostou em medidas que têm como foco a prevenção e mitigação de atos violentos. O projeto aprovado na última quarta-feira prevê capacitação de alunos, professores e funcionários, além de incentivar a formação de brigadas de emergência.

Em Sergipe, foi aprovada pela Assembleia uma proposta que garante acesso a psicólogos e assistentes sociais aos alunos da rede pública estadual.

Em Santa Catarina, onde quatro crianças foram mortas em um ataque a uma creche em Blumenau no dia 5 deste mês, a iniciativa partiu do Poder Executivo.

O governador catarinense, Jorginho Mello (PL), anunciou que pretende colocar uma pessoa armada em cada uma das 1.053 escolas estaduais no prazo de dois meses e ao custo de R$ 70 milhões.

A estimativa de gastos é uma exceção. Em geral, as propostas legislativas em tramitação avançam, em sua maioria, sem estimativa de custos de implantação e com uma indicação genérica sobre quais seriam as fontes de recursos.

Ao mesmo tempo, abrem uma discussão sobre as prioridades no investimento na infraestrutura das escolas.

Dados do censo escolar de 2021 apontam que 30% das escolas públicas brasileiras não dispõem de água tratada, 53% não são ligadas à rede de coleta de esgoto e 36% não têm internet em banda larga.

Dos mais de cem projetos relacionados à segurança nas escolas que começaram a tramitar nas Assembleias Legislativas nos últimos dias, a maioria tem como foco a instalação de equipamentos de vigilância e a contratação de profissionais para fazerem rondas nas escolas.

São 25 projetos que preveem a instalação de portais com detectores de metais ou portas giratórias na entrada das escolas, creches ou universidades públicas. Parte das propostas também prevê inspeção nas mochilas dos estudantes.

Na Bahia, além de um projeto que prevê detectores nas 1.065 escolas da rede estadual, a Assembleia deve apreciar uma outra proposta que autoriza a inclusão do reconhecimento facial como forma de acesso nas escolas estaduais.

Autor do projeto, o deputado estadual Hassan Iossef (PP) afirma que o texto não obriga que o governo adote o sistema em todas as escolas. Mas defende a viabilidade da medida para auxiliar na segurança das unidades.

"Essa onda de violência está tomando uma proporção que nos preocupa. Como pai e político, quero ter a tranquilidade de fiz a minha parte. A gente não pode ficar de braço cruzado esperando que o mal aconteça", diz o deputado, que admite não ter estimado o custo de implementação a proposta.

No Rio de Janeiro, uma proposta do deputado estadual Rosenverg Reis (MDB) propõe a instalação de grades ou construção de muros de ao menos 2,5 metros ao redor de escolas públicas e privadas.

Já deputado estadual Yglésio Moyses (PSB-MA) apresentou projetos que preveem vistorias em mochilas, detectores metais, além de uma proposta que obriga escolas particulares a contratar seguranças armados.

"As causas [dos ataques] estão mais relacionadas a fenômenos como o bullying e os conteúdos violentos em redes sociais. Sei que as propostas são paliativas, mas é o que o imediatismo Legislativo consegue suprir", afirma.

Outros 12 projetos de lei propostos preveem a instalação de câmaras de vigilância e de sistemas de videomonitoramento nas unidades de ensino. Iniciativas de criação de um aplicativo com "botão do pânico" foram propostas em nove estados.

Deputados de São Paulo, Distrito Federal, Maranhão, Paraíba, Goiás, Piauí e Roraima, por outro lado, defendem a contratação de policiais militares para atuar no policiamento dentro das escolas.

Em ao menos três estados, a proposta é de atuação de policiais em folga na segurança das unidades. Em Goiás, o projeto fala em policiais reformados, repetindo o mesmo modelo de escolas militarizadas adotado nos últimos anos por estados e municípios.

Conforme apontado pela **Folha**, estudos indicam que o trabalho policial é essencial na investigação de suspeitos, não na segurança ostensiva. Segundo especialistas, a prevenção aos ataques se mostra mais eficiente quando ela tem a participação de professores, funcionários e pais.

O coronel Alan Fernandes, oficial da reserva da Polícia Militar e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacou que que o aumento do policiamento em escolas costuma ser adotado nas primeiras semanas depois de casos de grande repercussão como forma de tranquilizar a comunidade.

Com frequência, no entanto, esses programas são encerrados ou sua intensidade diminui ao longo do tempo, quando pais, professores e alunos deixam de se queixar dos procedimentos de segurança.

+ Quais os projetos mais comuns

Detectores de metais
são objetos de 25 projetos em cinco estados. Deputados sugerem a instalação de portais com detectores ou portas do tipo giratória

Videomonitoramento
12 projetos em nove estados propõem a instalação de sistemas de vigilância

Polícia nas escolas
9 projetos em 7 estados propõem policiamento dentro das unidades. Em três estados, a proposta é de atuação de policiais em folga na segurança

Botão do pânico
Nove projetos em sete estados preveem a implantação obrigatória de botão de pânico em todas as escolas. Ao ser acionado, o dispositivo envia mensagem para a polícia

PMs e estudantes entram na escola Thomazia Montoro, na zona oeste paulistana, alvo do ataque de um aluno no dia 27 do mês passado; neste sábado (15), o governo estadual anunciou que a estação Vila Sônia, da linha 4 do metrô, passará a se chamar Vila Sônia - Professora Elisabeth Tenreiro, em homenagem à docente morta no episódio Tomzé Fonseca - 13.abr.23/Futura Press/Folhapress

União Europeia estabelece regras para restringir ameaças online

Ivan Finotti

MADRI Justamente no momento em que o Brasil se debruça sobre como tratar ameaças online contra escolas e elogios nas redes sociais a autores de ataques, a União Europeia (UE) está fechando o cerco às big techs.

O novo conjunto de regras busca garantir que as grandes plataformas digitais não possam mais se eximir de conteúdos nocivos postados por seus usuários. O projeto passará a valer em poucos meses e abarca situações como as que o Brasil vive agora.

Chamado Digital Services Act (DSA), ou legislação de serviços digitais, o pacote prevê que as empresas deverão detectar, sinalizar e remover conteúdo ilegal. Além disso, elas terão que manter uma nova estrutura de avaliação de risco sobre como o conteúdo nocivo se espalha pelas grandes plataformas online e mecanismos de pesquisa.

Atualmente, a Comissão Europeia (o braço Executivo da UE) está na fase de notificar às companhias "muito grandes" que elas terão de cumprir essas regras mais rígidas.

Após a notificação, cada empresa terá quatro meses para cumprir as obrigações do DSA.

As "muito grandes" são entre 20 e 25 plataformas que têm mais de 45 milhões de usuários na Europa, ou seja, 10% da população do continente. Quanto maior a plataforma, maior o número de regras a serem seguidas. As empresas menores também terão que se adequar, mas elas têm um prazo maior, até 17 de fevereiro de 2024.

A DSA introduz um quadro geral que estabelece as obrigações das plataformas para agir com diligência e garantir a segurança e o respeito pelos direitos fundamentais na internet.

O principal objetivo é criar um espaço online mais seguro e conter o domínio das chamadas plataformas big techs, de acordo com um funcionário do Parlamento Europeu.

Algumas das medidas incluem ser mais transparente sobre como o conteúdo é compartilhado, remover rapidamente conteúdo ilegal, coibir de desinformação, proibir anúncios direcionados a menores, dar a opção de os usuários não receberem conteúdo recomendado com base em perfis, compartilhar dados com autoridades e pesquisadores, entre outras regras.

Segundo a Comissão, "o que constitui conteúdo ilegal é definido noutras leis, tanto a nível da UE como a nível nacional —por exemplo, conteúdo terrorista ou material de abuso sexual infantil ou discurso de ódio ilegal é definido a nível da UE. Quando um conteúdo é ilegal apenas num determinado país da UE, regra geral, só deve ser removido no território onde é ilegal".

Com a DSA, a Comissão passará a ser o regulador das grandes redes sociais e dos sites de busca. Ele supervisionará os sistemas que essas plataformas online implementarem para combater o conteúdo ilegal e a desinformação. A Comissão terá amplos poderes de investigação e supervisão, incluindo a capacidade de impor sanções e soluções.

No Brasil, uma portaria publicada na última quarta (12) pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estabeleceu que redes sociais que não tomarem medidas para combater conteúdos que fazem apologia de violência e ameaças de ataques em escolas podem ter suas atividades suspensas no país, entre outras punições.

A portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública prevê ainda multas de até R$ 12 milhões para as empresas que não seguirem a nova regulamentação sobre o tema.

Dialogar com filhos é mais eficaz do que restringir acesso à web

Especialistas recomendam que pais conversem com crianças e adolescentes para criar relação de confiança

Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO Mais do que restringir, conversar e estabelecer uma relação de confiança. Essa é a opinião dos especialistas quando o assunto é acompanhar o que crianças e adolescentes fazem na internet.

De acordo com pesquisadores consultados pela **Folha**, dialogar sobre os conteúdos e participar da vida online dos filhos são medidas muito mais efetivas do que a restrição e a hipervigilância.

“Em algumas situações, as medidas restritivas precisam acontecer. Mas a restrição não é o melhor caminho porque diminui o risco, mas também a oportunidade que esse ambiente cria de socialização e contato com conteúdos”, diz Luísa Adib, coordenadora da pesquisa TIC Kids Online Brasil.

A última edição do estudo, que investiga como crianças e adolescentes de 9 a 17 anos utilizam a internet, é de 2021 e indica que 6% dos pais não têm nenhum conhecimento das atividades dos filhos na rede.

Na faixa de 15 a 17 anos, o desconhecimento é ainda maior: segundo os adolescentes, 36% dos responsáveis sabem muito, 53% sabem mais ou menos e 11% não sabem nada sobre o que estão fazendo no ambiente virtual.

“Os limites de monitoramento devem levar em consideração que os filhos são indivíduos e têm direito à privacidade, por isso mesmo é preciso construir conjuntamente como essas ações serão feitas”, afirma Georgia da Cruz Pereira, professora da Universidade Federal do Ceará.

“A hipervigilância”, continua a docente, “mais do que ajudar, tende a atrapalhar o acompanhamento das atividades online e dificultar ações que possam evitar algum dano.”

Como acompanhar seu filho na internet

- Converse sobre riscos e benefícios da rede e como navegar com segurança
- Debata o conteúdo que está sendo consumido
- Desconfie; não é porque algo está catalogado como infantil que é próprio para este público
- No caso de crianças mais novas, considere a instalação de aplicativos para bloqueio de conteúdo e tempo de tela
- Cartilhas sobre o uso seguro da internet para diferentes idades podem ser consultadas na página internetsegura.br

Para iniciar a conversa, é necessário relativizar o conceito de nativos digitais, segundo o qual os mais jovens têm naturalmente maior facilidade com a tecnologia.

Não é porque a criança sabe escolher vídeos no YouTube, por exemplo, que ela tem capacidade de identificar se o conteúdo é próprio para sua idade.

Também é fundamental conhecer a natureza da rede social que os jovens estão usando.

Segundo o psicólogo e sociólogo Francis Moraes de Almeida, da Universidade Federal de Santa Maria, as plataformas não se preocupam em seguir o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ou em definir uma classificação indicativa por faixa etária.

Karen Borges, advogada especialista em direito digital e proteção de dados no NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR), concorda com esse ponto.

“Não dá para confiar só nas plataformas, deixar a critério delas. Quem vai poder avaliar se o filho tem maturidade para aquele conteúdo são os pais. Por mais que a plataforma julgue que o conteúdo é correto para a idade, o acompanhamento dos pais é primordial.”

A partir do acompanhamento e das conversas, os pais devem buscar entender a relação da criança ou adolescente com a rede. Ele apenas consome ou também produz conteúdo? Tem o sonho de ser influenciador digital? As respostas alteram os cuidados.

Quando a criança ou o adolescente postam conteúdos —e principalmente quando faz isso almejando grande sucesso—, convivem com a frustração de ter publicações com pouco alcance e um número reduzido de curtidas.

Além disso, eles estão expostos a comentários sem filtros, que podem ocasionar sofrimento psíquico.

Almeida recomenda que o espaço para críticas fique fechado e que os pais chequem se os filhos apagam os conteúdos que não atingem o sucesso esperado.

“A busca por aceitação talvez seja um dos maiores perigos”, afirma ele, ressaltando que a rejeição online pode ter impacto na autoimagem.

Ainda nesse sentido, é fundamental que os jovens entendam que o sucesso daquilo que produzem não está diretamente relacionado à qualidade.

Com isso, é válido ensiná-los que as plataformas são empresas e que há uma lógica comercial por trás dos algoritmos que ajudam fotos e vídeos a alcançar sucesso.

Esse é um passo para que compreendam que não devem postar conteúdo sensível em busca de audiência.

Falar da questão econômica também abre caminho para explicar que perfis não são como cadernos. Eles não são próprios, pertencem às redes, cujos interesses são diferentes dos do usuário.

“Esses espaços não foram projetados pensando nas crianças e adolescentes como seus utilizadores, então ainda faltam mecanismos que potencializem as oportunidades e reduzam os riscos”, diz Georgia Pereira.

Outro aspecto relevante é observar o tempo gasto com cada rede social.

Passar todo o tempo livre na plataforma dificulta o exercício de outras formas de sociabilidade importantes para o desenvolvimento.

Geralmente, com crianças esse trabalho ocorre sem embates. Já no caso dos adolescentes, o processo pode requerer exercícios que promovam a autorreflexão.

“O responsável pode questionar: ‘Está fazendo bem para você? Você não está deixando de fazer coisas que poderiam ser mais legais?’”, orienta Almeida.

Os especialistas recomendam ainda observar com atenção eventuais mudanças de comportamento.

Atitudes como fechar as abas, bloquear o equipamento e ficar nervoso quando alguém se aproxima podem indicar que há algo errado. Piora no desempenho escolar, afastamento dos amigos e aumento do tempo de tela também podem ser indícios de contato com conteúdo sensível.

“Você não deixa seu filho andar pela rua sozinho e sair falando com pessoas estranhas. Na internet, não deve ser diferente”, diz Karen Borges.

Obra consiste no encaixe de blocos de concreto de 2,5 toneladas em pontos das praias Junior Bertoldo/Prefeitura de Maceió

Maceió realiza obras na orla para tentar conter avanço do mar e danos causados pela erosão

José Matheus Santos

RECIFE Praias de Maceió recebem, desde novembro, obras para conter danos provocados pela erosão marítima em 12 pontos da orla. A iniciativa é promovida pela prefeitura da cidade e conta com o aval de especialistas na área ambiental, ainda que a efetividade seja constatada apenas a médio e longo prazo.

A intervenção consiste no encaixe de blocos de concreto —de aproximadamente 2,5 toneladas— em forma de escada para impedir o avanço do mar, além de assegurar o acesso de banhistas à praia.

Segundo a prefeitura, a tecnologia é oriunda da Holanda, país cuja parte do seu território fica abaixo do nível do mar. A prefeitura estima que a medida dure até 200 anos.

Os blocos são fabricados com concreto especial sem a utilização de ferros. Ao todo, serão usadas 18 mil peças de concreto em 2,6 quilômetros.

O secretário de Infraestrutura do município, Lívio Lima, disse à **Folha** que as obras devem ser concluídas até agosto. “São encaixados um a um como se fossem tijolos gigantes, formando uma espécie de muro”, afirmou.

Antes do início das obras, a Prefeitura de Maceió realizou estudos sobre a contenção das marés em outras praias, como em Cronulla, na Austrália, e no Kuwait.

Maceió tem convivido nos últimos anos com danos a calçadões, restaurantes, bares e espaços de lazer localizados na extensão litorânea.

“Nosso calçadão há um bom tempo vem sendo invadido. O objetivo é conter o avanço da maré e restaurar o que já tinha sido danificado”, disse Lima.

As obras foram liberadas após tratativas com o Ministério Público e órgãos ambientais de Alagoas. A ação inicial abrange seis pontos de cinco praias. A prefeitura também diz querer fazer uma nova etapa, cuja licitação deve ser aberta em abril. “Todas as obras que foram apontadas pela Defesa Civil com perigo foram contempladas”, diz.

A primeira etapa custa em torno de R$ 30 milhões. A outra é estimada em R$ 32 milhões. Os recursos são próprios da Prefeitura de Maceió.

O professor de geografia da Ufal (Universidade Federal de Alagoas) Bruno Ferreira explica que a alteração no ambiente próximo ao mar foi impulsionada nos últimos 40 anos para a ocupação da orla.

“Em Maceió, a ocupação começou em cima das praias, no bairro do Jaraguá, e já possui esse vínculo. Cresceu em direção ao continente e, a partir dos anos 1980 e 1990, se expandiu para a orla da praia”, diz. Especialista em geologia e geomorfologia litorânea, ele afirma que a erosão foi intensificada nos anos 2000.

“Tivemos aumento do turismo, de circulação de pessoas, prática de esportes e uso de equipamentos como quadriciclos, hoje proibidos e antes liberados, que fizeram com que a areia ficasse mais fofa e mais suscetível ao transporte pelos ventos, avançando em direção à avenida.”

O geógrafo avalia que as obras precisam requalificar as estruturas danificadas e preservar as áreas ainda não atingidas e que não devem gerar mudanças na base geomorfológica. E estima ser preciso ao menos cinco anos para avaliar a efetividade da obra.

O geógrafo Fábio Pedrosa, da UPE (Universidade de Pernambuco), alerta que obras para conter o avanço do mar devem se tornar frequentes.

“Temos a mudança climática, com a lenta e persistente elevação do nível médio do mar, e o aumento da frequência das ressacas marinhas”, diz. Para ele, o ideal, no país é que os municípios façam intervenções planejadas e robustas, que possam ter efeito a longo prazo e de maneira equilibrada do ponto de vista ambiental.

“Atualmente, são obras baseadas em colocação de pedras nas praias, baratas e paliativas, que atendem a apreensão legítima dos moradores, mas não resolvem o problema a longo prazo e podem até piorá-lo”, disse Pedrosa.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Pediatra, dedicou a vida aos seus pacientes

MARIA LÚCIA PETTINATI (1950 - 2023)

Fábio Pescarini

SÃO PAULO A preocupação e a empatia da pediatra Maria Lúcia Pettinati com seus pacientes era tão importante quanto as receitas prescritas por ela em seus mais de 40 anos de medicina. O cuidado com o próximo, em especial com as crianças, é lembrado até hoje.

Descendente de italianos e de espanhóis, e caçula de três irmãos, ela levou para a vida o perfeccionismo do pai, o marceneiro Francisco, e da mãe, a costureira Maria del Carmen.

Aluna dedicada em escola pública, passou no vestibular para medicina na Universidade de Mogi das Cruzes. Na cidade da região metropolitana de São Paulo, formou-se, casou-se e teve três filhas, as gêmeas Paloma e Bianca, e Loretta. Lá, consolidou sua carreira de médica, exercida praticamente toda no serviço público. Também se tornou professora de medicina.

“Minha tia era uma pessoa diferenciada, sempre atendeu como uma espécie de médica de família, preocupava-se com a vida e a rotina dos pacientes”, diz a sobrinha Wanda Maria Pettinati Homem de Bittencourt, 58. “O amor ao próximo, e em particular às crianças, era muito alto.”

Devota de são Francisco de Assis, gostava de animais —chegou a ter 11 gatos— e de viajar pelo mundo —no tempo livre, estudou italiano, francês e espanhol. Voou de balão na Turquia, conheceu a Europa e, lembra a sobrinha, emocionou-se na Torre Eiffel, em Paris. Fã dos Beatles, tinha planos de ir ao museu da banda em Liverpool, na Inglaterra.

Cozinheira de mão cheia, não errava o ponto da massa nas esfirras. Sempre reunia a família na sua casa em Mogi das Cruzes e dava bons conselhos quando procurada.

Trabalhou até 2021, quando descobriu um glioblastoma multiforme. Apesar de cirurgia e quimioterapia, o tumor cerebral voltou de forma agressiva recentemente.

Seu velório reuniu mais de 300 pessoas, lembra o irmão Vicente, 89. Além da família e de amigos, ex-colegas de trabalho, como enfermeiros e até uma telefonista que a acompanhou por quase toda sua carreira, estavam lá.

Emocionada, uma mulher contou que, na juventude, ao ter problemas para amamentar seu bebê, a doutora Maria Lúcia, que havia sido mãe recentemente, reservava o próprio leite para a criança, seu paciente. A história foi narrada quase 40 anos depois durante a cerimônia.

“Maria Lúcia era muito querida, fazia da sua profissão um norte”, afirma o irmão Vicente.

Divorciada, Maria Lúcia morreu no dia 5 de abril aos 72 anos, vítima de câncer. Deixou as filhas Bianca, Paloma e Loretta e os netos Allegra e Romeo, além dos irmãos Francisco e Wanda e sobrinhos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Casais divergem se consumir ‘nudes’ de estranhos é traição

Para psiquiatra, uso de sites como Onlyfans é normal e pode ajudar na relação

Bruno Lucca

SÃO PAULO Em uma noite de sexta-feira do último mês de dezembro, Andressa, 26, deitada sonolenta ao lado de seu namorado, Gabriel, 28, teve um choque. Ao dar uma espiadinha no celular do parceiro, que rolava uma conversa no WhatsApp, ela viu uma bunda.

Aquela imagem paralisou a moradora da região central de São Paulo. Nas horas seguintes, a jovem tentou esquecê-la, mas tão protuberantes nádegas brotavam insuportavelmente em sua consciência.

Durante a madrugada, resolveu, então, prolongar a espiadinha inicial. Fez uma devassa no aparelho celular de Gabriel. Arrependeu-se, diz. Viu, além de traseiras, muitas frentes despidas.

O homem comprava conteúdo erótico de outras garotas por meio do Onlyfans, plataforma popular para venda de produções voltadas ao público adulto. Naquele mesmo momento, sentindo-se traída, Andressa expulsou Gabriel de casa. Ele, resignado, aceitou. No entanto, afirmou ter feito aquilo por se sentir sozinho e não considerar adultério. Semanas depois, eles reataram. A dupla pediu para não ter seu sobrenome divulgado.

Mas consumir imagens de outros corpos pode ser considerado infidelidade? Marina Gomes, 21, diz que sim. A auxiliar administrativa está em um relacionamento com Lucas Silva, 22, há cinco anos.

“Cada casal sabe dos seus limites. No meu caso, não aceitaria que o meu parceiro acessasse nudez, pois estamos num relacionamento monogâmico e não concordo que haja desejo direcionado a outras pessoas. Além disso, as visualizações nesses perfis estimulam a pornografia, o que também é uma questão problemática”, declara Marina.

Marina Gomes abraça o namorado, Lucas Silva Karime Xavier/Folhapress

Lucas, que trabalha com entregas por aplicativo, concorda com a parceira. “Respeitamos os ideais um do outro.”

Ao contrário dos cônjuges, Jairo Bouer, psiquiatra especialista em sexualidade, diz ser normal ter desejo por outros corpos, mesmo em uma união monógama.

“Não é incomum a curiosidade de olhar outros corpos. Isso, inclusive, pode ser saudável para uma relação. O estímulo visual alcançado pode fazer bem para a libido no momento em que você encontra seu parceiro”, diz ele.

Bouer diz haver um estigma social que impõe aos casais a percepção de que uma monogamia restritiva, sem abertura para observar outros corpos, seria a única intimidade aceitável. “Tem uma questão social, cultural e religiosa envolvida. É difícil escapar.”

O importante, para o profissional, é não haver exagero no consumo que culmine em vício e afete na qualidade e frequência da relação sexual.

Para o casal Gabriel Pereira, 21, e Otávio Menezes, 23, de Salvador, na Bahia, também não há dificuldade em conciliar uma vida a dois saudável e o consumo de nudez alheia, mas pagar por isso seria inconcebível.

“Entendemos que o consumo de conteúdo do tipo não seria diferente do consumo de pornografia, o que não consideramos traição”, diz Gabriel.

Mas há uma questão na qual o casal diverge: caso os “nudes” recebidos fossem de alguém próximo.

“No nosso tipo de relação, monogâmica, entendo como infidelidade. Mas ele [Otávio] disse que não, só ficaria chateado. Acho que abre janelas que eu não gostaria em nosso relacionamento, por exemplo: ele gostaria de estar com aquela pessoa? Fantasia com ela?”, declara Gabriel.

O psiquiatra Bouer concorda com o jovem. “Caso houver correspondência de imagens íntimas, temos outra questão, vira algo mais pessoal”, diz. Ele justifica que existiria um vínculo, o que pode ameaçar a estabilidade da união.

“Ao fim, é tudo questão de diálogo. Há vários tipos de acordos conjugais, e o casal deve sempre discutir sobre temas polêmicos e entender o que pode ou não ocorrer”, completa o psiquiatra.

Sabrina Souza, 28, tem um acordo peculiar com a namorada, Isabela Marques, 30. Ambas podem trocar fotos sensuais e conversar com outras pessoas, desde que com chancela estética da outra. Entretanto, nada de prostitutas ou conteudistas eróticos. E mais importante, dizem, sem sexo.

“Podemos e devemos aproveitar, sim, mas com alguém real, né? Quero ver corpos tangíveis e conversar com pessoas que gostem de mim. O mundo já é muito superficial”, diz Sabrina, nascida em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e hoje moradora de Brasília, no Distrito Federal. Ela se mudou há três anos para viver com a cônjuge da vez.

Isabela concorda e diz viver em paz com o tratado, ainda mais sabendo que a parceira é requisitada por bons partidos. “É divertido. Muitos a querem, só eu a tenho”, declara aos risos.

> Não é incomum a curiosidade de olhar outros corpos. Isso, inclusive, pode ser saudável para uma relação. O estímulo visual alcançado pode fazer bem para a libido no momento em que você encontra seu parceiro
>
> **Jairo Bauer**
> psiquiatra

> Cada casal sabe dos seus limites. No meu caso, não aceitaria que o meu parceiro acessasse nudez, pois estamos num relacionamento monogâmico
>
> **Marina Gomes**
> auxiliar administrativa

Prefeitura de São Paulo estuda colocar PMs de folga em 30 pontos de atenção do centro

Praça da Sé é considerada um dos pontos de atenção no centro paulistano Ronny Santos/Folhapress

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO A Subprefeitura da Sé pretende colocar policiais de folga em até 30 pontos da região central de São Paulo, uma lista que inclui locais como a avenida Paulista e a cracolândia. Ainda não há um detalhamento, no entanto, de quais seriam todos esses lugares, disse o subprefeito Alvaro Camilo.

A região central da cidade vive uma alta de casos de violência. A ideia é que os agentes ajudem principalmente em ações de zeladoria e no combate ao comércio irregular dos vendedores ambulantes.

“Eu fiz um planejamento estratégico com minha equipe quando eu cheguei [à subprefeitura] e a gente identificou mais ou menos 30 pontos da região central, que são pontos de atenção. Praça da Sé, Paulista, República, Arouche. Esses pontos a gente estabeleceu uma prioridade de ação, não dá para fazer tudo ao mesmo tempo.”

Para conseguir executar o plano, Camilo disse que vai pedir ao prefeito Ricardo Nunes (MDB) um reforço de até 1.200 agentes.

No fim de fevereiro, a gestão municipal decidiu praticamente duplicar o número de vagas da Operação Delegada —nome dado ao projeto municipal que permite contratar policiais de folga para auxiliar na segurança e em outras atividades da cidade. Com isso, o número saltaria das atuais 1.240 vagas para 2.400.

Com o aumento, a prefeitura deve, inclusive, contratar um PM reformado apenas para cuidar da operação.

Atualmente, 400 desses agentes atuam na área sob responsabilidade da Sé. Agora Camilo quer que todos os novos contratados passem a atuar na região, o que faria o total de agentes no centro saltar para 1.600.

“Fiz um pedido ao prefeito para que a maioria deles permaneça aqui na região do centro, que é onde nós precisamos da Operação Delegada, onde eu tenho uma desordem”, disse o subprefeito, que é coronel reformado da Polícia Militar paulista.

A Subprefeitura da Sé cuida da maior parte do centro de São Paulo. Além do distrito homônimo, estão sob sua responsabilidade áreas como a avenida Paulista e os bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, onde atualmente se concentra a cracolândia.

A mudança de local dos usuários de droga é apontada como uma das principais razões para o aumento dos roubos que tem sido registrado em diferentes partes do centro paulistano desde o ano passado.

Por isso, Camilo afirmou que a cracolândia deve ser um dos pontos que devem receber reforço no policiamento. Os agentes, porém, não vão atuar dentro do fluxo, como é chamada a aglomeração de dependentes químicos. A ideia é que eles fiquem no entorno, auxiliando nas ações contra o comércio irregular.

Outro ponto de atenção é a praça da Sé, que registrou recorde histórico de roubos no primeiro bimestre do ano e foi cercada pela prefeitura.

“Ali a gente tem muitos problemas reunidos, problema de desordem, problema de feira do rolo, uso de drogas, problemas de comércio irregular, você tem tudo em conjunto, e é um lugar onde todo mundo que vem de fora quer conhecer. Nesse ambiente onde você tem a desordem, você tem um ambiente propício para o crime acontecer”, afirmou o subprefeito.

Adams Carvalho

Cães de aluguel

É cada vez mais difícil sustentar a postura herética de não gostar de cachorros

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Por Quem as Panelas Batem"

Leio por aí que o número de bichos de estimação ultrapassou o de crianças nos lares brasileiros. O dado me deixa meio apavorado —embora não surpreso. Entre um filho e um quadrúpede, o patrício fica com o último. E bota sapatinhos e roupinha de crochê no último. E dá vinho canino para o último. E batiza o último com o nome de Carlos Eduardo e com Carlos Eduardo só conversa em inglês. "Sit!". "Jump!". "Catch the ball!". "Good job, Carlos Eduardo!".

Perto da minha casa, nos jurássicos anos 1990, havia duas videolocadoras. A HM (melhor de São Paulo, depois da 2001 Vídeo) e uma Blockbuster. Hoje, ambas são petshops. Uma delas, 24 horas.

Quem precisa comprar uma coleira antipulgas ou comida pra gato às 2h da manhã? Pelo jeito, muita gente, pois o ponto em que a Blockbuster ficou por um tempo era uma caveira de burro, nenhum estabelecimento se estabelecia ali por muito tempo —era um desestabelecimento contínuo—, mas o petshop vai de vento em popa. (Curiosamente, com as mesmas cores da locadora, azul e amarelo).

Não consigo deixar de interpretar a troca de Fellini por Whiskas como um sinal dos tempos. (Ou, deveria dizer, "final" dos tempos?). Não me leve a mal. Bem, é tarde, sei que já está me levando. É cada vez mais difícil viver sustentando a postura herética de não gostar de cachorros.

Antigamente, se você entrasse numa casa e um dogue alemão te saudasse metendo duas patas enlameadas no seu peito, limpando o ranho do focinho na sua gola e lambendo seu cangote, o dono do bicho ficava constrangido, dava uma bronca no cachorro, prendia-o em algum lugar.

Hoje, diante da minha cara de horror, devolvem-me um olhar ainda mais apavorado: "Você não gosta de cachorro?! I'm sorry, Carlos Eduardo!".

Corrijo-me. Não é que eu não goste de cachorro. Como já escrevi em outra crônica: eu gosto, acho-os bonitinhos, divertidos e amorosos, só tenho cá para mim que a troca de fluidos, entre ou intraespécies, deve ser sempre previamente negociada e consentida por ambas as partes. #meucorpominhasregras, #nãoénão.

Veja, sou grande fã do Caetano Veloso e da Maria Bethânia, mas se eles, sem meu consentimento, assoassem o nariz na minha gola e lambessem o meu cangote, eu ficaria tão incomodado quanto com o hipotético dogue alemão. (E olha que, ao contrário do hipotético dogue alemão, Caetano compôs e Bethânia canta algumas das músicas mais bonitas que eu conheço. Mesmo assim a narigada e a lambeção seriam, para dizer o mínimo, impróprias).

Falei ali em cima em sinal dos tempos, mas acabei me desviando após o assédio sexual de um dogue alemão. Voltemos: acho sintomático que tenhamos trocado as películas pelos peludos. Filmes são uma investigação. Nos tiram do lugar. Nos fazem pensar, por uma hora e meia, com a cabeça de um mafioso italiano, um espião russo, um fantasma, um peixe viúvo à procura do filho. A gente questiona as nossas crenças e desconfia das nossas certezas.

Cachorros são o contrário. Um espelho de Narciso a abanar o rabinho, gostam de você sem nenhum mérito seu. São como saquinhos de likes, joinhas e corações para toda e qualquer ação sua. São uma rede social em que não existe trollagem e você é o Felipe Neto, o Messi, a Beyoncé.

Sempre lembro a história de um general romano: toda vez que conquistava uma cidade e punha-se a admirá-la do alto de uma montanha, chegava um subalterno e repetia: "Não te esqueças, general, tu és velho, calvo, baixo e gordo". Não deixava, assim, ser levado pela vaidade. Vi isso em algum filme, não foi o Carlos Eduardo que me contou.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, **Giovana Madalosso** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

cotidiano

Luana Beatriz Pena Valentim conseguiu adaptar escala de trabalho após acordo com chefia Karime Xavier/Folhapress

Em São Paulo, delegadas grávidas buscam lei para flexibilização das escalas

Sindicato diz que não há proteção a policiais gestantes; Secretaria da Segurança afirma que realiza um estudo técnico sobre o tema

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente

SÃO PAULO O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo apresentou um parecer técnico ao comando da Polícia Civil solicitando mudanças nas escalas de trabalho das gestantes da corporação. A intenção é fazer com que grávidas e lactantes não trabalhem em operações, em período noturno e também na transferência de presos.

De acordo com Jacqueline Valadares, presidente do sindicato, a entidade tem recebido com frequência relatos de policiais gestantes que não têm a escala adaptada.

"Essa demanda relacionada às situações de gênero, por exemplo a gestação e a lactação, vem se intensificando. Fui contatada por algumas delegadas que estavam pedindo apoio do sindicato para tratar desse aspecto, porque se encontram em período gestacional e não têm nenhum tratamento diferenciado em relação a qualquer outro profissional", diz Valadares.

Segundo a delegada, via de regra, os policiais, independentemente do gênero, são submetidos a plantões normalmente de 12 horas, em escalas ininterruptas, que podem acontecer em plantão durante o dia ou à noite e em finais de semana. Podem ser convocados a qualquer momento para participar de operações.

"A partir do momento que não existe uma regulamentação específica, fica a critério do superior hierárquico imediato da gestante o tratamento que vai ser concedido a ela."

Luana Beatriz Pena Valentim, 38, delegada assistente da 2ª Delegacia de Defesa da Mulher, está na 32ª semana de sua terceira gestação. Ela diz ter conseguido adaptar a sua escala de trabalho com um acordo com a sua chefia.

"Quando não estou gestante, costumo sair para fazer operações e cumprimento de mandados. Durante a gestação, parei de fazer, não vou para a rua. Mas porque tenho uma hierarquia que posso conversar e combinar. Consigo ter uma escala de segunda a sexta, em horário comercial, e a hierarquia permite tranquilamente que eu faça o meu pré-natal e o acompanhamento necessário", diz a delegada.

"Não tive problemas com relação a isso [flexibilização da escala], mas acho importante ter uma lei que garanta para todas as profissionais, todos os cargos", completa.

Segundo o obstetra Francisco Ramos Filho, da Associação de Ginecologistas e Obstetras de Minas Gerais, uma gestante policial não pode estar na rua trabalhando em situações que ponham em risco a sua saúde, com possibilidade de choques físicos, quedas e traumas abdominais, por exemplo.

"Isso tudo está dentro da insalubridade. A gente nem fala da periculosidade, que seria o risco de óbito, risco fatal", diz o médico.

"Pensando na policial bombeiro, por exemplo, ela não poderia estar, em hipótese nenhuma, fazendo serviço externo. Não pode durante o seu trabalho ter contato com fumaça, é extremamente nocivo para a saúde dela e consequentemente para o seu filho", exemplifica Ramos Filho.

O médico declara também que diversos fatores precisam ser avaliados durante uma gestação, que inclui o estresse físico e emocional.

"Com o estresse emocional, a mulher pode ter o seu diabetes gestacional descompensado. Hoje, 18% das gestantes são acometidas por essa condição. Se ela tiver uma hipertensão ou desenvolver durante a gravidez, pode não ter um controle satisfatório diante de uma atividade estressante."

"A mulher que passa por um estresse tem um risco maior de um parto prematuro, com todas as suas consequências para a saúde do seu filho."

Quando não estou gestante, costumo sair para fazer operações e cumprimento de mandados. Durante a gestação, parei de fazer, não vou para a rua. Mas porque tenho uma hierarquia que posso conversar e combinar

Luana Beatriz Pena Valentim
delegada assistente da 2ª Delegacia de Defesa da Mulher

A presidente do sindicato diz que teve "boa receptividade" dentro da Polícia Civil e da secretaria estadual, porém não foi estabelecido um prazo para a regulamentação do tema.

Procurada pela reportagem, a Polícia Civil, em nota, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, diz que "realiza estudo técnico, que está em fase final, para adequar a jornada de trabalho diferenciada a policiais civis gestantes, se adequando a regra do art. 44 da Lei Orgânica da instituição".

Estados como Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e Espírito Santo contam com leis que flexibilizam as escalas de gestantes dentro das respectivas polícias.

Em Minas, por exemplo, a lei dá direito às policiais militares e civis, bombeiros militares, policiais penais e agentes socioeducativas que, durante a gravidez e até seis meses pós-parto, as gestantes dessas classes não trabalhem em condições insalubres.

Também está em trâmite na Câmara dos Deputados um projeto que determina, entre outras ações, que as policiais gestantes e lactantes tenham escala de trabalho compatíveis com a sua condição.

"Uma regulamentação do tema vai vir para ratificar algo que já existe. A Constituição determina que haja um tratamento diferenciado para as mulheres observando ações de desigualdade no tratamento para gestantes, para que isso não influencie de forma negativa na saúde das pessoas", diz Valadares.

Em nota, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis diz que, juntamente com suas entidades filiadas, "tenta negociar com o novo governo o retorno de normativos de consenso entre as entidades representativas nacionais dos policiais civis, que foram retirados pelo Ministério da Justiça durante a gestão anterior".

ciência

Fósseis de morcego elucidam evolução desses mamíferos

Will Dunham

WASHINGTON | REUTERS Os dois esqueletos fósseis de morcego mais antigos dos quais se tem conhecimento, encontrados no sudoeste do Wyoming (EUA) e datando de pelo menos 52 milhões de anos, estão trazendo insights sobre a evolução inicial desses mamíferos voadores, representados hoje por mais de 1.400 espécies.

Descritos em um estudo novo, os fósseis são de uma espécie previamente desconhecida chamada *Icaronycteris gunnelli*. Ela é estreitamente aparentada com duas outras espécies conhecidas graças a fósseis um pouco mais recentes da mesma área, que durante a época eocena era um ecossistema subtropical úmido.

"Esse morcego não diferia muito dos morcegos insetívoros de hoje", disse o paleontólogo Tim Rietbergen, do Centro Naturalis de Biodiversidade, na Holanda, e autor principal do estudo publicado no periódico científico Plos One.

O que chama a atenção nos dois fósseis é como eles mostram que no início de sua história os morcegos já possuíam muitas das características vistas nas espécies modernas.

"Os morcegos parecem morcegos desde a primeira vez que aparecem no registro fóssil como esqueletos completos. Não temos nada do qual se possa dizer que parece 'meta-de morcego'", comentou o paleontólogo Matt Jones, da Arizona State University.

Cientistas ainda estão tentando determinar que mamíferos foram os ancestrais dos morcegos. "Provavelmente evoluíram de um mamífero insetívoro pequeno", diz Jones.

Tradução de Clara Allain

Bilionários milenários

Crença em 'arrebatamento' virtual e na imortalidade transforma bilionários em profetas apocalípticos sem Deus

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral"

Não resisto à tentação de começar esta coluna repetindo uma piada clássica sobre os primórdios da computação. Dizem que, nos anos 1950, quando os EUA puseram seu primeiro supercomputador em funcionamento —um monstro valvulado, maior do que a maioria dos apartamentos paulistanos de hoje—, o presidente Dwight Eisenhower (1890-1969) teria perguntado à máquina se Deus existia. A resposta: "Agora existe".

Pois bem: anda difícil escapar à sensação de que, quando o assunto é inteligência artificial, tem muita gente poderosa por aí concordando com o interlocutor de Eisenhower. Os investimentos bilionários na área, com toda aquela aversão clássica a críticas ou regulação externa tão cara ao Vale do Silício, frequentemente se fazem acompanhar da crença de que seria desejável e/ou inevitável desenvolver inteligências artificiais similares ou superiores à humana em breve. Pra ontem, se for possível.

E a coisa não para por aí, é claro. Circulou nesta semana, pelas redes sociais, o apelo de um desses futurólogos para que obtenhamos o máximo de gravações de áudio e vídeo dos nossos entes queridos já idosos. O motivo: com os avanços da IA (vou ter de abreviar, não vai ter jeito), em breve poderemos usar esses dados para criar simulações computacionais realistas de quem nos deixar. Quer falar com o finado vovô? É só baixar este aplicativo aqui, ó.

Ou seja, os sujeitos não apenas querem confiar à IA a tarefa de criar Deus —ou alguma coisa muito superior a um ser humano, pelo menos— como também acham que ela vai abrir as portas da imortalidade.

Depois de respirar fundo, rezar um pai-nosso e uma ave-maria e assim domar meu instinto de cobrir de cadeiradas quem defende esse tipo de coisa, dei-me conta de algo curioso. A nova heresia dos devotos da IA não passa, no fundo, no fundo, de uma versão secularizada —portanto, (superficialmente) não religiosa— de uma das vertentes mais antigas da teologia cristã: o milenarismo.

Simplificando brutalmente uma discussão teológica que poderia ser um livro, podemos dizer que uma das grandes inspirações do milenarismo é a narrativa em ritmo de videogame do livro do Apocalipse, o último da Bíblia. Também é comum, hoje em dia, que essa corrente de pensamento se manifeste por meio da crença no arrebatamento, suposto momento dramático em que os verdadeiros cristãos seriam arrebatados ao céu de corpo e alma. (Não é por acaso, aliás, que a ideia de fazer o "upload" da consciência humana para um computador tenha sido apelidada de "arrebatamento geek".)

Em comum com o milenarismo cristão, as crenças dos devotos da IA (e também a dos que acham que a biotecnologia será capaz de produzir alguma forma de imortalidade biológica) têm como corolário a possibilidade de um reino dos céus a ser vivenciado em breve, aqui mesmo na Terra.

Há outra semelhança ainda mais perturbadora: o sectarismo. Enquanto os milenaristas cristãos acreditavam (e alguns ainda acreditam) que só um punhado de eleitos de Deus terá acesso às chaves do reino, o paraíso dos devotos da IA e da biotecnologia é de quem puder pagar por ele.

Não estou convencido de que seja possível criar uma IA com inteligência similar ou superior à humana, e me parece praticamente certo que a busca pela imortalidade biológica ignora aspectos básicos do funcionamento dos seres vivos. Mas, mesmo que tais ideias fossem exequíveis, o essencial é perceber que elas brotam do que há de mais escroto na natureza humana. Além disso, vale ressaltar que todas as tentativas de milenaristas para exercer poder no mundo real terminaram em desgraça para todos os envolvidos. Quem tiver ouvidos para ouvir, que ouça.

| DOM. Reinaldo José Lopes, **Marcelo Leite**

SpaceX se prepara para lançar Starship, o foguete mais poderoso da história

Decolagem ne base no Texas está marcada para esta segunda (17); Nasa depende de sucesso de projeto para manter cronograma da Artemis

Salvador Nogueira

SÃO PAULO Em novembro do ano passado, a Nasa celebrou o lançamento da missão Artemis 1 com o foguete SLS, então promovido como o mais poderoso do mundo em operação. De fato era. Mas pode perder a posição já na próxima segunda (17), quando a SpaceX pretende lançar pela primeira vez seu veículo Starship.

Com seus 120 metros, o poderoso lançador de dois estágios é o maior foguete já construído em toda a história. Ao se propelir até a órbita terrestre, baterá todos os recordes de capacidade de transporte espacial, superando até mesmo o Saturn V, usado nos anos 1960 e 1970 pelo programa espacial americano para as missões lunares Apollo.

Tem mais: a ambição da SpaceX é que o sistema seja totalmente reutilizável, com os dois estágios (um propulsor, denominado Super Heavy, e a nave propriamente dita, Starship) capazes de pousar de forma autônoma.

Para o voo inaugural, contudo, as ambições são muito mais modestas: ao estilo estabanado de Elon Musk (fundador e CEO da SpaceX), a empresa estará satisfeita se o gigante conseguir deixar a plataforma de lançamento em segurança. Tudo que vier depois é tido como lucro pelos engenheiros envolvidos no projeto.

A equipe, contudo, considera-se pronta para voar. Uma revisão de prontidão de voo foi conduzida no fim de semana passado, com o veículo já montado sobre a plataforma, e com ela veio a decisão de não conduzir um ensaio geral molhado (ou seja, abastecendo o foguete e realizando a contagem regressiva até o momento em que os motores seriam acionados), pulando direto para uma tentativa real de lançamento.

A última pendência, pelo menos do ponto de vista burocrático, era uma autorização da FAA (agência federal de aviação americana), responsável pelo controle de voos privados de foguetes, concedida no fim da tarde de sexta (14).

A SpaceX opera seus ensaios de desenvolvimento do Starship a partir da instalação que chama de Starbase, no Texas. É na fronteira com o México, com saída para o golfo, numa região erma, mas com considerável presença de vida selvagem. A principal preocupação da FAA era com o impacto ambiental da operação. De acordo com a agência, a empresa de foguetes atendeu a 75 solicitações para cumprir os requisitos de segurança.

Com a licença em mãos, a SpaceX selecionou a próxima segunda (17) como data para o teste —ele ocorrerá entre 9h e 11h30 (do horário de Brasília). Além disso, os dias 18 e 19 foram indicados como reservas para o caso de algum imprevisto. Não será de surpreender, contudo, se todas as três datas não forem utilizadas, em virtude de algum problema técnico.

O primeiro lançamento de um novo foguete é sempre complicado. A Nasa, com seu relativamente familiar SLS (fortemente baseado em tecnologias desenvolvidas para os antigos ônibus espaciais), originalmente pretendia lançar a Artemis 1 em 29 de agosto do ano passado, mas a missão acabou partindo só em 16 de novembro.

Seja quando for de fato o lançamento do Starship, ele pode se tornar um marco divisório na história da exploração espacial.

O programa Starship nasceu como iniciativa independente da SpaceX, e com outro nome: Interplanetary Transport System. Trata-se do sistema com o qual Elon Musk espera um dia promover a colonização de Marte.

Para isso acontecer, o custo de cada lançamento precisa cair drasticamente, o que só é possível se os veículos forem baratos, reutilizáveis, dispensarem grande manutenção entre voos, possam ser reabastecidos no espaço e sejam capazes de usar combustível facilmente produzido no planeta vermelho.

Foram esses os requisitos que nortearam a concepção do Starship: um veículo enorme, com nada menos que 33 motores no primeiro estágio (o maior número já usado em um um foguete), movidos a metano e oxigênio líquidos. Isso porque é simples produzi-los a partir de água e dióxido de carbono, dois recursos naturais fartamente disponíveis em Marte.

120 m
tem o foguete, o maior já construído

Parecia mais um delírio de Musk. Até que a própria Nasa começou a acreditar. Ao definir que faria a aquisição de um módulo de pouso tripulado para o programa Artemis por meio de concorrência, a agência acabou optando pelo programa Starship, deixando para trás designs mais conservadores (como o da Blue Origin, de Jeff Bezos) e empresas mais tradicionais (como a gigante Boeing).

A essa altura, o Starship já está contratado para fazer as alunissagens das missões Artemis 3 e 4 (a um custo de US$ 4,05 bilhões), o que significa dizer que não haverá astronautas caminhando na Lua tão cedo se o projeto da SpaceX fracassar. É uma aposta de alto risco da Nasa, com benefícios proporcionalmente altos em caso de sucesso.

O veículo poderá transportar mais de cem toneladas até a superfície lunar –algo como levar um Boeing 747 com a área de carga cheia. Isso tornaria a construção de uma base da Lua um processo muito mais simples.

Na prática, mudaria todas as regras do jogo na exploração espacial. Até hoje, o esforço é sempre o de fazer satélites e cargas úteis tão pequenos e leves quanto possível. Lembra como o Telescópio Espacial James Webb, com seu espelho segmentado de 6,5 metros, teve de ir todo dobradinho dentro da coifa do foguete Ariane 5? No Starship, com um diâmetro de 9 metros, você pode acomodar um espelho bem maior que o do Webb —e sem dobrá-lo.

Uma série de outras aplicações poderiam se tornar possíveis, como transporte de pessoas e carga ponto a ponto em qualquer lugar da Terra em menos de uma hora. O Pentágono, por sinal, está de olho no Starship como possível transporte para suas operações militares.

Contudo, será preciso que o veículo funcione como propagandeado. E tudo começa com este primeiro teste. Na melhor das hipóteses, veremos o primeiro estágio decolar, concluir seu trabalho de ascensão, se separar do segundo estágio e descer para um "pouso" na superfície do mar, no golfo do México. A SpaceX não tentará recuperá-lo, mas quer treinar a capacidade de manobrá-lo para futuros pousos em solo.

O segundo estágio então usará seus motores (são três para propulsão no espaço e outros três para manobras na atmosfera) para atingir velocidade orbital, dar quase uma volta inteira na Terra e então reentrar na atmosfera, fazendo um mergulho no mar, próximo ao Havaí.

Se tudo isso der certo, ou se pelo menos o Starship atingir a órbita, a SpaceX poderá dizer que tem o foguete mais poderoso já lançado na história.

Protótipo da Starship aguarda teste em base no Texas (EUA) Veronica G. Cardenas - 22.mai.22/Reuters

PALMEIRAS VENCE E ABEL FERREIRA É EXPULSO
Com gols de Endrick (no centro) e López, o Palmeiras estreou no Brasileiro com vitória sobre o Cuiabá por 2 a 1 neste sábado (15). Abel Ferreira foi expulso no 1º tempo. No Rio, o São Paulo perdeu para o Botafogo também por 2 a 1 Carla Carniei/Reuters

Premier League vai restringir patrocínios de sites de apostas

Clubes poderão fazer novos acordos até medidas restritivas entrarem em vigor, no final da temporada 2025/26

Samuel Agini e Oliver Barnes

LONDRES | FINANCIAL TIMES Os clubes de futebol da Premier League, o Campeonato Inglês, serão obrigados a eliminar gradualmente da parte frontal dos uniformes os patrocínios de casas de apostas até o final da temporada 2025/26. A decisão foi tomada após pressão do governo do Reino Unido, que está revendo os regulamentos desse tipo de serviço.

Os clubes terão permissão para obter novos patrocínios de sites de apostas até que a proibição entre em vigor.

O público global da liga é atraente para empresas desse tipo e outros patrocinadores que buscam vender produtos em âmbito internacional. Ao todo, 8 dos 20 clubes têm patrocínios de casas de apostas na frente dos uniformes, na maioria operadoras que desejam atrair mercados na Ásia —onde as regras sobre apostas em sites estrangeiros são indefinidas.

Entre os clubes estão o West Ham, patrocinado pela Betway, o Everton, que tem como parceiro o site de apostas Stake.com, e o Bournemouth e o Newcastle, que exibem a marca das operadoras de jogo offshore filipinas Dafabet e Fun88, respectivamente.

A Premier League disse que os acordos de patrocínio de camisas foram avaliados em 60 milhões de libras (R$ 367 milhões) por ano.

Não haverá proibição para acordos que mostrem as marcas de operadoras nas mangas das camisas. E os anúncios de apostas permanecerão visíveis nos painéis laterais dos campos, apesar dos apelos de ativistas por apostas mais seguras.

A liga também disse que está trabalhando com outros esportes no desenvolvimento de um novo código para o patrocínio "responsável".

O governo deve publicar dentro de semanas uma esperada revisão de sua lei de apostas, de 2005. Espera-se que o estudo proponha uma taxa estatutária sobre algumas empresas de apostas para financiar iniciativas de saúde pública e adotar limites de participação nas apostas.

A revisão faz parte de uma reforma mais ampla das leis que foram criadas antes do lançamento do primeiro smartphone e do surgimento de aplicativos, que colocam uma casa de apostas no bolso dos torcedores e aumentam o volume de jogos feitos.

Lucy Frazer, secretária de Cultura, saudou o anúncio da Premier League dizendo: "A grande maioria dos adultos joga com segurança, mas temos que reconhecer que os jogadores de futebol são modelos que têm enorme influência sobre os jovens".

Ministros toparam não banir o patrocínio de empresas de apostas com a condição de que os clubes voluntariamente tirassem as marcas da frente de seus uniformes. Segundo Frazer, o governo quer trabalhar com a liga "para fazer a coisa certa para os jovens".

"Embora este resultado não seja perfeito, é um grande passo", disse James Grimes, fundador da campanha The Big Step, que visa acabar com o patrocínio de firmas de apostas no futebol.

Grimes disse que o anúncio foi "um reconhecimento significativo do dano causado pelo patrocínio das casas de apostas", mas acrescentou que "é totalmente incoerente apenas mover os logotipos para uma parte diferente do uniforme e permitir que a publicidade na lateral do campo e o patrocínio da liga continuem".

Matt Zarb-Cousin, diretor da Clean Up Gambling, disse que a mudança foi apenas uma "pequena concessão". "Estão fazendo o mínimo."

Ed Craven, fundador da empresa de apostas Stake.com, disse que, "apesar de a mudança ser esperada há algum tempo, é uma pena" que sua marca tenha de ser removida da frente do uniforme do Everton.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Pontos corridos mudaram o futebol nacional

Formato, que completa 20 anos, inicou era de estabilidade, mudança nos clubes e elitização no número de campeões

Alex Sabino

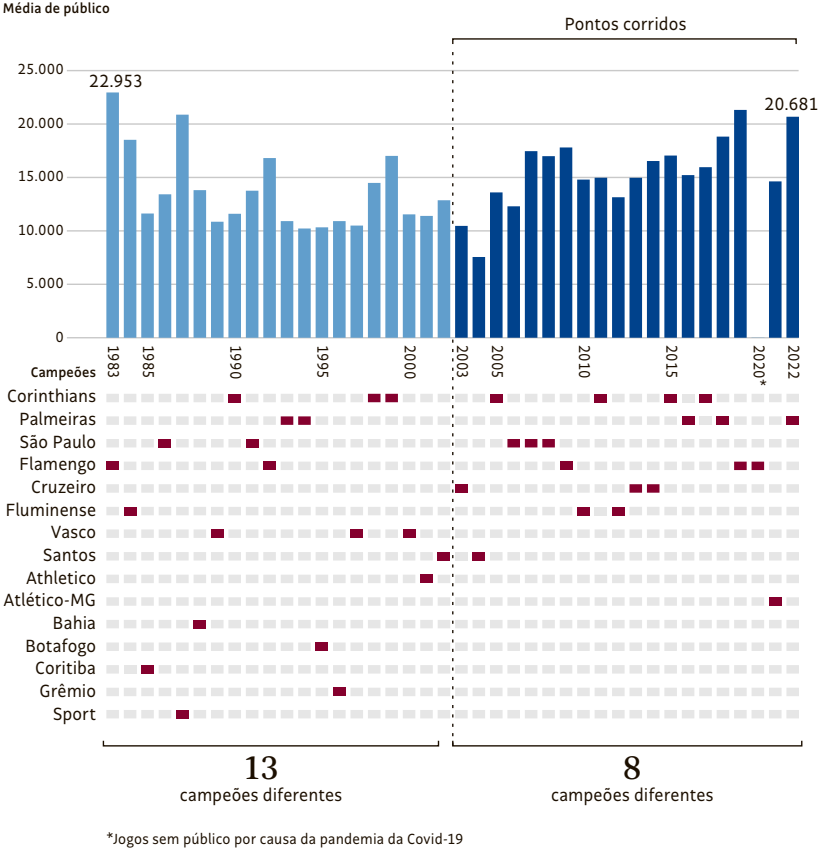
SÃO PAULO A tarde de 15 de dezembro de 2002 é lembrada pelo fim do jejum de 18 anos sem título de expressão do Santos. Ficou em segundo plano a frase que Galvão Bueno disse algumas vezes durante a transmissão da decisão do Brasileiro daquele ano:

“Final é um barato!”

O torneio de 2023, iniciado neste sábado (15), marca duas décadas da fórmula que acabou com as finais. O formato de pontos corridos foi absorvido como normal por clubes, jogadores e torcedores. Desde que foi adotado, o futebol brasileiro passou a movimentar mais dinheiro, pagar salários maiores e dominar os torneios sul-americanos. Os estádios viraram arenas e o país sediou uma Copa do Mundo

Mas o campeonato passou a ser mais elitizado, caro e com menor variação de campeões. Entre 2003 e 2022, oito equipes diferentes conquistaram o título: Cruzeiro, Santos, Corinthians, São Paulo, Flamengo, Fluminense, Palmeiras e Atlético Mineiro.

Nos 20 anos anteriores, de 1983 a 2002, foram 13 campeões: Flamengo, Fluminense, Coritiba, São Paulo, Sport, Bahia, Vasco, Corinthians, Palmeiras, Botafogo, Grêmio, Athletico e Santos.

“Não é elitizado apenas em campo. É fora de campo também por causa da profissionalização. Hoje é preciso ter planejamento, ter processos e executar esses processos. Se os mesmos times conquistam títulos é por uma série de fatores. Hoje está mais igual. Ao mesmo tempo, é difícil permanecer na primeira divisão.

Times grandes caem”, afirma o ex-zagueiro Edu Dracena.

Ele foi 4 vezes campeão na era dos pontos corridos e por 3 equipes diferentes: Cruzeiro, Corinthians e Palmeiras.

Tornou-se comum equipes tradicionais irem para a Série B. Atlético Mineiro, Corinthians, Vasco, Palmeiras, Botafogo, Internacional, Cruzeiro e Grêmio foram rebaixados.

“[Pontos corridos] É campeonato até certo ponto. Porque chega o momento em que deixa de ser atrativo para quase todas as equipes, porque elas não têm chance de brigar pelo título. Pelo lado da paixão do torcedor, isso é ruim. Mas é a fórmula mais justa”, afirma Dimba, artilheiro do primeiro campeonato em pontos corridos, com 31 gols.

Ele havia sido protagonista, no ano anterior, de história que seria impossível nos tempos atuais. Dois gols seus na última rodada da 1ª fase, pelo já rebaixado Gama contra o Coritiba, fizeram o Santos ficar com a última vaga para as quartas de final. O clube de Vila Belmiro acabou campeão.

“Eu estava neste jogo entre Gama e Coritiba. Foi improvável. Todos achavam que o Coritiba ganharia, mas eles não viram a cor da bola. São coisas que ficam perdidas na fórmula atual”, diz Wendel Lopes, atual presidente da agremiação do Distrito Federal.

A trajetória do Gama se tornaa relevante porque foi o time que participou do último Brasileiro antes dos pontos corridos, em 2002, acabou rebaixado e nunca conseguiu voltar à elite.

“O mercado do futebol brasileiro está muito concentrado em poucos locais. É muito mais difícil um time pequeno se estabelecer hoje em dia. E se a liga [de clubes] vingar, será a morte da Série D, um torneio sem televisionamento e bancado pela CBF”, completa.

Hoje há muito mais dinheiro movimentado pelas maiores agremiações brasileiras. Entre 2001 e 2005, o Flamengo arrecadou R$ 407,7 milhões, média de R$ 81,54 milhões por ano. Em 2023, a projeção é de conseguir R$ 1 bilhão. O contrato de patrocínio da Crefisa com o Palmeiras, que paga cerca de R$ 80 milhões anuais, seria suficiente para quitar 260 folhas salariais do Santos campeão brasileiro de 2002.

Os clubes brasileiros têm dominado as competições sul-americanas e são acusados de usar a força financeira para contratar os melhores jogadores que não interessam aos grandes da Europa. O país venceu as últimas quatro edições da Libertadores e teve os dois times do país nas decisões das últimas três temporadas. Em duas décadas, os brasileiros venceram 11 vezes a principal competição continental.

“Campeonato de pontos corridos é um avanço no futebol brasileiro. No passado havia jogos com asteriscos, mudança de calendário, forma de disputa... Isso causava diminuição na qualidade do produto. Premia a regularidade e os times mais organizados. Com briga por título, vaga na Libertadores, Sul-Americana e contra o rebaixamento há emoção em todas as rodadas“, defende Marcelo Paz, presidente do Fortaleza.

Nos 20 anos antes do formato atual, dois clubes do Nordeste foram campeões nacionais (Sport em 1987 e Bahia em 1988). Mas Paz crê que os dois turnos em ida e volta e a estabilidade favorecem trabalhos bem organizados e de longo prazo. Como o realizado pelo Fortaleza.

“A Série A do Brasileirão, há alguns anos, era um campeonato em que você não sabia o formato, porque todo ano mudava a fórmula, muitas vezes o time era rebaixado e isso de fato não acontecia. Como o formato de uns anos para cá se manteve igual, com a mesma fórmula de disputa, passou a ter maior credibilidade”, analisa Fabio Wolff, especialista em marketing esportivo.

Como há argumentos para todos os gostos, é possível lembrar que histórias como a do Santos campeão de 2002, do São Caetano de 2000 que saiu de módulo que representava a 3ª divisão para disputar a decisão da elite no mesmo ano (por causa da da fórmula usada) e o torneio de 1985 nunca mais vão se repetir.

Foi quando Bangu e Coritiba fizeram a final da principal divisão do país. E o pequeno Brasil de Pelotas chegou à semifinal.

Cores alarmantes

Quatro times da Série A sucumbem diante de equipes de divisões bem inferiores na Copa do Brasil

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Digamos que perder para time de Série B, como o Athletico perdeu para o CRB, e só por 1 a 0, em Maceió, não chega a ser um desastre que não possa ser revertido no jogo de volta, na Arena da Baixada.

Para quem, contudo, orgulhava-se de ser o único invicto em 2023, com 15 vitórias e três empates, significa, ao menos, o acender de luz amarela.

A vermelha está acesa para o Cruzeiro, derrotado também pela contagem mínima, no Recife, para o Náutico, da Série C. Porque o Cruzeiro não sabe bem se já é time da primeira divisão mesmo ou se ainda traz nas costas o peso da segunda, onde esteve por tanto tempo.

Pior, convenhamos, fez o Corinthians, derrotado em Belém pelo Remo, da Série C, e por 2 a 0.

Que luz acender?

A atuação alvinegra no Pará lembrou aquela feita contra o Always Ready, pela Libertadores, no ano passado, quando apanhou pelo mesmo placar. Então, havia a justificativa da altitude de La Paz. Agora não há, desde que não se atribua a lentidão exasperante da equipe às delícias do pato no tucupi.

E pior porque fruto de decisão de quem parece viver em realidade paralela, como tantos ultimamente no Brasil.

Ora, poupar titulares importantes no torneio mais acessível para salvar o ano corintiano só pode ser fruto de quem anda com a cabeça na lua e os pés nas nuvens.

Precocemente já está o time obrigado a fazer Itaquera jogar mais que seus envelhecidos jogadores, algo possível, embora desgastante ao extremo.

Por incrível que pareça, o Flamengo foi capaz de superar o Corinthians em matéria de vexame, e vexame não tem cor.

Perder para o Maringá, da Série D, também por 2 a 0 fora de casa, ultrapassa os limites da imaginação do mais pessimista dos rubro-negros, ainda por cima depois da demissão de Vítor Pereira, outro treinador dispensado pela nefanda direção da Gávea, tão ruim como a do Parque São Jorge, subjugada por jogadores mimados há tempos incapazes de mostrar minimamente futebol de qualidade. Foi de corar.

Virar no Maracanã parece fácil, mas só parece, porque, se houver insistência na escalação de atletas como David Luiz, Gerson, Éverton Ribeiro e Gabigol, tudo ficará bem difícil.

O artilheiro, de qualidades inegáveis, desde que passou a jogar com a camisa dez, um dia vestida por Zico, entrou em dieta de gols, nada menos de dez jogos sem marcar nem sequer unzinho.

É complicado mexer em time que está ganhando? Claro que é. Tite preferiu morrer abraçado com o dele em 2013 e se despediu do Parque São Jorge depois de ganhar tudo em 2011/12.

Ladino, Jorge Jesus voltou para a Europa enquanto via o auge da glória no Ninho do Urubu, sem tocar nos medalhões, tarefa que deveria ter sido atribuída aos infelizes sucessores do português, sem respaldo da diretoria para tanto. Quem conciliou até ganhou títulos; quem bateu de frente durou pouco.

Os campeonatos estaduais não são parâmetros para a Copa do Brasil, e a Copa do Brasil não mede as chances para o Campeonato Brasileiro.

No máximo, acende luzes. As que acendeu para o quarteto A devem ser suficientes para alertá-los.

A luz verde também está acesa, e nem é preciso citar o nome de para quem, basta dizer que lembra árvores, em clima de paz absoluta. E temos ainda as três cores que traduzem tradição.

Palmeiras e Fluminense são os melhores times brasileiros neste início de temporada.

Começou o Brasileirão

Tentativa de dividir os times em grupos por suas possibilidades é conversa fiada; erramos sempre

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Segundo os ufanistas, é o melhor campeonato do mundo, por causa do equilíbrio e da grande quantidade de candidatos ao título. Não é bem assim. A tentativa, antes de começar a competição, de dividir os times em grupos por qualidades e possibilidades, é conversa fiada. Erramos sempre.

Tenho muitas dúvidas. O Palmeiras é o único grande favorito? O Fluminense, depois de dar um banho de bola no Flamengo, passa a ser o principal candidato ao título depois do Palmeiras? Fernando Diniz adorou ser campeão.

Quais são as equipes que têm boas chances de ficar no grupo de cima, de conseguir vaga na Libertadores e até de levantar o troféu? Nas bolsas de apostas, há equipes que ao mesmo tempo estão cotadas por uns para ficar na turma de cima e por outros para ser rebaixadas. Quais são os mais prováveis times rebaixados? Não tenho certeza de nada.

O Grêmio é o melhor dos quatro grandes clubes que voltaram para a primeira divisão. Em que lugar coloco o Grêmio? Cruzeiro, Vasco e Bahia vão disputar posições no grupo do meio ou correm o risco de ser rebaixados?

Se o Corinthians melhorar bastante o desempenho fora de casa, poderá disputar os primeiros lugares, já que é muito forte em seu estádio? Já o São Paulo, com menos jogadores especiais, deve ficar pelo meio da tabela ou um pouco acima?

Uma explicação. Escrevi que o Athletico Paranaense é um dos grandes do futebol brasileiro, mas que tem raras chances de ganhar a Libertadores porque o elenco é muito inferior ao dos principais equipes. Nem tanto. O time é o vice-campeão dá Libertadores e em jogos mata-mata tem boas possibilidades de vencer qualquer adversário. Já no Brasileirão, um campeonato longo e de pontos corridos, as chances de ser campeão são muito menores que na Libertadores.

Outra explicação. Escrevi que o Palmeiras não joga dinheiro fora, pois não gasta fortuna para contratar jogadores medianos como se fossem excelentes nem paga multas absurdas rescisórias para demitir treinadores, uma postura frequente em outros grandes clubes. Às vezes, contrata jogadores que não dão certo, o que é habitual no futebol.

No Brasileirão, não devemos ter novidades na maneira de jogar e nas variações táticas. As estratégias são bastante conhecidas. O Fluminense, de Fernando Diniz, é exceção. Nenhum outro técnico escalaria um lateral (Marcelo) para avançar pelo lado, pelo centro, e ter na cobertura um veterano, lento, Felipe Melo. Deu certo. O Fluminense não teve por esse setor problemas defensivos.

Nenhum outro treinador desloca um lateral esquerdo (Marcelo) e um ponta-direita (Arias) para se encontrarem pelo meio e, juntos com outros jogadores, terem uma superioridade numérica, envolvendo assim o adversário com trocas curtas de passes. Guardiola, na Europa, e Fernando Diniz, no Brasil, saem da mesmice, da casinha.

Na vitória do Manchester City sobre o Bayern por 3 a 0, o zagueiro Stones se adiantava e virava um meio-campista quando o time tinha a bola. Quando a perdia, Stones voltava à posição de zagueiro em uma linha de quatro defensores. Isso me lembra dos antigos líberos que passavam a jogar no meio-campo quando a equipe estava com a bola e quando a perdiam retornavam à posição de líbero, na cobertura, atrás dos defensores.

Quantos treinadores serão demitidos durante o Brasileirão? Haverá recorde? Onde começa a dispensa no Brasil? Na diretoria, nas redes sociais ou nos programas esportivos? Um estimula o outro.

NOSSO ESTRANHO AMOR

Anna Virginia Balloussier

folha.com/nossoestranhoamor

Perdeu a visão após conhecer a mãe dos seus filhos

José Giuliangeli de Castro, 53, viu a mãe dos seus três filhos poucas vezes na vida. Os olhares por vezes se cruzavam nos corredores da UEL (Universidade Estadual de Londrina), onde ele cursava fisioterapia, e ela, psicologia. Mas não existia paquera, nem sequer sabiam o nome um do outro. Até que rolou.

Carolina dos Santos Espindola, 50, lembra a data: foi no dia 19 de junho de 1993. Ela fazia o tipo nerd, daquelas que preferiam estudar a farrear. Mas uma amiga do teatro a convidou para a estreia de sua peça. Foi, e na cadeira à sua esquerda estava o rapaz garboso de cabelos castanhos.

Achou estranhíssimo alguém se chamar só José, e não, sei lá, José Augusto, José Ricardo. No começo até desconfiou que ele estava tirando uma com a cara dela, fornecendo um pseudônimo. Ele tirou o RG do bolso do casaco pesado que usava contra o frio paranaense. Ela guardou aquele nome.

Na saída do teatro, José a chamou para uma festa junina no dia seguinte. Passaria de carro para buscá-la às 18h. Deu uma hora e nada.

"Levei um bolo", Carolina deduziu e ligou a TV. "Estudante da UEL sofre acidente grave e está entre a vida e a morte", dizia o telejornal local. Na tela, o RG de José.

Pegou um táxi e foi direto para o hospital. Descobriu depois que o paquera voltava da final de um campeonato de sinuca que organizou quando o Chevette branco do amigo, "velho pra caramba", pifou. Combinaram que ele tentaria dar partida enquanto o colega empurrava o carro.

José acelerou demais, perdeu o controle e bateu numa árvore. "Naquela época, os vidros estilhaçavam", diz Carolina. Cacos de vidro voaram nos olhos do condutor. Ele pegou carona numa moto, o rosto ensopado de sangue, até a emergência.

Não era caso de vida ou morte, como errou a reportagem, mas o dano ocular foi sério o bastante para reter José por meses no hospital. Carolina visitava quase todos os dias. Em setembro, o médico recomendou atendimento em São Paulo.

A família dele era muito simples, conta ela. A mãe trabalhava como técnica em radiologia. O pai, hemiplégico após cair do terceiro andar de uma obra quando era pedreiro, porteiro no hospital. Uma irmã mais velha já não tinha mais como faltar ao trabalho como professora de matemática.

José precisava de um acompanhante que pingasse colírio nele a cada 15 minutos na ambulância até a capital paulista. Carolina se voluntariou.

As seis cirurgias que o universitário fez não conseguiram reverter o quadro. Perto do Natal, veio o diagnóstico: uma infecção nos olhos lhe deu perda total na visão.

A moça que havia convidado para a quermesse não saiu do seu lado. Voltaram para Londrina, para morar morar juntos. Um tio deu um Fusca para o casal, ela aprendeu a dirigir, e assim José conseguiu se formar. "A gente levou a vida." Casaram-se em janeiro de 1995.

Oito dias antes do altar, ela, que uma vez ouviu de um médico que era infértil, descobriu-se grávida de gêmeos. Então os enjoos que sentia não eram, afinal, gastrite pelo nervoso que passava às vésperas do enlace.

A vida foi boa por um tempo. Carolina fez curso para auxiliar deficientes visuais. Dicas básicas, como marcar os tubos de xampu e condicionador em braile, ou descrever a comida para José visualizar a refeição. Pêdra e Mateus nasceram em julho.

Ana Clara chegou sete anos depois. O casamento já não ia bem. Em 2000, José se elegeu vereador, e a rotina ficou puxada para a mulher. Carolina estava acostumada a assumir as rédeas da casa, com o grosso da organização doméstica sob sua guarda. Mas aquele entra e sai de gente no lar começou a tirar seu sossego.

E no meio disso tudo veio a gestação da terceira filha, delicada. "Eu tinha dois empregos, trabalhava 12 horas por dia. A gente começou a se desentender. Ele fazia viagens por causa da política, eu sozinha correndo risco."

José saiu de casa com ela grávida de seis meses. Carolina já tinha avisado que, depois do parto, voltaria para perto dos pais, no interior de São Paulo. Queria recomeçar a vida.

O tempo tratou de cicatrizar feridas, e eles foram ficando amigos de novo. Já são 21 anos separados como casal, mas unidos como pais de Pêdra, Mateus e Ana. "Acredito que seja uma história de resiliência de todos nós", diz Carolina.

Ricardo Stuckert/Reuters

IMAGEM DA SEMANA

Na quinta (13), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) visitou a Huawei, gigante de tecnologia, em Xangai. Já na sexta (14), o mandatário foi recebido pelo líder chinês, Xi Jinping, em Pequim. O governo brasileiro divulgou uma relação de 15 acordos a serem firmados entre os dois países, a projeção é que os pactos somem R$ 50 bilhões de investimento.

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Que saiu, que se afastou **2.** (Red.) Time seis vezes campeão / Som de ave **3.** Marca de canetas / São quatro nos camelos, nos dromedários e nos rinocerontes **4.** Médico que trata doenças mediante remédios contrários a elas **5.** Árvore amazônica de beira de rios **6.** (Inform.) Personagem imaginária que representa um usuário em ambientes virtuais / A sigla do estado de Assis e Bauru **7.** País que faz fronteira com a Colômbia e com o Brasil / Face superior interna de um ambiente **8.** Espírito Santo / Refrescar, movendo leque **9.** Harmonicamente vibrante **10.** A luz mais forte dos carros / Interjeição que imita ruído de pancada **11.** Um alucinógeno perigosíssimo / O sambista carioca de "Deixa eu Te Amar" e "Moro Onde Não Mora Ninguém" **12.** O ex-presidente Gaspar Dutra (1883-1974) **13.** A combinação de diferença com sentença / A baixa também é chamada baixa-mar.

VERTICAIS

1. Cópia de segurança / Precede o fruto **2.** Isolam F e J / Coisas opostas **3.** Reconstituir a banda de rodagem de um pneu / Mandado, prescrição **4.** Prefixo: fora de, tirado de / Do país cuja capital é Vilnius / Ursula Andress, atriz **5.** Árvore da Amazônia, pequena, de drupas amarelas, com polpa abundante, comestível / (Pop.) Criar, usando a imaginação **6.** Separar a briga / Ingrediente alcoólico de muitos aperitivos **7.** Decidir-se pela aceitação de uma coisa em relação a outra incompatível com a primeira / Coleção de garrafas de vinho geralmente destinadas a exposição **8.** Um desportista que usa ventos e águas / Colocar uma coisa próxima a outra **9.** O Samuel do "Skank" / Em razão de.

HORIZONTAIS: 1. Egresso, **2.** Hexa, Pio, **3.** Bic, Patas, **4.** Alopata, **5.** Capitari, **6.** Avatar, SP, **7.** Peru, Teto, **8.** ES, Abanar, **9.** Sonoro, **10.** Farol, Tau, **11.** LSD, Agepê, **12.** Eurico, **13.** Rima, Maré. **VERTICAIS: 1.** Becape, Flor, **2.** GHI, Avessas, **3.** Recapar, Ordem, **4.** Ex, Lituano, UA, **5.** Sapota, Bolar, **6.** Apartar, Gim, **7.** Optar, Enoteca, **8.** Iatista, Apor, **9.** Rosa, Porque.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	8			5		4	7	
	4		1		9			
5				7	4			
	6		7	3		2	4	
	7	8		4	6		3	
			3	1				7
			4		8		2	
	3	6		2			1	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	8	9	2	5	3	4	7	6
6	4	7	1	8	9	3	5	2
5	2	3	6	7	4	8	9	1
9	6	5	7	3	1	2	4	8
3	1	4	8	9	2	7	6	5
2	7	8	5	4	6	1	3	9
4	9	2	3	1	5	6	8	7
7	5	1	4	6	8	9	2	3
8	3	6	9	2	7	5	1	4

FRASES DA SEMANA

ESTREITAR LAÇOS

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República, na sexta (14), durante visita a Pequim

"A compreensão que o meu governo tem da China é a de que temos que trabalhar muito para que a relação Brasil-China não seja meramente interesse comercial."

PRIORIDADE

Xi Jinping

líder chinês, durante visita de Lula (PT), na sexta (14)

"A China coloca as relações com o Brasil em um lugar prioritário nas nossas relações exteriores. O senhor é nosso amigo de longa data e um bom amigo."

UM LIVRO POR DIA

Fernando Haddad

Ministro da Fazenda, na quinta (13), sobre tributação de importações de varejistas chinesas

"Vocês falam da Shein como se eu conhecesse. Eu não conheço a Shein. Único portal que eu conheço é o da Amazon, eu compro um livro todo dia, pelo menos."

POÇO SEM FUNDO

Ana Penido

Cientista política, na quinta (13), sobre despesas das Forças Armadas

"Quando se abre o orçamento de Defesa, é quase tudo RH (recursos humanos). Está gastando mais com pessoal, e não com equipamento, tecnologia, pesquisa. É um poço sem fundo: quanto mais pedem dinheiro, mais eles gastam com eles próprios."

QUILOMBISMO

João Jorge Rodrigues

Presidente da Fundação Palmares, em entrevista na quinta (13)

"A população africana escravizada deu comida, mineração, agricultura, candomblé, samba, capoeira. Demos tudo a esse país, durante mais de 300 anos. E ainda estamos lutando por lugares de igualdade. O quilombismo é o principal movimento negro da nação."

A NOVA TV

Felipe Neto

Empresário e influenciador, na terça (11), sobre mudanças no entretenimento

"Tem desde a minha sogra que pesquisa receitas até o menino que vai atrás do YouTube Kids. O maior concorrente da TV aberta vai ser o YouTube. A TV fechada compete com os streamings."

PÂNICO

Letícia Oliveira

Coautora do relatório com ações para prevenir atentados, na terça (11)

"A gente não pode cair no pânico, mas também não pode ignorar. É preciso identificar quem está por trás dessas ameaças e qual o objetivo dessas pessoas em disseminar medo."

SINGULARIDADE

Fe Maidel

Psicóloga especialista em gênero e sexualidade, na segunda (10), sobre transgeneridade

"Tentamos colocar as coisas em espaços predefinidos, mas cada pessoa e cada sexualidade são únicas. Ninguém vai ter a mesma experiência que o outro."

CHOQUE

Isac Falcão

Presidente do Sindifisco Nacional, na segunda (10), sobre tributação

"É chocante que entregadores paguem impostos pela propriedade de suas motocicletas e os proprietários dessas esquadrilhas de limousines aéreas não paguem nada."

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **16.abr.1923**

Trens especiais são preparados para abertura de museu em Itu

A Estrada de Ferro Sorocabana organizou diversos trens especiais para levar a Itu (SP) os interessados em assistir à inauguração do museu de relíquias republicanas, que ocorrerá na quarta-feira (18).

Três trens estão reservados para integrantes da companhia de guerra da Força Pública, para o governador de São Paulo, Washington Luís, e para a comitiva. Comboios especiais serão destinados aos passageiros de todos os pontos da ferrovia.

O museu a ser aberto está instalado no prédio da reunião de 1873.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

O SERVIÇO TELEPHONICO

Jornalismo e método

Martin Baron, ex-editor executivo do Washington Post, defende que jornalistas devem se guiar pela objetividade que se espera de médicos e juízes C4

Ilustração
Adams Carvalho

- Acusar redes sociais é mais fácil que prevenir ataques em escolas, diz Glenn Greenwald C3
- Redes sociais são feitas para favorecer radicalismo de Bolsonaro, afirma pesquisador C7

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

Grace Gianoukas
Na minha idade, mostrar o peito é uma transgressão

[RESUMO] Atriz revela conselho que recebeu de Dercy Gonçalves, a quem encarna no espetáculo em cartaz na capital paulista, comenta necessidade de libertar os corpos e relembra trabalhos que fez no período de pandemia durante o governo de Jair Bolsonaro: 'Quando a coisa fica muito ruim, o underground volta com tudo'

Por ***Tony Goes***

A atriz Grace Gianoukas no teatro Opus Frei Caneca, na capital paulista Bruno Santos/Folhapress

Grace Gianoukas já teve grandes sucessos ao longo de mais de 40 anos de carreira. Gaúcha da cidade de Rio Grande e radicada em São Paulo desde o início da década de 1980, ela marcou a história do teatro paulistano com o espetáculo "Terça Insana", uma coleção de esquetes humorísticos que mudava toda semana. Surgido em 2001, o formato teve vários elencos e alguns derivados. Ficou quase 20 anos em cartaz, em temporadas intermitentes, e pode voltar a qualquer momento.

*

A atriz também tem no currículo o seriado infantil "Castelo Rá-Tim-Bum", da TV Cultura, e participações marcantes em novelas da Globo. Uma delas foi como a megera Teodora, na segunda versão de "Haja Coração", de 2016. Apesar de morrer logo no começo da trama, a personagem acabou "ressuscitando", por ter caído nas graças do público.

*

No momento, Grace atravessa mais uma boa fase. Em janeiro, estreou o monólogo "Nasci para Ser Dercy", de Kiko Rieser, que lotou o Teatro Itália durante dois meses e agora está em cartaz nas tardes de sábado, no Teatro Opus Frei Caneca, até 22 de abril. No segundo semestre, a atriz deve partir em turnê com a peça pelo Brasil.

O texto de Rieser foi escrito sob encomenda de Fafy Siqueira, que interpretou a Dercy Gonçalves madura na minissérie "Dercy de Verdade", exibida pela Globo em 2012. A ideia era marcar os 15 anos da morte de Dercy, ocorrida em 2008. Mas Fafy acabou abrindo mão do projeto. O autor então o enviou para a atriz Ilana Kaplan, que achou que Grace seria mais indicada para o papel.

*

"Quando o Kiko Rieser me procurou, eu já fui avisando: não sou imitadora", afirma Grace. "Mas aí eu li o texto da peça, e achei interessante. O Kiko tem um olhar humano, que vai muito além do óbvio que sempre colaram na Dercy: a velha louca que fala palavrão."

*

Grace começou os trabalhos pela personagem Vera Finarelli que, no espetáculo, é uma atriz que se revolta com o texto cheio de clichês de um teste para o papel de Dercy. "A Vera é próxima do meu universo. Depois fui buscar a Dolores. E só então eu construí a Dercy, para proteger a Dolores."

*

Dolores Gonçalves Costa nasceu em 1907 em Santa Maria Madalena, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Foi criada pela irmã mais velha, depois que a mãe abandonou as filhas. O pai era violento, e a futura Dercy cresceu tendo as divas do cinema mudo como referências femininas.

*

"Ela se pintava, cortava o cabelo bem curto, imitava [a atriz] Theda Bara. Tinha um lado rebelde, e não demorou para ficar mal falada na cidade. Mas, naquela época, bastava você sair na rua usando batom para ser chamada de prostituta."

*

Grace conta que viu dois espetáculos de Dercy Gonçalves, a quem conheceu pessoalmente. "No final dos anos 1980, o [extinto] Jornal da Tarde chamou algumas atrizes para irem vê-la no teatro e, depois, bater um papo com ela sobre comédia. Eu estava nesse pacote. E foi incrível, porque a Dercy falou uma coisa muito interessante: "Meninas, não deixem que explorem o corpo de vocês. Esperem para botar os peitos de fora na minha idade. Aí, sim, é transgressor".

*

"Eu revi muitas entrevistas da Dercy para estudar o jeito dela. Reparei que, sempre que ela ia falar de uma coisa pessoal, um pouco dolorida, pegava uma estola, ou mexia no colar, para se proteger. A persona Dercy a gente já conhece. Eu queria ver quem era a Dolores, a pessoa por trás disso."

*

"Num dos três Roda Viva [programa da TV Cultura] de que participou, Dercy conta que foi estuprada aos 70 anos de idade pelo diretor de um jornal de Londrina. Mas conta de uma maneira engraçada, meio que para se defender: 'Ah, não precisava dessa violência! Se ele me pedisse, eu dava'. Os entrevistadores desabam em gargalhadas. Hoje, isso seria totalmente inadequado", diz Grace.

*

Dercy era uma contradição ambulante. Falava muitos palavrões, mas repetia em entrevistas que não gostava de sexo. "Ela nunca aprendeu a transar direito", conclui Grace. "Deve ter tido poucos orgasmos. Nasceu numa geração em que os homens não estavam preocupados em dar prazer às mulheres. Na vida pessoal, ela era muito moralista. E foi assim que criou a filha única, Dercimar."

*

Grace quer resgatar a memória de Dercy Gonçalves, pois já existe toda uma geração de adultos que não a conheceu. E também honrar o legado dessa pioneira do teatro nacional.

*

"A garotada de hoje não inventou o stand-up. Jô Soares já fazia, José Vasconcellos já fazia. Junto com eles, e com Oscarito, Grande Otelo, essa turma toda, Dercy criou um estilo brasileiro de fazer comédia. Ela abriu caminho para todas nós, atrizes. E ainda ampliou o que uma mulher pode fazer no

Continua na C3

Continuação da C2

teatro, porque também foi autora, diretora e empresária de si mesma."

*

"Nasci para Ser Dercy" é só uma das peças em que Grace Gianoukas está atuando no momento. A outra é "O Que Faremos com Walter?", também em cartaz no Teatro Opus Frei Caneca, de sexta a domingo.

*

Escrita pelos argentinos Enrique Díez e Juan José Campanella, o cineasta de "O Segredo de Seus Olhos", a comédia gira em torno de um grupo de moradores de um condomínio que quer demitir o zelador idoso. No elenco estão nomes como Elias Andreato, Norma Blum e Marcello Airoldi, sob a direção de Jorge Farjalla.

*

"Eu adoro ver o Farjalla trabalhando. Ele concebe todo um universo. A experiência de me doar completamente para um diretor, deixar que ele me molde, é uma coisa muito desafiadora e maravilhosa. O ego fica lá fora."

"A experiência de me doar completamente para um diretor, deixar que ele me molde, é uma coisa muito desafiadora e maravilhosa. O ego fica lá fora

*

Grace é descendente de gregos por parte de pai, mas não entende a língua de seus antepassados. "Depois que meu avô paterno morreu, quando eu tinha uns três anos de idade, não se falou mais grego lá em casa", conta ela. "Há alguns anos, fui visitar umas primas na Grécia, na ilha de Andros, e elas queriam arranjar um marido grego para mim", diz, rindo.

"Dercy criou um estilo brasileiro de fazer comédia. Ela abriu caminho para todas nós, atrizes. E ainda ampliou o que uma mulher pode fazer no teatro, porque também foi autora, diretora e empresária de si mesma

*

Casada há 16 anos com o produtor Paulo Marcel Almeida, Grace tem um único filho, o veterinário Nikolas, de 32 anos, fruto de um relacionamento anterior. Hoje, o casal mora numa casa no bairro paulistano da Pompeia. É onde funciona o escritório de Paulo e Grace mantém seu acervo, que ela aproveitou para organizar durante a pandemia.

*

Mas não parou de trabalhar, pelo contrário. Fez a voz de Rê Bordosa no longa em animação "Bob Cuspe – Nós Não Gostamos de Gente", de Cesar Cabral, baseado nos quadrinhos de Angeli. Participou das segundas temporadas da sitcom "Auto Posto", para a plataforma Paramount+, e do reality de comédia "LOL – Se Rir, Já Era" (Amazon Prime Video).

"Durante o governo Bolsonaro, fui perdendo minha esperança no ser humano. A minha geração lutou pelas eleições diretas. A gente nunca imaginou essa regressão. Foi me dando um desencanto, eu me senti tão inadequada... Foram anos muito difíceis

*

Também acaba de rodar o longa "Mulheres de Negócios", de Anna Muylaert, junto com Irene Ravache, Ítala Nandi, Louise Cardoso, Cristina Pereira, Maria Bopp e Katiuscia Canoro. E se prepara para rodar o média-metragem "Call Center", de Rogério Boo. Os muitos convites ajudaram Grace a superar um período sombrio.

*

"Durante o governo Bolsonaro, fui perdendo minha esperança no ser humano. A minha geração lutou pelas eleições diretas. A gente nunca imaginou essa regressão. Foi me dando um desencanto, eu me senti tão inadequada... Foram anos muito difíceis. Mas, como sempre acontece quando a coisa fica muito ruim, o underground volta com tudo."

"Não tenho problema com meu corpo, mesmo estando gorda, com celulite. O corpo é só uma capa. Isso precisa ser normalizado, a sensualidade existe em todas as idades

*

E a rebeldia também. No último segundo de "Nasci para Ser Dercy", logo antes de as luzes se apagarem, Grace exibe um seio para a plateia, emulando o atrevimento de Dercy Gonçalves.

*

É difícil mostrar o peito aos 59 anos de idade? "Não tenho problema com meu corpo, mesmo estando gorda, com celulite. O corpo é só uma capa. Isso precisa ser normalizado, a sensualidade existe em todas as idades. E eu não mostro o peito na peça para ser sensual. É por transgressão mesmo."

Bodes expiatórios

Acusar redes sociais é mais fácil que prevenir ataques em escolas

Glenn Greenwald
Jornalista, advogado constitucionalista e fundador do site The Intercept

Uma sociedade assolada por uma epidemia de tiroteios em escolas, ameaçados e concretizados, é, por definição, uma que sofre múltiplas e profundas patologias. Crimes desse tipo são tão monstruosos e incompreensíveis que só poderiam surgir de uma doença disseminada e multifacetada: espiritual, política, econômica e social.

É difícil para qualquer governo enfrentar uma deterioração tão fundamental, complexa e abrangente. Muito mais fácil e rápido é encontrar bodes expiatórios convenientes e direcionar a ira pública para eles.

Quando os tiroteios indiscriminados em escolas chegaram ao conhecimento público nos EUA —com o massacre de Columbine, em 1999— não havia redes sociais para culpar. Assim, os políticos naquela época tentaram atribuir a culpa a um carrossel de culpados: música rock, videogames, filmes violentos, o niilismo das letras de Marilyn Manson e uma subcultura gótica conhecida como a máfia dos sobretudos ("the trenchcoat mafia").

Como se viu, não foi nenhum desses vilões fáceis que levou esses dois jovens a tais atrocidades, pelo menos não a causa principal. Em vez disso, ficou claro que muitas vezes assassinatos sem sentido desse tipo estão relacionados a transtornos mentais não detectados.

Desde Columbine, ocorreram centenas de tiroteios em massa nas escolas. A grande maioria foi motivada por um conjunto complexo de problemas emocionais, psicológicos e sociais, muitos dos quais a sociedade tem a capacidade de solucionar.

À medida que terríveis massacres escolares aumentam no Brasil —ocorreram pelo menos nove ataques desde agosto— esse padrão se repete. Mas, em vez de tentar culpar a cultura gótica ou videogames, o governo federal concentrou grande parte de suas energias em um vilão: a internet em geral e, em particular, as redes sociais. O ministro da Justiça, Flávio Dino, repetidamente ameaçou e agora está implementando novas medidas para responsabilizar as plataformas que ele alega serem uma causa primária.

Na quarta-feira (12), Dino anunciou uma portaria "que prevê multa para as redes sociais que não cumprirem as regras para combater conteúdos que fazem apologia à violência e ameaças de ataques em escolas no Brasil". Na quinta-feira (13), prometeu "que nenhuma empresa terá uma regulação maior do que as leis em vigor no país".

Poucas ameaças são mais aterrorizantes para pais e alunos que massacres escolares. Portanto, é razoável e bem-vindo que o governo enfrente esse problema com todas as ferramentas disponíveis.

Isso, no entanto, não significa que todos os supostos vilões sejam realmente culpados ou que devamos acolher todas as ações do governo contra esse problema. Assim como foi provado nos EUA, especialistas alertam que transtornos mentais são uma das principais razões pelas quais qualquer jovem consideraria praticar um ato tão horrível. Portanto, é lógico que a falta de serviços de saúde mental disponíveis seja uma das principais razões pelas quais tais ataques podem se proliferar.

Enfrentar os problemas de saúde mental, mitigar os danos psicológicos persistentes causados pelo isolamento social e avançar significativamente contra a enorme desigualdade e niilismo espiritual requer trabalho, recursos e vontade política.

Acusar o Telegram e o Twitter de não monitorar suas plataformas é barato, rápido e fácil. Exercer maior controle sobre o fluxo de informações online vem sendo um dos principais objetivos do establishment brasileiro desde muito antes do surto de ataques escolares. Vale a pena questionar se essas últimas medidas não exploram esses massacres para obter poderes há muito almejados.

Durante os debates sobre as ordens de censura do ministro do STF Alexandre de Moraes, seus defensores afirmavam que a proibição no Brasil ao "discurso de ódio" impede que ideologias radicais floresçam. No entanto, a evidência de ideias políticas odiosas, incluindo símbolos nazistas, é cada vez mais comum entre os atiradores escolares. Pode-se concluir que essas leis que criminalizam o discurso de ódio não são tão eficazes em extinguir tais ideologias.

Quando um número significativo de jovens de uma sociedade é atraído por movimentos sociopatas ou ideias assassinas, é sinal de um fracasso profundo em fornecer os meios para que uma população espiritualmente saudável floresça.

A internet, como a música ou filmes que adolescentes consomem, pode refletir essas falhas, mas não é a causa. No entanto, culpar as redes sociais, filmes e músicas é uma solução barata para os políticos e, por isso, estão sempre em oferta.

[...]
Poucas ameaças são mais aterrorizantes para pais e alunos que massacres escolares. Portanto, é razoável e bem-vindo que o governo enfrente esse problema com todas as ferramentas disponíveis. Isso, no entanto, não significa que todos os supostos vilões sejam realmente culpados ou que devamos acolher todas as ações do governo contra esse problema

| **DOM.** Bernardo Carvalho, **Itamar Vieira Junior**, Juliana de Albuquerque, Glenn Greenwald

Objetividade como método

[RESUMO] A objetividade é imprescindível para o jornalismo, afirma ex-editor-executivo do Washington Post, que nota com preocupação um crescente repúdio a ela na própria imprensa. Ele diz que a objetividade representa o esforço de uma investigação tão imparcial quanto é humanamente possível e o reconhecimento de que os fatos são sempre mais complexos do que imaginamos

Por ***Martin Baron***
Jornalista, foi editor-executivo do Washington Post (2013 a 2021) e editor do Boston Globe (2001 a 2012). Autor de "Colisão de Poder: Trump, Bezos e o Washington Post", a ser publicado em outubro

Ilustrações ***Adams Carvalho***
Artista plástico

Muita atenção tem sido dada recentemente à objetividade no jornalismo. Esse é um tema afetado por confusão e distorção em abundância. Estou prestes a fazer algo tremendamente impopular em minha profissão hoje em dia: defender a ideia.

Recuemos um pouco. Para começar, vamos à definição de objetividade dada pelo dicionário. Eis o que diz o Merriam-Webster: "Expressar ou lidar com fatos ou condições conforme são apreendidos, sem distorção por sentimentos, vieses ou interpretações pessoais".

Isso nos ajuda um pouco a entender a ideia, mas é uma ajuda limitada. Sugiro que pensemos na objetividade no contexto de outras profissões. Como jornalistas e como cidadãos, habitualmente esperamos objetividade de profissionais de todo tipo.

Queremos juízes objetivos. Queremos júris objetivos. Queremos policiais objetivos quando prendem suspeitos e detetives objetivos quando conduzem investigações. Queremos que promotores avaliem casos objetivamente, sem vieses ou agendas preexistentes.

Em suma, queremos que a justiça seja feita equitativamente. A objetividade —ou seja, uma avaliação justa, honesta, honrada, precisa, rigorosa, imparcial e aberta às evidências— está na base da equidade na aplicação da lei.

Queremos que médicos sejam objetivos no diagnóstico dos problemas de seus pacientes. Não queremos que recomendem tratamentos com base em impressões ou avaliações superficiais e subjetivas de seus pacientes. Queremos que médicos avaliem as evidências clínicas de modo equitativo, justo, honrado, preciso, rigoroso, imparcial e aberto.

Queremos que pesquisadores da área médica e reguladores governamentais sejam objetivos ao determinar se medicamentos novos podem funcionar e se podem ser tomados de modo seguro. Queremos que cientistas sejam objetivos ao avaliar os impactos de substâncias químicas sobre o solo, o ar e a água.

Em suma, queremos saber com confiança que podemos viver em condições sadias, sem danos a nossos filhos, nossos pais, nossos amigos ou a nós mesmos.

A objetividade de profissionais científicos e médicos está no cerne de nossa confiança nos alimentos que consumimos, na água que bebemos, no ar que respiramos e nos medicamentos que tomamos.

Queremos objetividade também nos negócios. Queremos que as pessoas que pedem empréstimos bancários sejam avaliadas objetivamente com critérios válidos sobre garantias e a capacidade de saldar dívidas, não em preconceitos de raça ou etnia. O mesmo se aplica aos cartões de crédito: o acesso ao mercado de consumo deve ser condicionado a critérios objetivos, não a preconceitos ou premissas falhas sobre quem se qualifica ou não como risco aceitável.

O conceito de objetividade em todos esses campos não é contestado por jornalistas. Nós o aceitamos, o abraçamos, insistimos nele. Jornalistas investigam quando descobrimos sua ausência, especialmente quando isso leva a atos de injustiça.

Hoje —em uma era de desinformação e teorias conspiratórias insanas que envenenam nossa política e colocam a saúde pública em risco—, fazemos um pedido justificado aos líderes de todos os tipos: que encarem a "realidade objetiva", ou seja, aquilo que normalmente chamamos de verdade.

É claro que nem sempre se alcança a objetividade. Juízes, policiais e promotores nem sempre agem imparcialmente. Cientistas às vezes se rendem ao que gostariam que fosse fato ou manipulam dados em uma busca desonesta por glória profissional. A falha em atingir padrões, contudo, não elimina a necessidade deles. Não os torna ultrapassados, mas ainda mais necessários e requer que os apliquemos de modo mais consistente e firme.

A maior parte do público, me arrisco a dizer, espera que os jornalistas também sejam objetivos. Ignorar suas expectativas ou desafiá-las diretamente é um ato de arrogância. Demonstra leniência com nossos vieses, os consagra e, o que é mais grave, trai a causa da verdade.

Hoje, cada vez mais, os jornalistas —especialmente os de uma geração em ascensão— repudiam o critério pelo qual comumente e resolutamente julgamos os outros.

Incentivados e autorizados por muitos no mundo acadêmico, esses críticos da objetividade estão convencidos de que o jornalismo falhou em muitas frentes e que a objetividade está na raiz do problema.

Diversos argumentos são apresentados. Primeiro, ninguém seria verdadeiramente objetivo, uma vez que todos temos opiniões. Por que não admiti-las? Por que ocultá-las? Não estamos sendo francos se o fazemos.

Em segundo lugar, a verdadeira objetividade seria inalcançável. Nossos pontos de vista moldam cada escolha que fazemos na prática do jornalismo —desde os tópicos que escolhemos tratar até as pessoas que entrevistamos, as perguntas que fazemos e as maneiras como redigimos reportagens. Logo, reza esse argumento, se a objetividade genuína é inatingível, não devemos fingir que a praticamos. Não devemos nem sequer tentar.

Terceiro, a objetividade não passaria de outro termo para indicar uma falsa equivalência, neutralidade, falso equilíbrio e jornalismo do tipo "por um lado isso, por outro lado aquilo". De acordo com esse argumento, objetividade nada mais é que um esforço para nos protegermos de críticas enviesadas: quando as evidências apontam avassaladoramente em uma direção, sugerimos enganosamente a direção oposta.

Em última análise, os críticos enxergam a ideia de objetividade como antagônica à nossa missão maior: esse padrão seria uma camisa de força. Não conseguimos retratar a realidade como ela é. O efeito concreto é o de desinformar. Os valores morais são subtraídos de nosso trabalho. A verdade é soterrada.

Muitos jornalistas concluíram que nossa categoria falhou miseravelmente em cumprir suas responsabilidades em um momento perigoso da história. A evidência que apresentam é o fato de Donald Trump ter sido eleito, não obstante suas mentiras, seu nacionalismo, sua estupidez e sua linguagem racista e misógina; que Donald Trump ainda exerce influência forte sobre políticos republicanos e, portanto, sobre boa parte do público americano; e que uma parte tão grande dos eleitores americanos se recusa a aceitar os fatos básicos, rejeita a razão, a lógica e as evidências e se deixa levar por ideias conspiratórias extravagantes.

Não tivéssemos sido cerceados por padrões como a objetividade, creem os críticos, teríamos sido mais fiéis à missão do jornalismo de divulgar a verdade. A política americana poderia ser diferente. As pessoas teriam mais condições de diferenciar a verdade das mentiras.

Existe também a visão de que nós, jornalistas, nunca fomos transmissores confiáveis da verdade. Que aquilo que dizemos ser "objetivo" é, na realidade, subjetivo.

Os detratores da objetividade observam, com mérito, que a imprensa americana tem sido dominada por homens brancos. Historicamente, as experiências de mulheres, pessoas não brancas e outros setores marginalizados da população não foram relatadas adequadamente —ou nem sequer foram relatadas. Aquilo que homens brancos consideram ser a realidade objetiva não é nada disso, dizem. Na visão deles, isso na realidade não passa do mundo visto sob a ótica do homem branco.

Essa é a crítica. Então, de onde veio essa ideia de objetividade e como ela se tornou um padrão jornalístico em primeiro lugar? As origens são um pouco obscuras, mas geralmente são identificadas como remontando a cerca de um século atrás.

Em 1920, o renomado jornalista americano Walter Lippmann publicou "Liberty and the News" (liberdade e as notícias). Ele foi um dos defensores mais influentes da ideia de "objetividade" no jornalismo. Nessa breve coletânea de ensaios, procurou esmiuçar esse conceito. Para contextualizar, eis o que ele comentou acerca de sua própria era. Deve nos soar familiar.

"Há em toda parte uma desilusão cada vez mais furiosa com a imprensa, um senso crescente de as pessoas estarem perplexas e se sentirem enganadas." Lippmann enxergou uma enxurrada de notícias que chegam "apressadamente, em uma confusão

Continua na pág. C5

Continuação da pág. C4

inconcebível" e um público "que não tem a proteção dada por regras sobre evidências".

Ele temia um ambiente em que as pessoas, como ele disse, "cessam de reagir às verdades e reagem simplesmente a opiniões, ao que alguém afirma, não ao que de fato é".

"O fato fundamental", ele disse, "é a perda de contato com a informação objetiva". E ele se preocupava com a ideia de que as pessoas "acreditam naquilo que corresponde mais confortavelmente às suas ideias preconcebidas".

Seu diagnóstico foi muito semelhante ao que nos causa tanta preocupação hoje: as instituições democráticas estavam ameaçadas. Lippmann enxergava o jornalismo como essencial à democracia, mas, para que pudesse cumprir seu propósito, precisava de padrões.

"Sem proteção contra propaganda", ele escreveu, "sem padrões de evidência, sem critérios de ênfase, a substância viva de todas as decisões populares é exposta a cada preconceito e à exploração infinita. [...] Não pode haver liberdade para uma comunidade à qual falta a informação com a qual detectar mentiras".

Lippmann procurava uma maneira de combater a propaganda política de seu tempo. Entendia bem as ferramentas usadas para manipular a opinião pública. Ele próprio participou da máquina de propaganda do governo Woodrow Wilson (1913-1921). Viu como a propaganda do início do século 20 levou o mundo à carnificina da Primeira Guerra Mundial e como o sentimento público podia ser influenciado e explorado através de um esforço calculado. Ele também descreveu essa propaganda que emanava do governo como "a manufatura do consentimento".

Lippmann reconhecia que todos temos ideias preconcebidas, mas escreveu que "realizaremos mais lutando pela verdade que lutando por nossas teorias". Por isso, pedia "uma investigação dos fatos tão imparcial quanto for humanamente possível". Aí entrou a ideia de objetividade: uma investigação dos fatos tão imparcial quanto é humanamente possível.

Nosso trabalho como jornalistas, no entender dele, era determinar e contextualizar os fatos. A meta deveria ser que nossa atividade fosse tão científica quanto possível. Nossa pesquisa seria conscienciosa e cuidadosa. Seríamos guiados pelo que as evidências mostravam. Teríamos que ser ouvintes generosos e aprendizes entusiasmados, muito conscientes de nossos próprios preconceitos, conhecimentos limitados, nossas suposições e opiniões preexistentes.

Portanto, quando defendo a objetividade, a defendo como ela foi definida originalmente. Defendo o que ela realmente significa. O verdadeiro sentido da objetividade não é ser um argumento construído habitualmente por críticos apenas para que o possam derrubar.

Objetividade não é neutralidade. Não é jornalismo do tipo "por um lado isso, por outro lado aquilo". Não é falsa equivalência. Não é atribuir peso igual a argumentos opostos quando a grande maioria das evidências aponta em uma direção. Ela não sugere que nós, como jornalistas, devemos investigar cuidadosa e completamente apenas para depois nos rendermos à covardia, deixando de divulgar os fatos que trabalhamos arduamente para apurar.

O objetivo não é evitar críticas, bajular um lado ou outro em uma disputa ou apaziguar o público. Não é conquistar o afeto dos leitores e espectadores. Não requer que recorramos a eufemismos quando deveríamos estar nos expressando sem meias palavras. Não significa que nós, enquanto categoria profissional, trabalhemos sem a convicção moral do que é certo ou errado.

O princípio da objetividade tampouco "visou sugerir que jornalistas são isentos de viés", como escreveram Tom Rosenstiel, professor de jornalismo na Universidade de Maryland e ex-diretor-executivo do Instituto Americano de Imprensa, e o ex-editor-executivo Bill Kovach em seu livro "The Elements of Journalism" (os elementos do jornalismo).

"Pelo contrário", destacaram. O termo nasceu "do reconhecimento crescente de que os jornalistas estão cheios de vieses, muitas vezes inconscientes". Assim, "a objetividade exigiu que eles desenvolvessem um método consistente para testar informações, uma abordagem transparente das evidências, precisamente para que seus vieses pessoais e culturais não prejudicassem a precisão de seu trabalho".

Como destacaram Rosenstiel e Kovach, "não é o jornalista que é objetivo, mas o método", e "a chave está na disciplina do ofício".

A ideia é iniciarmos nossas pesquisas com a cabeça aberta e então trabalhar da maneira mais conscienciosa possível. Isso requer uma disposição de ouvir, uma ânsia de aprender e uma consciência de que há muito que precisamos saber.

Não começamos já com as respostas prontas. Saímos em busca delas, primeiro com o desafio já grande de articular as perguntas certas e finalmente com a tarefa árdua de verificação.

Acho que nós, jornalistas, nos beneficiaríamos ao ouvir mais o público e não discursar tanto para ele, em tom de quem sabe tudo. Deveríamos ficar mais impressionados com o que não sabemos que com o que sabemos ou pensamos saber. O jornalismo se beneficiaria se tivesse mais humildade e menos arrogância

Não é que embarquemos no nosso trabalho de reportagem sem saber nada. É que não sabemos tudo e, geralmente, não sabemos muito do que deveríamos saber —possivelmente não a maior parte do que precisamos saber. Aquilo que pensamos saber pode não ser correto, ou elementos importantes podem estar faltando. Assim, partimos para descobrir o que não sabemos ou o que não entendemos plenamente.

Chamo isso de trabalho de reportagem. Se não é isso que queremos dizer quando falamos em fazer jornalismo genuíno, o que queremos dizer precisamente?

Acho que nós, jornalistas, nos beneficiaríamos ao ouvir mais o público e não discursar tanto para ele, em tom de quem sabe tudo. Deveríamos ficar mais impressionados com o que não sabemos que com o que sabemos ou pensamos saber. O jornalismo se beneficiaria se tivesse mais humildade e menos arrogância.

Evidentemente, queremos que os jornalistas tragam sua experiência de vida para seu trabalho. A experiência coletiva de vida de todos nós em uma Redação constitui um manancial inestimável de ideias e perspectivas.

Inevitavelmente, a experiência de vida de cada pessoa é limitada. Pode nos dar subsídios, mas, sejamos francos, também pode nos limitar. Há um universo imenso lá fora, mais além da vida que cada um de nós viveu. Se há limitações à nossa capacidade de entender um mundo que ultrapassa o nosso, nós, como jornalistas, devemos nos esforçar para superá-las.

Continua na pág. C6

Objetividade como método

Continuação da pág. C5

Na carta que escrevi aos profissionais do jornal quando me aposentei, no início de 2021, fiz uma observação que reflete o que penso: "Começamos com mais perguntas que respostas, tendendo mais à curiosidade e vontade de investigar que às certezas. Sempre temos mais para aprender".

Isso reforça algo que meu amigo e concorrente de longa data, Dean Baquet, então editor-executivo do New York Times, articulou com eloquência em um discurso em 2021. Abraço plenamente o ponto de vista dele.

Dean disse: "Minha teoria, que é compartilhada secretamente por muitos editores que conheço e respeito, é que uma das grande crises de nossa profissão é a erosão da primazia do trabalho de reportagem".

"Não se fala o suficiente sobre a beleza da reportagem empática, realizada sem ideias preconcebidas, e o receio de que ela perca força em uma era que tanto valoriza os comentários imediatos, análises rápidas e frases de efeito."

"A certeza", disse Dean, "é uma das inimigas do ótimo trabalho de reportagem". Ele pediu que a reportagem "seja restaurada para a posição central".

Dean citou Jason DeParle, o excelente profissional do New York Times que fez reportagens sobre a pobreza na América: "A grande lição a tirar do trabalho de reportagem", disse Jason, "é que o mundo quase sempre é mais complexo e improvável do que parece quando você está sentado à sua mesa de trabalho".

Nenhuma dessas afirmações defende o falso equilíbrio. Elas defendem um entendimento genuíno de todas as pessoas e perspectivas e uma receptividade para aprender fatos desconhecidos. Nenhuma delas recomenda que ignoremos ou suavizemos as revelações trazidas por nossas investigações. São argumentos que defendem a investigação completa, com a mente aberta.

Nenhuma delas é um argumento contra os valores morais em nosso trabalho. É evidente que nós, enquanto categoria profissional, precisamos ter uma base moral, e ela começa com a valorização da verdade, do tratamento igual e justo de todas as pessoas, com dar voz àqueles que não têm voz e aos vulneráveis, combater o ódio e a violência, proteger a liberdade de expressão e os valores democráticos, e rejeitar os abusos de poder.

Todos esses pontos sugerem que evitemos nos arrogar a posição de autoridades morais. Todos são argumentos contra reportagens que já começam semiprontas, antes mesmo da apuração, em que a escolha de fontes é um exercício de confirmação de viés e onde se procura ouvir a voz do outro lado (muitas vezes no último minuto) apenas porque isso é exigido, não como ingrediente essencial de um trabalho de investigação honesto.

Todos argumentam contra uma corrida atropelada para os pódios das redes sociais para transmitir sentimentos impulsivos, sarcasmo e falso moralismo. Todos são argumentos a favor de reconhecermos nossas limitações —e de simultaneamente ampliarmos a lente do jornalismo e aprofundá-lo. Essa é a exigência simples da objetividade e, para mim, é a razão indiscutível pela qual ela é imprescindível.

Para aqueles que dizem hoje que a mídia precisa ser explicitamente pró-democracia, eu diria o seguinte: todo jornal para o qual já trabalhei sempre foi. Os jornais defendem a democracia vigorosamente há décadas. Como é possível que vocês não tenham notado?

Uma das maneiras pelas quais esses veículos noticiosos protegeram a democracia foi cobrando a responsabilidade do governo e de outros interesses poderosos.

No início dos anos 1970, quando o Washington Post denunciou o escândalo de Watergate, o presidente Richard Nixon, seus assessores e aliados caracterizaram seus jornalistas como mentirosos e adversários políticos. Ao final, foi comprovada a veracidade do trabalho de reportagem, e a administração Nixon foi responsabilizada por abuso de poder, comportamento criminoso e obstrução da Justiça.

Quando o New York Times primeiro publicou os Papéis do Pentágono, a história oficial secreta da Guerra do Vietnã, foi acusado de traição à pátria e ameaçado de processo criminal sob o argumento de que havia revelado informação sigilosa.

A mesma coisa aconteceu com o Washington Post, que começou a publicar os Papéis do Pentágono pouco depois. Mas o que o governo estava realmente tentando ocultar do público? Como ele enganara os cidadãos americanos sobre a guerra e seu andamento. O New York Times e o Post se mantiveram firmes em nome de informar o cidadão americano.

Quando, em 2002, o Boston Globe expôs o acobertamento, que vinha sendo realizado havia décadas, de abusos sexuais cometidos por clérigos da Igreja Católica, estávamos enfrentando aquela que era, na época, a instituição mais poderosa da Nova Inglaterra. Havia todas as chances do mundo de a grande população católica da região reagir cancelando suas assinaturas do jornal.

Apesar disso, fizemos nosso trabalho, expondo como a igreja traiu os fiéis e seus próprios princípios. As repercussões continuam até hoje, em dioceses pelo mundo afora e no interior do próprio Vaticano.

Todos esses pontos sugerem que evitemos nos arrogar a posição de autoridades morais. Todos são argumentos contra reportagens que já começam semiprontas, antes mesmo da apuração, em que a escolha de fontes é um exercício de confirmação de viés e onde se procura ouvir a voz do outro lado (muitas vezes no último minuto) apenas porque isso é exigido, não como ingrediente essencial de um trabalho de investigação honesto

Há uma pergunta feita frequentemente hoje: ao aderir a seus padrões tradicionais, a mídia estava à altura da tarefa de fazer a cobertura de um governo comandado por Donald Trump, com seu padrão de mentiras e impulsos antidemocráticos?

No entanto, virtualmente tudo o que o público sabe sobre suas mentiras e seus abusos do poder se deve ao trabalho das grandes organizações de mídia.

Não existe profissão isenta de falhas. Não existe nenhuma que sempre se paute por seus ideais mais elevados. O jornalismo não é, de modo algum, uma exceção. Fracassamos com frequência, de modo constrangedor e grave. Em muitos casos, fizemos o mal: por erros de ação e erros de omissão. Devido à pressa e ao descaso, devido ao preconceito e à arrogância.

Nossas falhas, no entanto, não foram falhas de princípios. Foram falhas em seguir nossos princípios.

Podemos e devemos ter uma discussão vigorosa sobre como a democracia e a imprensa podem servir melhor ao público. Entretanto, a resposta às nossas falhas como sociedade e como categoria profissional não é renunciar a nossos princípios e padrões. Há muito disso ocorrendo nos Estados Unidos de hoje. A resposta está em reafirmar nossos princípios, reforçá-los, nos reengajar com eles e fazer um trabalho melhor para cumpri-los. ←

Tradução de Clara Allain

Este ensaio foi adaptado de um discurso que o autor proferiu em 16 de março como parte da fellowship Richman na Universidade Brandeis

Os algoritmos do novo caos

[RESUMO] O americano Max Fisher transforma anos de investigação jornalística sobre empresas do Vale do Silício em um robusto livro-reportagem que conta como as big techs passaram de grande descoberta a grande problema. Nesta entrevista, ele diz que a extrema direita se beneficia da lógica dos algoritmos e discute os limites dos controles nacionais e da moderação interna à promoção de conteúdos. Fisher também vê exagero na reação à nova inteligência artificial

Por *Walter Porto*
Editor de Livros da **Folha** e colunista do Painel das Letras

Enquanto trabalhava como jornalista para publicações como The New York Times e The Atlantic, Max Fisher pôde escarafunchar documentos, ouvir fontes anônimas e entrevistar bambambãs da tecnologia para delinear aos poucos uma história de medo e delírio no Vale do Silício.

Em um investimento de anos agora sedimentado no robusto livro "A Máquina do Caos", ele explica com didática exemplar como empresas de mídia social, antes voltadas a conectar amigos de faculdade e distribuir vídeos engraçados de animais, se impregnaram de ingredientes viciantes e potencialmente corrosivos surgidos em fóruns como 4chan para se tornarem assunto incontornável no debate sobre o futuro da democracia no mundo.

Nesta entrevista, ele discute por que a extrema direita é beneficiária natural dos algoritmos dessas plataformas, como os legisladores devem encarar sua regulação e por que as reações escandalizadas à inteligência artificial têm cheiro de jogada de marketing.

*

Parece que estamos em um momento em que se cimentou uma percepção de que as redes sociais podem ter efeito deletério sobre seus usuários. Houve um ponto de virada nesse sentido? Quando eu comecei a trabalhar nas histórias que compõem o livro, era controverso sugerir que as redes sociais não só continham desinformação e discurso de ódio, mas de fato podiam mudar a maneira como as pessoas pensavam, em uma escala suficiente até para distorcer a política.

Mas histórias que encontrei no Brasil, por exemplo, eram especialmente fortes —você via conspirações que haviam começado nas redes sociais chegarem até o topo da política. Isso tornou as coisas inegáveis e gerou uma forte reação pública contra empresas que antes eram respeitadas.

Por que a extrema direita é tão eficaz em usar redes sociais a seu favor e a esquerda é tão ineficaz? A resposta curta é que não temos certeza, mas isso realmente é detectado em diversos estudos em diversos países. Em todos eles, o sistema de todas as grandes plataformas promove a extrema direita muito mais do que qualquer outra coisa. É algo inerente a como essas plataformas operam.

Não acho que seja um esforço deliberado no Vale do Silício, mas ao desenhar sistemas que buscam o que mais engaja a atenção das pessoas, o mais efetivo é o ódio, o nós versus eles, as conspirações paranoicas. É o pensamento que diz que o meu grupo está sendo ameaçado por outro grupo assustador que precisamos enfrentar. E isso se alinha a políticas de extrema direita.

Durante a última eleição no Brasil, a esquerda discutiu muito como melhorar a comunicação nas redes de maneira a ser tão boa nesse campo quanto a direita. Pelo que você está dizendo, é uma causa perdida. É verdade. No começo, parecia que a extrema direita era muito boa em usar as redes sociais. Mas quanto mais aprendemos, mais vemos que não é o caso.

Bolsonaro e seu grupo usam a mesma tática nas redes há muito tempo, desde 2013. No começo, não tinham muito sucesso. Lá para 2016, o Facebook, o YouTube e o Twitter mudaram seu funcionamento e tornaram seu algoritmo mais sofisticado, cumprindo um papel bem mais direto na maneira como você experimentava essas redes. Imediatamente, o público dos bolsonaristas ficou muito maior.

E isso foi antes de pesquisas mostrarem o aumento de popularidade de Bolsonaro entre os brasileiros. Essa mudança nas plataformas os empurrou para cima.

Claro, havia outros aspectos da política brasileira em curso, mas Bolsonaro e políticos similares foram, em grande parte, beneficiários passivos.

É curioso que você argumente que os donos das plataformas não promovem essa vertente política deliberadamente. É interessante entrar nessas empresas e conversar com as pessoas que desenham esses sistemas. São sempre pessoas de esquerda —não muito, mas tendendo à esquerda.

Eles realmente não gostam de Donald Trump, de Bolsonaro, mas a maioria deles são incapazes de admitir para si mesmos que a maneira como arquitetaram seus sistemas favorece a direita. E não é porque são burros, mas porque todo seu incentivo financeiro e cultural diz que, quanto mais gente usa redes sociais, melhor é para o mundo.

Eles realmente acreditam que devem construir o sistema de um jeito que incentive as pessoas a ficar ali pelo máximo de tempo. E, claro, há muita gente cínica que só quer ganhar dinheiro. Dá para entender. É muito dinheiro.

Parece que essas empresas tomaram tamanha proporção que se tornaram grandes demais para serem confrontadas por governos. Joe Biden já disse não ser muito fã de Mark Zuckerberg, mas fico pensando o que ele pode fazer a essa altura. É difícil para governos como o brasileiro, porque a vantagem de governos fora dos Estados Unidos sobre essas empresas é limitada. Veja a União Europeia, que é um mercado enorme e poderoso. Eles estão fartos das empresas de tecnologia, impuseram multas gigantescas e ameaçaram com regulação severa. E isso não mudou muito as plataformas.

O sistema de todas as grandes plataformas promove a extrema direita. É algo inerente a como essas plataformas operam

O jornalista americano Max Fisher, autor de 'A Máquina do Caos' Francisco Proner/Divulgação

Para o bem ou para o mal, a pressão significativa só pode vir do governo americano. No passado, eu era mais pessimista quanto à possibilidade de regular companhias de tecnologia. Hoje sou menos. Antes os congressistas não entendiam como as plataformas operavam, agora boa parte deles têm uma visão sofisticada sobre o que exatamente torna esses sistemas perigosos.

O nosso sistema político está hoje em momento complicado, mas agora em Washington há ímpeto real para uma regulamentação poderosa e direcionada de forma precisa às empresas de mídia social.

Há um caso na Suprema Corte que, se os juízes decidirem favoravelmente, considerará essas empresas responsáveis pelo dano no mundo real de qualquer coisa que seus sistemas tenham promovido. É uma maneira nova de encarar a questão, potencialmente efetiva para mudar de fato os incentivos das empresas.

No debate sobre esse tipo de regulamentação, um grande tema é como conter a desinformação ao mesmo tempo que se permite a liberdade de expressão. Qual seu ponto de vista? Houve uma mudança na maneira de pensar esse assunto. Nós costumávamos enxergar como um problema de moderação, ou seja, as plataformas têm que ser responsáveis por encontrar a desinformação e removê-la. Não é mais assim que estudiosos pensam, porque é impossível moderar tudo e a melhora na moderação não fez muito efeito.

Agora vemos isso como um problema de promoção. O perigo das redes é promover artificialmente o alcance de desinformação e conteúdo danoso. A mudança precisa se voltar a impedir essa promoção.

As empresas odeiam essa abordagem. Preferem falar de moderação, porque podem dizer que o governo só precisa oferecer a elas novas regras, e então contratam mais moderadores e continuam a construir plataformas que produzem quantidades enormes de desinformação. Essa mudança os assusta porque vai ao coração do modelo de negócios.

Tivemos recentemente a carta de intelectuais e empresários pedindo a suspensão do desenvolvimento de inteligência artificial. Como isso se relaciona aos temas que discute no livro? Às vezes o hype em torno da inteligência artificial fica grande demais. No livro eu falo da invenção do "machine learning" [aprendizado por máquinas], algo que antes chamávamos de inteligência artificial. Hoje chamamos de inteligência artificial os programas de linguagem.

Quando o "deep learning" foi inventado, há 15 anos, também houve reação similar. As coisas que se faziam ali pareciam muito impressionantes, e as pessoas surtaram. "Vão conquistar a humanidade, a Skynet veio nos buscar."

Mas o que surgiu da era do "deep learning" foram coisas como a reprodução automática do Spotify, o tradutor do Google e as plataformas de mídia social. A próxima era de inteligência artificial também vai ser assim. A aplicação dessa tecnologia vai beneficiar o interesse comercial das corporações do Vale do Silício, que vão tornar seus produtos mais eficientes. Pode ser uma coisa ruim ou boa, mas não vai levar à extinção humana.

Você diria então que a carta aberta é uma reação exagerada? Ou isso ou uma jogada publicitária. Um jeito de ler essa carta é que a inteligência artificial é uma tecnologia tão poderosa, tão assombrosa, que você não vai acreditar. Todo esse pânico vindo do Vale do Silício me cheira a uma tentativa de aumentar o hype.

A Máquina do Caos
Max Fisher. Ed. Todavia. Trad. Érico Assis. R$ 99,90 (512 págs.); R$ 69,90 (ebook)

Carro-vassoura espiritual

Enquanto o líder espiritual é uma figura a se seguir, o humorista se sacrifica

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Dalai Lama pediu a uma criança para lhe chupar a língua, e sempre que um líder espiritual faz uma coisa dessas eu sinto a atitude como uma ofensa à minha dignidade profissional.

Eu sou um carro-vassoura espiritual. Não lidero. Pelo contrário: sou o último.

A profissão de humorista consiste em comunicar às pessoas os pensamentos mais mesquinhos. As pessoas riem por dois motivos. Primeiro, porque em maior ou menor grau a baixaria que o humorista confessa também já lhes ocorreu na mente.

Em segundo lugar, porque não é frequente ver alguém fazendo publicamente aquele tipo de confissão ao mundo.

O humorista se sacrifica pelos outros. Jesus Cristo morreu na cruz pelos nossos pecados. O humorista vive para cometê-los —e, desta forma, salvar os seus semelhantes.

Ele sobe ao palco para ser o mais humano de todos os humanos na sala. O mais reles, o mais sujo, o mais irredimível.

Os outros podem olhar para ele e pensar: puxa, eu achava que era ruim, mas com este termo de comparação sinto-me quase um santo.

O público melhora sem fazer nada por isso, que é a forma mais prazerosa de melhorar. Ficam virtuosos instantaneamente e sem qualquer esforço.

É como receber o teste de matemática, verificar que tivemos 40% de acerto e sentir a nota negativa como documento indesmentível da nossa burrice.

Mas depois perceber que todos os nossos colegas tiveram 15% e nós, subitamente e sem ter estudado um minuto a mais, somos agora os melhores alunos da turma, de longe.

Éramos ignorantes que tinham tido 40%. Trinta segundos depois, somos gênios admiráveis que tiveram 40% de êxito.

Ser líder espiritual consiste no inverso. É ser uma figura moralmente irrepreensível, ter todas as virtudes à mão, servir como um modelo a seguir.

Deve ser muito chato, mas foi a carreira que escolheram.

As pessoas devem olhar para o líder espiritual e ambicionar ser, ao menos, quase tão virtuosas quanto ele.

Mas quando o líder espiritual faz coisas que não lembrariam nem ao carro-vassoura espiritual, as pessoas concluem que, se a perfeição é aquilo, mais vale ser irremediavelmente imperfeito.

Ora, este é o meu trabalho. Não é uma brincadeira, a que faço. A imperfeição abjeca custa e não é para todos.

Por favor, não tentem fazer isto em suas casas.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Seriado da Netflix narra acidente de trânsito que vira briga sem fim

Treta
Netflix, 16 anos
Um empreiteiro falido e uma empresária frustrada, ambos no limite do estresse, se conhecem da pior maneira possível, numa briga de trânsito. Com ódio um do outro, eles levam a vingança a consequências inesperadas. Apesar da premissa, esta é uma minissérie cômica, produzida pelo estúdio independente A24 —a produtora de "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", o grande vencedor do Oscar deste ano. No elenco, Steven Yeun, de "Minari", e Mia Wong.

The Kardashians
Star+, 14 anos
Já está disponível o episódio especial "Até que a Morte nos Separe: Kourtney e Travis", que mostra o luxuoso casamento de Kourtney Kardashian com o baterista Travis Barker, da banda Blink-182, em Portofino, na Itália.

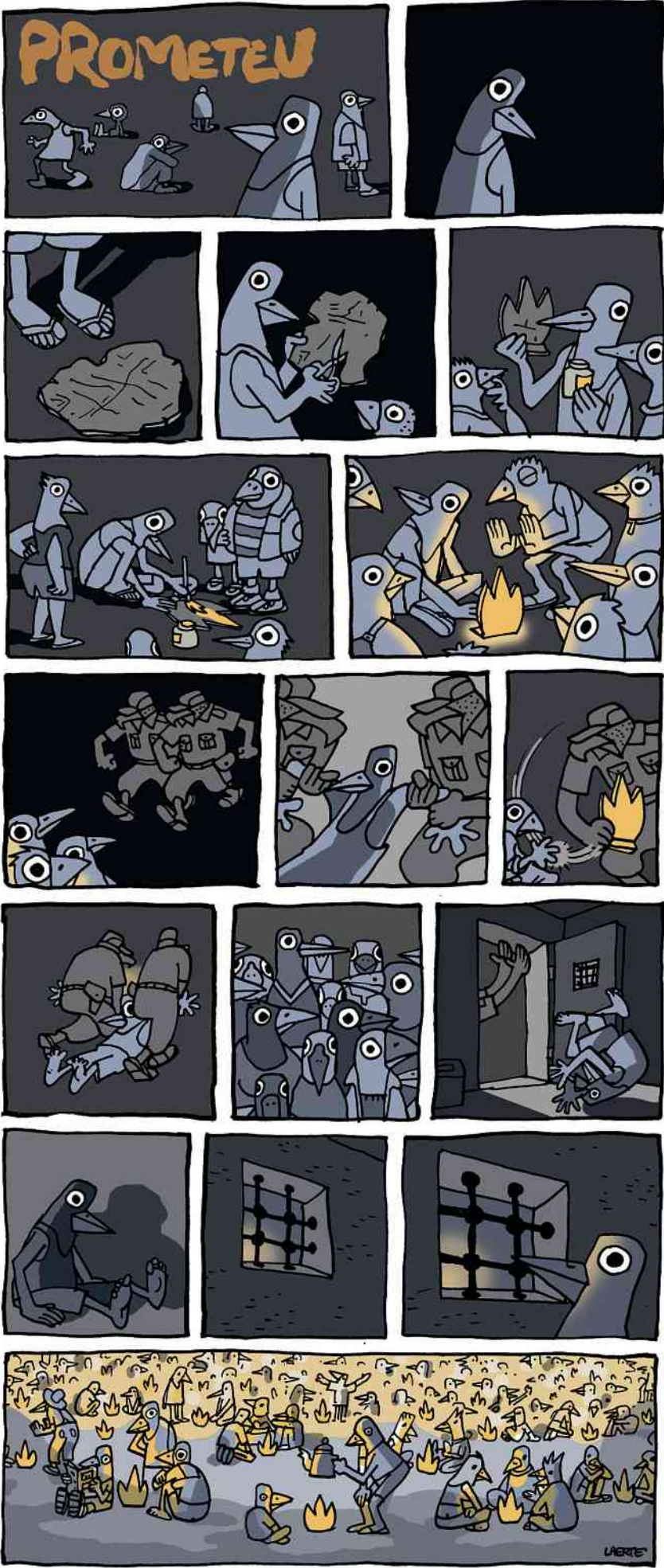
Especial Tom Hanks
Telecine Touch, a partir de 15h10
Maratona com quatro filmes do ator americano: "Negócio das Arábias" (15h10, 14 anos), "Náufrago" (16h55, 12 anos), "Forrest Gump, o Contador de Histórias" (19h30, 14 anos) e "Apollo 13" (22h, livre).

Passagem de Som
SescTV, 21h, livre
Camilo Carrara e Quarteto se apresentam em show gravado em agosto de 2021, que contou com as participações das cantoras Cida Moreira, Fortuna e Zizi Possi, além da artista multimídia Duda Tsuda.

Persona
Cultura, 21h, 10 anos
A atriz Isabel Teixeira, que viveu Maria Bruaca na novela "Pantanal", conta detalhes de sua vida e carreira para para Atilio Bari e Chris Maksud.

Barry
HBO, 23h07, e HBO Max, 16 anos
O canal exibe em sequência os dois primeiros episódios da quarta e última temporada da série de comédia, sobre um assassino profissional que tem aulas de teatro e sonha em ser ator. Com Bill Hader.

Canal Livre
Band, 0h, livre
O deputado federal Arthur Lira, presidente da Câmara, fala sobre a relação entre o Congresso e o governo federal, e também sobre o bloco de partidos que acabou de formar.

QUADRÃO | *Laerte*

| **DOM. Jan Limpens**, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

Evento Fronteiras do Pensamento vai ter Nobel da Paz

SÃO PAULO O ciclo Fronteiras do Pensamento anunciou os convidados de sua 17ª temporada. O evento, que discute este ano as incertezas da contemporaneidade, trará Nadia Murad, ativista iraquiana que recebeu o Nobel da Paz em 2018.

Também virá ao país nomes como o arqueólogo David Wengrow, cujo livro "O Despertar de Tudo", com David Graeber, virou um marco na literatura sobre as raízes da humanidade, a escritora espanhola Rosa Montero, de "A Ridícula Ideia de Nunca Mais te Ver", e o neurocientista David Eagleman.

Mais informações sobre o evento que ocorre em São Paulo e Porto Alegre serão divulgadas na segunda-feira.

'Super Mario' faz R$ 2 bi e é recorde de filme de games

SÃO PAULO "Super Mario Bros: O Filme" ultrapassou U$ 500 milhões —o equivalente a R$ 2,4 bilhões— de bilheteria no mundo todo.

A marca torna o filme a maior bilheteria mundial de 2023, ultrapassando "Homem-Formiga e a Vespa: Quantumania". A obra também passa a ter a maior bilheteria conquistada por uma adaptação de jogo para o cinema, superando as marcas de "Warcraft - O Primeiro Encontro de Dois Mundos" e "Pokémon: Detetive Pikachu".

O filme também é a segunda maior bilheteria de uma animação desde 2019, perdendo apenas para "Minions 2: A Origem de Gru".

Editora Nós lança PequeNós, selo de livros de crianças

SÃO PAULO Quem entrar em livraria nos próximos dias vai encontrar uma nova editora para crianças. A Nós acaba de lançar o selo de infantis PequeNós.

O projeto havia sido divulgado em 2022, mas sai agora para cumprir com editais.

Os primeiros títulos incluem "Vovó Virou Semente", de Rodrigo Ciríaco e Priwi; a antologia "Sarauzim"; "De Galo em Galo", de Paulo Netho e Ana Lasevicius; "O Menino, o Assovio e a Encruzilhada", de Afonso Borges e Alexandre Rampazo; e "A Avó Adormecida", de Roberto Parmeggiani e João Vaz de Carvalho.

Todos eles estão em pré-venda e custam de R$ 50 a R$ 66. **Bruno Molinero**

O presidente Lula (esq.) conversa com Augusto Aras, procurador-geral da República, durante sua posse no Congresso Mauro Pimentel - 1º.jan.23/AFP

Lula e a lista tríplice para a PGR

[RESUMO] A escolha do procurador-geral da República por meio de lista tríplice, procedimento não previsto na Constituição, carrega vícios como a primazia de diretores da Associação Nacional dos Procuradores Federais, entidade que organiza a votação, e a exclusão de membros de outros ramos do Ministério Público da União. Lula precisa indicar, para suceder Aras, um procurador-geral comprometido com a democracia e os direitos humanos, o que não significa seguir a tradição e transferir a responsabilidade para os membros de carreira da instituição

Por ***Rogério Arantes e Fábio Kerche***
Arantes é professor de ciência política da USP; Kerche é professor de ciência política da Unirio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

A polêmica da lista tríplice para escolha do procurador-geral da República opõe aqueles que consideram que a indicação pela classe dos procuradores é condição necessária para a independência do Ministério Público e aqueles que consideram que a lista tende a produzir escolhas corporativistas e insulamento excessivo da instituição.

Se defender a Constituição é uma das missões do Ministério Público, verificar o que ela diz a respeito é o primeiro passo para o exame da controvérsia. A regra constitucional não fala em lista tríplice: o procurador-geral deve ser nomeado pelo presidente entre os integrantes da carreira após aprovação do Senado para um mandato de dois anos, permitida a recondução.

Essa regra foi estabelecida pela Constituinte de 1987-88, que examinou diversas versões. A Confederação Nacional do Ministério Público apresentou uma proposta em que o procurador-geral, escolhido pelo presidente e pelo Senado, nem sequer precisaria ser membro de carreira do Ministério Público. A ideia da lista tríplice, adotada para os procuradores-gerais de Justiça dos estados, chegou a ser cogitada também para o procurador-geral, mas foi abandonada ao final dos trabalhos constituintes.

A complicada equação da escolha do chefe do Ministério Público reside na dificuldade de combinar autonomia, legitimidade e responsabilização. Fosse o Ministério Público um órgão de funções jurídicas reduzidas, com pouca discricionariedade e sem maiores consequências para a sociedade, não haveria problema em entregar a escolha da chefia aos membros da instituição.

O Ministério Público, entretanto, se agigantou como órgão de atuação em diversas áreas, conquistou autonomia funcional e administrativa e seus integrantes dispõem das mesmas garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de salários da magistratura, com a diferença de não serem "inertes" como os juízes, mas voltados à ação.

Além disso, por não ter uma estrutura hierárquica típica das burocracias, os procuradores de primeiro grau têm independência funcional e não estão sujeitos às ordens de Brasília. Eles podem desencadear operações capazes de afetar um país inteiro, em uma espécie de exército sem comando.

Dado que a Constituição de 1988 não incorporou a lista tríplice, o MPF (Ministério Público Federal) não poderia organizar um processo eleitoral oficial. A tarefa foi assumida pela ANPR (Associação Nacional dos Procuradores Federais), uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem por finalidade defender os interesses de seus associados.

Considerando as 11 vezes em que a lista tríplice foi produzida pela ANPR (de 2001 a 2021), foram feitas 33 indicações. Entre elas, apenas quatro envolveram procuradores que não haviam sido diretores da associação. Ou seja, participar e se tornar liderança da política corporativa é precondição para figurar na lista que será levada ao presidente.

Se a elaboração da lista apresenta esses problemas, a Constituição prevê outro ator-chave, além do presidente: o Senado. Cabe também a essa Casa Legislativa o discernimento do que está em jogo, podendo fazer melhor que simplesmente aceitar a indicação do primeiro colocado da lista ou do presidente

O fato de a ANPR funcionar como um filtro poderoso de seleção do perfil de procurador-geral pode ser ilustrado por seus efeitos sobre a questão de gênero. Considerando as 25 diretorias da história da associação, apenas 21,7%, de um total de 253 cargos, foram preenchidos por mulheres. A participação feminina somente aumentou quando o número de cargos de diretoria se expandiu, mas nunca houve um caso de gestão paritária e, mesmo nos últimos anos, a proporção de mulheres não passou de um terço.

Com meio século de existência, a associação teve 24 presidentes homens e apenas uma mulher. Há mais de duas décadas, uma mulher não preside a associação, o que é grave em si, mas fica ainda mais dramático quando consideramos que elas são 40% das promotoras e procuradoras do Brasil e o quanto já avançamos na compreensão da importância de mulheres ocuparem cargos de chefia, mesmo nas organizações em que são minoritárias.

A primeira vez que uma mulher ex-diretora da ANPR alcançou a primeira colocação na lista tríplice foi há pouco tempo, em 2021: Luiza Frischeisen no contexto da recondução de Augusto Aras, quando a lista já não era mais considerada pelo presidente. O fato é que, ao longo da República, houve 43 procuradores-gerais, sendo 42 homens e uma mulher (Raquel Dodge, no tardio 2017).

A produção da lista tríplice apresenta outro vício de origem. Embora a figura do procurador-geral seja associada ao ramo do MPF, o fato é que ele chefia o Ministério Público da União como um todo: além do MPF, o Ministério Público do Trabalho, o Militar e o do Distrito Federal. Há anos, as associações dos membros dessas carreiras reivindicam participação efetiva na elaboração da lista tríplice, mas a ANPR ignora olimpicamente a inclusão dos irmãos.

Em 2007, as demais associações desafiaram o monopólio da ANPR e realizaram votações. Na soma dos votos, Ela Wiecko teria encabeçado a lista tríplice, com Antonio Fernando em segundo. A ANPR, entretanto, recusou o procedimento e encaminhou sua lista exclusiva, na qual Fernando aparecia em primeiro e Wiecko nem era mencionada. A situação voltou a se repetir em 2013, e, mais uma vez, uma procuradora —Deborah Duprat, a mais votada na soma das quatro associações— foi preterida pela ANPR, que indicou Rodrigo Janot em primeiro lugar.

Se a elaboração da lista apresenta esses problemas, a Constituição prevê outro ator-chave, além do presidente: o Senado. Cabe também a essa Casa Legislativa o discernimento do que está em jogo, podendo fazer melhor que simplesmente aceitar a indicação do primeiro colocado da lista ou do presidente. Tome-se o exemplo da ocasião em que a lista tríplice foi ignorada, em 2019.

O então presidente, Jair Bolsonaro, indicou que queria um procurador-geral alinhado com os valores do novo governo, como se o cargo fosse de confiança. Augusto Aras captou a mensagem e tratou de falar o que o presidente queria ouvir: prometeu que os projetos de infraestrutura não seriam obstruídos por "xiitas ambientalistas", condenou os métodos da Operação Lava Jato, afirmou ter "repúdio natural" às uniões homoafetivas e disse que, no caso de mortes de invasores de propriedades, os autores estariam protegidos pelo princípio da legítima defesa e pelo excludente de ilicitude.

Como todo político eleito, Aras não logrou cumprir todas as promessas, mas é fato que a chefia do Ministério Público se deslocou para a órbita de influência do bolsonarismo e tratou de buscar sua reeleição. O Senado deu apoio maciço à escolha de Aras.

Transferir para pouco mais de mil procuradores federais a responsabilidade da escolha de um cargo da importância do procurador-geral não é mais democrático nem garantia de qualidade.

Lula pode escolher um procurador ou uma procuradora que se comprometa com a defesa da democracia, em um contexto de ameaças por forças autoritárias, e com os direitos humanos e os interesses difusos e coletivos, que resgate o Ministério Público voltado à cidadania, que atue no combate à corrupção sem jogar a criança do Estado de Direito com a água do banho, que se empenhe no avanço de pautas progressistas, entre outros temas urgentes que cederam lugar a uma obsessão colocada no centro de um Power Point.

Que as associações mandem suas listas, que outras entidades levantem possibilidades, que a sociedade possa ser informada sobre as pessoas candidatas e que o debate público e a sabatina no Senado se façam da forma mais ampla e transparente —e que o presidente sinalize nitidamente as qualidades e os compromissos esperados.

Lula não precisa seguir a "tradição". Ele pode fazer melhor. Nos termos da Constituição, a responsabilidade é, sobretudo, dele. ←

Tela 'Mangaratiba', de José Pancetti Reprodução

O enigma Pancetti

[RESUMO] Embora consagrado institucionalmente por suas marinhas, José Pancetti não encontrou produção intelectual proporcional sobre seu trabalho. A maior parte dos estudos data de uma época em que a questão do modernismo estava viva no debate sobre a arte e deixa o pintor em uma espécie de limbo, situação que livro ora lançado trata de rever, com teses como a dimensão social de parte de sua obra

Por **Guilherme Bueno**
Professor da Escola de Belas Artes da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

Recentemente lançado, "Pancetti: o Moderno Periférico", de Felipe Scovino, curador, crítico, historiador da arte e professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), assinala um marco para os estudos de arte brasileira.

A aclamação do pintor, sua consagração institucional em destacados acervos (sempre é lembrado o fato de um quadro seu ter sido a primeira aquisição de Gilberto Chateaubriand, dono da mais ampla coleção de arte brasileira) e sua valorização mercadológica não foram, curiosamente, acompanhadas de uma produção intelectual na mesma proporção.

A listagem bibliográfica elencada no livro nos deixa ver o quanto, diferentemente do que ocorreu com Guignard, a maioria dos estudos sobre José Pancetti (1902-1958) foi produzida por uma geração de autores para os quais o modernismo, ou seu limiar histórico, ainda era uma questão viva e de apelo pessoal, não raro envolvendo testemunhos de primeira mão.

Como Scovino aponta, é significativo que ainda permaneça como obra de referência aquela organizada em 1979 por José Roberto Teixeira Leite.

O livro surge, portanto, como oportuna contribuição provinda de uma geração estabelecida no século 21, lançando novas luzes sobre uma produção canônica, mas insuficientemente discutida, e teorizando o modernismo a partir de um lugar intelectual integralmente contemporâneo em sua formação.

A tese de um Pancetti "social" —isto é, de algumas de suas pinturas requisitarem essa abordagem— é original e necessária. Que se volte a comparação com Guignard: a recepção e o perfil de ambos conviveram longamente com a imagem do lirismo "puro" e "ingênuo", constituindo uma mitologia duradoura acerca do artista moderno, sobrevivente graças à indulgência com a qual se transigia com ela como expressão da oposição entre liberdade criativa e ortodoxia acadêmica.

No caso de Guignard, ela teve seu contraponto na influência inculcada pelo mestre sobre seus alunos e por sua carismática presença nos circuitos que frequentou, garantindo-lhe o selo de detentor de um requintado repertório cultural. Pancetti, ao contrário, permaneceu no limbo do gauche, ao não dispor de um círculo que o reconhecesse como líder de escola.

Se esse ponto em si, a invenção da imagem do artista (sobretudo quando de origem proletária, como é o caso de Pancetti), abre espaço para a sua leitura como um artista (por vezes) social, é mister reconhecer que Scovino chama a atenção para um fato evidente —digamos que basta olhar para as telas e os desenhos—, porém não óbvio.

Mais de uma vez, os temas de Pancetti, sem exortarem o espectador (como pretendiam alguns de seus contemporâneos, dramatizando a realidade), colocam-no frente a esse outro ângulo da vida moderna nos trópicos: aos heróis de classe, desvalidos súplices, alegorias idílicas acalentadas por outros artistas, o pintor nos mostra, com sensibilidade, mas sem meneios, o estaleiro, o porto, a praia distante, esses estranhos lugares pertencentes a uma paisagem semi-industrial nem sempre convidativa (e não menos entrepostos por onde a modernidade europeia desembarcava), mas que simplesmente existem nessa nova visualidade do espaço urbano e suburbano.

No estaleiro de Pancetti, não há a apoteose do trabalho; em suas praias, não há os "inocentes do Leblon", do poema de Carlos Drummond de Andrade, nem a juventude festiva de Copacabana, apenas espaço e luz escaldante ou abafada como dados visuais, redução pictórica e concisão narrativa.

Suas favelas não são a Polinésia nem o norte da África dos românticos, nem a Ouro Preto da expedição modernista —nada de luxo, clama ou volúpia; tão somente um lugar concreto, tão real quanto o esplendor duvidoso da avenida Rio Branco.

Como se depreende na análise das obras feitas por Scovino, várias telas de Pancetti contrastam elementos da paisagem "popular" idealizada da década anterior com objetos que maculam a "alegria prova dos nove", com sua atmosfera da rotina entediante e impessoal do trabalho.

Em seus retratos, por sua vez, não há o acúmulo de indícios que exaltem a aquisição da modernidade (o vestido da última moda, o automóvel particular), mas uma modernidade que se revela na psicologia conturbada dos retratados (o único documento moderno a que Pancetti recorre em seu autorretrato é um livro sobre os "ismos").

Sem ser reduzido ao realismo, Pancetti inscreve nossa pintura moderna em uma realidade arredia à retórica pasteurizada de palavras de ordem.

Pancetti, sem saber, teve desejos mais modernos que se esperaria entre nossos modernistas: quis ir para os Estados Unidos em vez de se contentar com Paris; marinheiro, antes mesmo de se assumir pintor, teve a experiência de rodar, ver e testar o mundo, algo longe de ser práxis entre seus inúmeros pares geracionais.

Para um meio intelectual como o brasileiro, que lê muito, mas vê pouco, discutir os quadros de Pancetti é abrir um caminho crítico no qual precisamos nos debruçar sobre obras sem apelar ao encaixe fácil e ilustrativo

Em suma: se o crítico Antonio Bento supusera que o olhar impressionista de Manet fora inoculado pela luz tropical de sua viagem adolescente ao Brasil, podemos parafrasear a ideia e dizer que o de Pancetti seria devedor das variações de paisagens que sua errância lhe proporcionara.

O que mais nos diz a hipótese do Pancetti "social", a qual inclusive mostra o quanto sua imagem lírica e desajustada guarda um quê de recalque, ao deslocar o estranhamento intrínseco às suas paisagens e tipos e optar pelo outro extremo, o da libertação que o "exotismo" ofereceu aos modernistas?

A comparação feita por Scovino com Lasar Segall e Oswaldo Goeldi, dois artistas que registraram a sombra de nossa luz solar, é providencial: assim como em ambos, o cenário da modernidade periférica ganha relevo; ele é menos reificado que anotado.

A melancolia discutida pelo autor é também a ambiguidade dessa paisagem, oscilante entre, a um só tempo, dizer muito —por vezes assombrar, por vezes encantar— ou parecer irrelevante e apenas existir, na qual a interpretação direcionada está ausente.

Há outro ponto de convergência, identificável na luz de suas telas. Pancetti explorou a luz e a cor de um modo só encontrado posteriormente em outro moderno em desconforto, Iberê Camargo: se a paleta aberta e tropical do modernismo procurava estourar a luz e a cor em sua vibração mais alta, Pancetti obteve em mais de um quadro uma luminosidade intensa, conquanto rebaixada, direcionando-as para um tom mais profundo, bastando constatá-lo pelo modo como o pintor regula as cores a partir da sombra (o que Goeldi fez pelo "negativo" do corte na madeira, e Segall com o trabalho em torno dos cinzas).

Por sua vez, o desenho composicional, organizado por rebatimentos de planos (silhueta da montanha versus faixa de mar, por exemplo), ganha uma autonomia decorativa merecedora de ser cotejada com os arabescos de contornos de Guignard.

Uma parte de relevância especial no ensaio é a presumível influência da pintura brasileira da virada do século 19 para o 20 em sua obra, algo sabido tanto efetivamente quanto por várias lendas circulantes no Núcleo Bernardelli, agrupamento de artistas atuantes no Rio de Janeiro na década de 1930 e frequentado por Pancetti.

As marinhas, estabelecendo o vínculo mais amplo entre Pancetti e Castagneto, enunciam um indício de modernidade não restrito ao tema "psicológico" do mar e sua volubilidade, mas na disponibilidade do artista moderno em flexibilizar sua técnica (do despojamento das pinceladas ao uso de outros instrumentos, até o dedo) e de suportes.

Se Castagneto, conforme Gonzaga Duque reproduz uma anedota, pintou até sobre um bacalhau, Pancetti, entre outras situações, formou sua técnica pintando paredes e cascos de navio, ou seja, seu repertório de recursos decorreu do acúmulo de aprendizados incomuns e involuntários, muito distantes dos manuais retransmitidos por professores treinados (e que lhe seriam repassados por colegas). Sua técnica tem um quê de "popular" por nascer de um ofício artesanal, mas não tradicional.

Como pode, enfim, um artista que jamais teorizou abrir margem para uma leitura social? Aqui o livro traz uma contribuição ímpar. Assim como a pintura de Pancetti não se vincula às primeiras gerações modernistas, o estudo de Scovino se desvencilha desse fenômeno editorial que, para o bem ou para o mal, a cada dez anos celebra a Semana de 1922.

Para nossa história da arte, Pancetti permanece um desafio: sua obra não dispõe de manifestos que de pronto a "expliquem".

Para um meio intelectual como o brasileiro, que lê muito, mas vê pouco, discutir seus quadros é abrir um caminho crítico —razão entre outras para Paulo Venâncio Filho falar de um "novo" Pancetti na introdução ao livro— no qual precisamos nos debruçar sobre obras sem apelar ao encaixe fácil e ilustrativo em ansiedades declamatórias garantido pelos manifestos ou pelas juras de fidelidade de epígonos.

O texto, em seu preciso recorte, indaga o modernismo brasileiro sem cair na tentação de pendores grandiloquentes —uma discrição inusual, arguta e sensível sobre quantos modos diferentes de ser moderno houve e precisam ser debatidos. ←

Pancetti: o Moderno Periférico
Autor: Felipe Scovino. Editora: UFRJ. Disponível gratuitamente para download (158 págs.)